



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

**O IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL DA
CRISE 2008-2014: O CASO DE TOMAR**

Dissertação de Mestrado

Liliana Isabel Freitas Pinhão

Mestrado em Gestão de Empresas Familiares e Empreendedorismo

Tomar, 23 de novembro de 2018



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão de Tomar

Liliana Isabel Freitas Pinhão

O IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL DA CRISE 2008-2014: O CASO DE TOMAR

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professora Doutora Olinda Maria dos Santos Sequeira

Escola Superior de Gestão de Tomar

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar para
cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em
Mestrado em Gestão de Empresas Familiares e Empreendedorismo**

RESUMO

O Impacto Económico e Social da Crise 2008-2014

O objetivo principal deste trabalho consiste em analisar do ponto de vista económico e social o impacto da presença da *Troika* em Portugal e, mais concretamente, no município de Tomar, procurando indagar se os impactos sentidos a nível nacional se revelaram de igual forma na região de Tomar.

Desencadeada em 2008, a crise económico-financeira mundial deflagrada nos Estados Unidos teve impacto económico nos países da zona Euro, incluindo Portugal. As dificuldades de financiamento do Estado Português acabaram por desencadear uma situação de crise na dívida soberana, da qual resultou a necessidade de se efetuar um pedido de regaste financeiro.

Assim, em maio de 2011, este resgate veio a ser realizado pela União Europeia (UE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE), situação esta que culminou com impactos, a vários níveis, económicos e sociais, nalguns casos muito gravosos para o nível do bem-estar dos portugueses.

Perante esta situação de crise com que o país se deparava, o governo responsabilizou-se em cumprir um plano de austeridade, com o objetivo de reduzir o *déficit*. Foram tomadas medidas como o aumento de impostos, reduções de salários públicos e realizadas algumas reformas estruturais.

Desta forma pretende-se com este estudo analisar as principais medidas e impactos que acabaram por provocar uma redução no poder de compra dos portugueses e alteraram, em alguns aspetos, o seu perfil de vida. Revelou-se importante realizar uma análise macroeconómica e social a nível do contexto nacional, que serviu de enquadramento ao estudo do caso específico do concelho de Tomar, sendo esta uma análise a um nível mais microeconómico.

Palavras-chave: Crise, Reformas estruturais, Impactos económicos e sociais, *Troika*, União Europeia, Tomar.

ABSTRACT

The Economic and Social Impact of the Crisis 2008-2014

The main objective of this work is to analyze from an economic and social point of view the impact of the presence of the Troika in Portugal and, more concretely, in the municipality of Tomar, seeking to inquire whether the impacts felt at national level were equally revealed in the region of to take.

Unleashed in 2008, the global economic and financial crisis triggered in the United States had an economic impact on the Eurozone countries, including Portugal. The financing difficulties of the Portuguese State eventually led to a crisis in sovereign debt, which resulted in the need to request a financial contribution.

In May 2011, this rescue was carried out by the European Union (UE), the International Monetary Fund (FMI) and the European Central Bank (BCE). This situation culminated in economic and social impacts at various levels cases very serious for the level of Portuguese welfare.

Faced with this situation of crisis with which the country was facing, the government took responsibility to comply with an austerity plan, with the aim of reducing the deficit. Measures such as tax increases, public wage reductions and some structural reforms were taken.

In this way, this study intends to analyze the main measures and impacts that have led to a reduction in the purchasing power of the Portuguese and have changed, in some aspects, their life profile. It was important to carry out a macroeconomic and social analysis in the national context, which served as a framework for the study of the specific case of the county of Tomar, which is an analysis at a more microeconomic level.

Keywords: Crisis, Structural reforms, Economic and social impacts, *Troika*, European Union, Tomar.

AGRADECIMENTOS

A todos o que me acompanharam neste percurso, mas em especial

Professora Doutora Olinda Maria dos Santos Sequeira

Professor Doutor Célio Gonçalo Cardoso Marques

Professora Doutora Isabel Baltazar

Professora Doutora Manuela Sofia Silva

Pais, Alice e Abílio

Filipe Miguel Pires

Hélder, Ana e Paulo

Ana Cláudia, André e Rafaela

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores

AML – Área Metropolitana de Lisboa

BCE – Banco Central Europeu

BCE – Bolsa de Contratação de Escola

BPN – Banco Português de Negócios

BPP – Banco Privado Português

CE – Comissão Europeia

CES – Contribuição Extraordinária de Solidariedade

CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

EUA – Estados Unidos da América

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FEEF – Fundo Europeu de Estabilidade Financeira

FMI – Fundo Monetário Internacional

HAB./Km² - Habitantes por quilómetro quadrado

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IVA – Imposto Sobre o Valor Acrescentado

MEE – Mecanismo Europeu de Estabilidade

MM€ – Mil Milhões de Euros

MoU – Memorando de Entendimento

OE – Orçamento de Estado

PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIGS – Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha

RSI – Rendimento Social de Inserção

SMN – Salário Mínimo Nacional

SNS – Sistema Nacional de Saúde

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Índice

Capítulo I – Enquadramento Teórico	1
1. Introdução.....	1
2. Contextualização temporal da crise económica e social portuguesa (2008-2014)3	
Capítulo II – Análise empírica	9
1. Efeitos da crise económica	9
1.1. Crise económica nos países Intervencionados da UE: Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha.....	9
1.1.1. Impactos Económicos - gerais	16
1.1.2. Impactos Sociais - gerais	19
1.1.3. Impactos Económicos e Sociais nos Pensionistas e Idosos - gerais	22
1.2. Crise económica em Portugal e os seus impactos.....	27
1.2.1. Impactos Económicos	28
1.2.2. Impactos Sociais	37
1.2.2.1. Demografia.....	39
1.2.2.2. Ensino.....	41
1.2.2.3. Desemprego e Emprego	44
1.2.3. Impactos Económicos e Sociais nos Pensionistas e Idosos – por territórios portugueses.....	47
1.3. A Troika e as reformas estruturais	50
1.4. O pós-Troika	55
1.5. Conclusões	56
2. Impacto Económico e Social no concelho de Tomar no pré e pós-Troika	57

2.1. Caraterização do concelho.....	57
2.1.1. Impactos Económicos – por territórios	58
2.1.2. Demografia – por territórios.....	66
2.1.3. Ensino – por territórios.....	68
2.1.4. Desemprego e emprego: Mercado de trabalho – por territórios	71
2.2. Conclusões.....	80
Capítulo III – Análise e Discussão de Resultados e Conclusões	82
1. Análise e Discussão de Resultados	82
2. Conclusões Finais	82
BIBLIOGRAFIA	84

Índice de Figuras

Figura 1 – Concelho de Tomar por freguesias.....	57
--	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Dívida Pública na zona Euro – em % do PIB (Dez2016)	14
Gráfico 2 - Taxas de juro de obrigações do tesouro – em %	16
Gráfico 3 - PIB <i>per Capita</i> – em PPS (€)	17
Gráfico 4 - Taxa de desemprego, dos 15 aos 64 anos - em %.....	20
Gráfico 5 - Pensões de velhice por habitante - em Euros.....	23
Gráfico 6 - Taxa de privação material severa nos idosos - em %.....	25
Gráfico 7 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: indivíduos com 65 e mais anos - em %.....	26
Gráfico 8 - Taxa de crescimento real do PIB - em %.....	28
Gráfico 9 - PIB <i>per Capita</i> - em milhões de Euros.....	29
Gráfico 10 - PIB na ótica da Despesa - em Milhares de Euros.....	29
Gráfico 11 - Défice Orçamental - em % do PIB.....	30
Gráfico 12 - Câmaras Municipais: saldo de despesas e receitas efetivas - em Milhares de Euros.....	31
Gráfico 13 - Evolução da carga fiscal entre 1995 e 2016 - em % do PIB.....	32
Gráfico 14 - Poder de compra <i>per Capita</i> – em %	32
Gráfico 15 - População residente em Portugal – em %	39
Gráfico 16 - Saldo migratório em Portugal – por indivíduo.....	40
Gráfico 17 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular em Portugal por localização geográfica (NUTS-2013) – em % e anual	433

Gráfico 18 - Taxa de desemprego: total e por sexo - em %.....	44
Gráfico 19 - Taxa de risco de pobreza - em %.....	47

Índice de tabelas

Tabela 1- Taxa de crescimento real do PIB – em %.....	12
Tabela 2- Défice/Excedente Público – em % PIB	143
Tabela 3- Países da zona Euro em procedimento por défice excessivo – em % PIB ..	134
Tabela 4- Dívida Bruta Pública – em % do PIB	15
Tabela 5 - PIB <i>per Capita</i> – em PPS (€).....	17
Tabela 6 - Consumo privado (total) – em Milhões de Euros.....	18
Tabela 7 - Investimento: Formação Bruta de Capital Fixo - em Milhões de Euros	19
Tabela 8- Taxa de desemprego, dos 15 aos 64 anos - em %	19
Tabela 9 - População em risco de pobreza (total) – por sexo em %.....	20
Tabela 10- Despesas de proteção social: Prestações sociais por habitante – em Euros .	21
Tabela 11- Pensões de sobrevivência por habitante – em Euros	22
Tabela 12- Pensões de velhice por habitante – em Euros.....	23
Tabela 13- Taxa de privação material severa nos idosos – em %	25
Tabela 14 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: indivíduos com 65 e mais anos – em %	26
Tabela 15- Câmaras Municipais por territórios: saldo de despesas e receitas efetivas – em Milhares de Euros	31
Tabela 16- Poder de compra <i>per Capita</i> – em %.....	33
Tabela 17- Consumo das famílias no território económico: duradouro e não duradouro – em %	33

Tabela 18- Despesas de consumo final no total do rendimento disponível das famílias: por tipo de bens e serviços – em (%)	34
Tabela 19- Consumo final das famílias no território económico: total e por tipo de bens e serviços (em Milhares de Euros).....	34
Tabela 20- Receitas de impostos do Estado: total, impostos diretos e indiretos - em Milhares de Euros.....	36
Tabela 21- População Residente em Portugal por territórios - por indivíduo.....	39
Tabela 22- Saldo migratório em Portugal, por regiões.....	40
Tabela 23- Índice de envelhecimento - rácio %.....	41
Tabela 24- Alunos matriculados no ensino superior - por indivíduos.....	42
Tabela 25- Docentes no pré-escolar, básico e secundário - valor absoluto por indivíduo.....	42
Tabela 26- Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário privado - valor absoluto por indivíduo.....	43
Tabela 27- Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular em Portugal - em %.....	44
Tabela 28- Poupança e ordenados/salários no total do rendimento disponível dos particulares - em %.....	45
Tabela 29- Taxa de privação material severa - em %.....	46
Tabela 30- Valor mínimo mensal das pensões do regime geral da segurança social: pensões de velhice, invalidez e sobrevivência - em €.....	48
Tabela 31- Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social com pensões inferiores ao salário mínimo nacional - € por indivíduo.....	48
Tabela 32- Pensões de sobrevivência da segurança social - valor absoluto por pensão - em €.....	48

Tabela 33- Índice de dependência de idosos - em %.....	49
Tabela 34- Número de indivíduos em idade ativa por idoso - valor absoluto por indivíduo.....	50
Tabela 35- Poder de compra <i>per Capita</i> por territórios - em %.....	58
Tabela 36- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: total dos setores de atividades económicas - em milhares de €.....	59
Tabela 37- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca - em milhares de €.....	59
Tabela 38- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Indústrias transformadoras - em milhares de €.....	59
Tabela 39- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Construção - em milhares de €.....	60
Tabela 40- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Comércio por grosso - em milhares de €.....	60
Tabela 41- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Transporte e armazenagem - em milhares de €.....	60
Tabela 42- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Alojamento, restauração e similares - em milhares de €.....	61
Tabela 43- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividade de informação e comunicação - em milhares de €...	61
Tabela 44- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades imobiliárias - em milhares de €.....	61

Tabela 45- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares - em milhares de €.....	62
Tabela 46- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades administrativas e dos serviços de apoio - em milhares de €.....	62
Tabela 47- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Educação - em milhares de €.....	62
Tabela 48- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades de saúde humana e apoio social - em milhares de €.....	63
Tabela 49- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades artísticas, de espetáculos, desportistas e recreativas - em milhares de €.....	63
Tabela 50- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Outras atividades de serviços - em milhares de €.....	63
Tabela 51- Saldo da balança de bens das empresas por territórios: importações - em €...	64
Tabela 52- Saldo da balança de bens das empresas por territórios: exportações - em €..	64
Tabela 53- Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros por territórios: total - M€..	65
Tabela 54- Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por territórios: residentes em Portugal - por dormida.....	65
Tabela 55- Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por territórios: residentes estrangeiros - por dormida.....	65
Tabela 56- População residentes por territórios - por indivíduos.....	66
Tabela 57- Saldo migratório por territórios - por indivíduo.....	67

Tabela 58- Índice de envelhecimento por territórios - em %.....	67
Tabela 59- Inscritos no ensino superior por territórios - por indivíduo.....	68
Tabela 60- Total Docentes no pré-escolar, básico e secundário por territórios - por indivíduo.....	69
Tabela 61- Taxa total de retenção e desistência no ensino Básico regular por territórios - em %.....	70
Tabela 62- Total desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional por territórios - em %.....	71
Tabela 63- Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos por território - em %.....	72
Tabela 64- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: total dos setores de atividades económicas por territórios - por indivíduos.....	72
Tabela 65- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca - por indivíduos.....	73
Tabela 66- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Indústrias transformadoras - por indivíduos.....	73
Tabela 67- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Captação, tratamento e distribuição de água - por indivíduos.....	73
Tabela 68- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Construção - por indivíduos.....	74
Tabela 69- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Comércio por grosso e a retalho - por indivíduos.....	74
Tabela 70- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Transporte e armazenagem - por indivíduos.....	74

Tabela 71- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Alojamento, restauração e similares - por indivíduos.....	75
Tabela 72- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Atividades de Informação e comunicação - por indivíduos.....	75
Tabela 73- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Atividades Imobiliárias - por indivíduos.....	75
Tabela 74- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras:Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares - por indivíduos.....	76
Tabela 75- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Atividades administrativas e dos serviços de apoio - por indivíduos.....	76
Tabela 76- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Educação - por indivíduos.....	76
Tabela 77- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: Atividades de saúde humana e apoio social - por indivíduos.....	77
Tabela 78- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras:Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas - por indivíduos.....	77
Tabela 79- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras:Outas atividades de serviços - por indivíduos.....	77

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1. Introdução

A crise internacional agravou os desequilíbrios financeiros, políticos e sociais de Portugal, com impacto para a generalidade dos portugueses. Perante a elevada dívida pública do país, Portugal e os portugueses foram sujeitos pela *Troika* a um plano rigoroso de austeridade que continha medidas extremamente rigorosas.

As medidas implementadas, suscitaram consequências a todos os níveis, principalmente económicos e sociais, as quais serão abordados e analisados neste trabalho.

Este trabalho consiste em tecer uma análise na ótica económica e social sobre o impacto da presença da *Troika* em Portugal e, mais concretamente, no município de Tomar, se bem que ao longo do trabalho se analisem alguns anos para a frente, em virtude de existirem dados para isso.

De forma a concretizar o objetivo principal deste trabalho surgem vários objetivos específicos: avaliar indicadores dos países europeus alvo de resgate financeiro, Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia (PIGS); comparar a realidade portuguesa com a Europeia, caracterizar a realidade interna portuguesa através da análise de vários indicadores e estender essa análise para um nível micro e do ponto de vista geográfico, mais precisamente para o município de Tomar.

Após uma breve introdução à problemática que se pretende estudar, refere-se de seguida a metodologia e a estruturação da dissertação. Para dar resposta à análise a que esta dissertação se propõe, optou-se por uma análise qualitativa e estudo de caso. Pretende-se uma vez mais, analisar e comparar os impactos surgidos na sociedade portuguesa, no período da *Troika* e compará-los com o antes e o depois. Comparar-se-á a realidade económica e social do país, com recurso a dados estatísticos já tratados, com a realidade, a um nível mais micro do município de Tomar, que pertence ao Médio Tejo.

Quanto aos processos de carácter técnico, elabora-se uma investigação de índole bibliográfica e um estudo de caso. De acordo com Vilela (2009, p. 124), a pesquisa bibliográfica é basilar já que “possibilita ao investigador a cobertura de uma panóplia de acontecimentos muito mais vasta do que aquela que poderia pesquisar de forma direta,

principalmente quando o problema de investigação requer dados muito disseminados pelo espaço”. Atendendo a Miglioli (2006, p. 57) esta investigação compreende “identificar, obter e consultar a bibliografia e outros materiais que tenham utilidade para a finalidade do estudo, devendo o investigador extrair e recompilar as informações importantes e necessárias acerca do problema da pesquisa”.

Optou-se por este procedimento, particularmente, para fazer e articular a revisão de literatura que integra este trabalho e outros elementos que sustentam a investigação, já que, como refere Vilela (2009, p. 124), “não existe forma de nos inteirarmos dos acontecimentos passados se não apelarmos a uma larga proporção de dados secundários”. Os dados foram conseguidos a partir de fontes escritas, dito de outro modo, a partir de uma forma específica de documentação que são elementos escritos, comercializadas em livrarias e/ou *on-line*, impressos em editoras, e classificadas em bibliotecas.

A técnica selecionada para a recolha dos dados quantitativos foi a recolha de dados estatísticos. Segundo Vilela (2009, p. 284), “os benefícios desta técnica são o facto de ser rápida e possibilitam procedimentos matemáticos; e a desvantagem principal é a grande redução do campo de informação, balizando os dados aos que surgem de uma lista de indicadores”.

Esta fase comportou a organização e compilação dos dados obtidos de forma a proceder-se às devidas análises. Para o tratamento e avaliação dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo. Contudo, de entre as distintas formas de análise de conteúdo, utilizou-se também nesta pesquisa a análise temática, apesar de ser uma técnica que se adapta a estudos qualitativos, também pode ser utilizada neste estudo. Segundo Minayo (2007, p. 316), “a análise temática compreende em descobrir os pontos de sentido que formam uma comunicação cuja presença ou frequência expresse alguma coisa para a finalidade que a investigação pretende atingir”. Após esta fase, será possível identificar a intensidade dos dados que tinham conexão com cada indicador. A partir desta intensidade identifica-se a relevância de cada indicador e elaboram-se conclusões.

Esta dissertação encontra-se, desta forma, dividida em três capítulos. No capítulo I apresenta-se uma breve revisão da literatura e do estado da arte sobre a contextualização temporal da crise económica e social em Portugal.

O capítulo II inicia-se com uma descrição do contexto socioeconómico do pré e pós-*Troika* na Europa e em Portugal e com os efeitos da crise nos países que também foram intervencionados, principalmente, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. Para a análise de contexto, uma grande quantidade de informação foi recolhida através da imersão no contexto local, procurando ter uma ideia de alguns dos fatores, nomeadamente sociais, económicos e políticos que possam contribuir para uma melhor delimitação do problema e, simultaneamente, influenciar o sucesso de algumas soluções, verificando os impactos ocorridos em vários indicadores, como o desemprego e emprego, demografia, escolaridade, tanto para o contexto nacional como para a realidade do município de Tomar.

Por último, no capítulo III, apresentam-se as principais conclusões do trabalho de investigação que deram resposta a questão principal do trabalho.

2. Contextualização temporal da crise económica e social portuguesa (2008-2014)

Como é conhecido, a noção de “crise” pode encerrar em si mesma uma enorme variedade de significados e, na vertente das tendências negativas na esfera financeira, económica e no emprego, retoma todo um leque de realidades bem diferentes, muitas das quais antigas (Estanque, 2009). A crise económica a que nos referimos, 2008-2014, foi desencadeada por um conjunto complexo de fatores. Diversas forças políticas e interesses económicos desencadearam, desde há cerca de trinta anos, um programa de iniciativas que significou uma aposta sem precedentes no comércio livre, na especulação bolsista e na economia financeira. Fatores que serviriam de medidas para o crescimento económico, mas que levaram muitos países a conhecerem uma crise sem precedente nos últimos 50 anos.

A crise financeira internacional com início em 2007, nos Estados Unidos da América (EUA), agravou dramaticamente a situação orçamental de vários países europeus que necessitaram de um resgate financeiro da Comissão Europeia (CE), BCE e FMI, designando-se este conjunto de instituições como *Troika*. No caso de Portugal, esta crise tornou visível os problemas da economia portuguesa, não só de cariz estrutural, mas também a deficiente gestão das finanças públicas (Silva P. A., 2013).

A asserção feita por Silva (2013) recorda que a eclodida crise financeira do final de 2007-2008, nos Estados Unidos da América contagiou a Europa na vertentes económica, política e social. Como consequência desta crise, verificou-se a aplicação de programas de assistência financeira destinados a alguns países da zona Euro, sobretudo nas economias do mediterrâneo.

O padrão de crescimento da década de 2000, aliado a uma regra deficiente e de maior risco de concessão de crédito acabou por conduzir ao sobre endividamento das instituições financeiras, das empresas e das famílias, uma situação que se revelou insustentável. O período que antecede a crise foi caracterizado por taxas de juro relativamente mais baixas, que levaram os investidores a tentar obter rendimentos mais elevados em ações, no setor imobiliário e produtos de base, bem como em instrumentos financeiros de risco acrescido. Os preços dos ativos subiram num amplo conjunto de países industrializados e de economias emergentes e muitos países em desenvolvimento beneficiaram dos custos elevados dos produtos de base (Reis J., et al., 2013).

No início da primeira década do século XXI, nos EUA e na Europa, as capitalizações bolsistas e imobiliárias recuperaram e ultrapassaram valores históricos, mas em 2007, o total dos patrimónios líquidos financeiros e imobiliários detidos por agentes privados contraíram, resultado de uma desregulação da riqueza patrimonial. Durante 2007 e 2008, os proprietários de imóveis deixaram de pagar as suas hipotecas, o valor dos títulos derivados desses empréstimos entrou em colapso e começou a falência (Roubini & Mihm, 2010).

A crise financeira, que se iniciou com a falência do banco *Lehman Brothers*, em setembro de 2008, tornou-se um choque violento para a economia global, não só para as economias emergentes, mas também, muito em especial, para as economias desenvolvidas, sendo que a zona Euro foi um dos epicentros da crise. A crise assumia uma dimensão mundial e exigia, portanto, respostas políticas e económicas coordenadas. Cozendey (2011) refere que no contexto dessa emergência, o G20¹ estava disponível com um mecanismo configurado e

¹ G20 - É um grupo constituído por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Europeia. Fazem parte os seguintes países membros: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados

operante, pronto para ser utilizado, sem a necessidade de uma discussão fatigante sobre a qual composição adequada para um grupo capaz de coordenar a reação à crise mundial.

Os *spreads* na dívida pública entre países europeus, que eram praticamente inexistentes desde a introdução do Euro, de 1999 até ao final de 2009, estavam no verão de 2012 acima de 5 por cento para a Espanha e Itália e de 11 por cento para Portugal. Após o anúncio de eventuais compras de dívida pelo BCE em julho de 2012, os *spreads* desceram para os níveis de 1.5 a 2 por cento.

Nesses três países, assim como em muitos outros, ou a dívida pública era já alta, ou aumentou muito e muito rapidamente. O aumento da dívida pública em economias avançadas, entre 2008 e 2011, foi em média 25 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB). Em Portugal, a dívida pública em percentagem do PIB subiu de 72 por cento em 2008 para 108 por cento em 2011. Os números correspondentes para a Espanha e Itália foram de 40 a 70 por cento e de 106 a 120 por cento, respetivamente (Cozendey, 2011).

De 2010 a 2011, a crise transformou-se numa crise das dívidas públicas da zona Euro. Os Estados necessitaram ser intervencionados pela *Troika* para se conseguirem financiar e fazer face às despesas públicas correntes, como pagamento de salários e pensões.

Esta crise já era expectável tendo em conta a sua intensidade e as suas repercussões e vários economistas previram o endividamento indeterminável que se verificou nas economias ocidentais e a especulação imobiliária (Martins, 2009). Desta forma, a crise originou-se com a acumulação de fatores perversos, dos quais o *subprime* foi apenas um dos sintomas. O crédito barato, a avalanche consumista, o endividamento excessivo das famílias, a insustentabilidade da atividade financeira aliaram-se à ausência de mecanismos eficazes de alerta e de regulação. Leite (2010) e Ramos, et al., (2012) completam a teoria do autor anterior referindo que a crise económica iniciada em 2008 teve uma peculiaridade: não ocorreu nos países em desenvolvimento, mas em alguns países centrais do capitalismo com proporções e desdobramentos mais amplos.

Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e Países membros da UE. Fonte OCDE 2016.

A crise dos créditos imobiliários de alto risco foi o remate da finança globalizada. A origem desta crise iniciou-se nos anos 80 em que foi descoberto o expediente financeiro que permitiu que os riscos financeiros fossem repartidos e deslocalizados num processo constante de fuga para a frente que parecia não ter fim. Tratava-se fundamentalmente da titularização dos créditos que podem ser assim transferidos para terceiros e destes para outros sem qualquer criação de valor acrescentado, mas apenas através da apropriação de margens financeiras extraordinariamente remuneradoras enquanto o ativo que lhes serve de suporte oferece perspectivas de valorização futura (Veiguiinha, 2009).

Todavia como acontece em todos os colapsos, os bancos iniciaram um processo de compensação excessivo: cortaram nas despesas, reduziram os empréstimos e desencadearam uma liquidez e uma contração de crédito a nível económico. Particulares e empresas deixaram de poder *roll out* e de gastar em bens e serviços. O que começou com uma crise financeira alastrou para uma crise económica (Roubini & Mihm, 2010).

Com todos estes excessos, o sistema financeiro não pode ser completamente reformado, devem ser tomadas medidas para colocar um reforço de segurança à volta do núcleo do sistema das instituições bancárias e financeiras. O objetivo será proteger o núcleo de outros setores, mas o problema é controlar a alavancagem e, consecutivamente, impedir o dinheiro “alavancado” de se desmoronar durante uma crise financeira para níveis inferiores ao da sua anterior massa monetária, com inevitáveis efeitos interrompidos relativamente ao uso do dinheiro como meio de pagamento (Veiguiinha, 2009).

A perda de legitimidade do G8², a ampliação das discussões substantivas para o G20 e o reforço e capitalização do FMI visou a falta de mecanismos suficientes para o setor financeiro e a falta de uma política de coordenação macroeconómica clara entre as maiores economias do mundo. Desta forma, destacou-se o uso de medidas fiscais para estimular a economia interna, o auxílio às economias emergentes e o fortalecimento da regulação e transparência das instituições financeiras privadas (Ramos, Vadell, Saggiaro, & Fernandes, 2012).

² G8 - é um grupo internacional formado pelos sete países mais desenvolvidos e industrializados do mundo, porque a Rússia saiu em 2014. Os países constituídos são: Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Canadá. Fonte OCDE 2016.

O período que antecedeu a crise denota que se viveu acima das próprias possibilidades, com recursos de que não se dispunha, com a ideia de que o crescimento económico geraria meios suficientes para envolver o endividamento crescente, no entanto, na realidade, o crescimento não se baseava na criação de riqueza e na economia real, mas antes na hipervalorização de recursos patrimoniais, dando origem a uma crise muito profunda e de dimensões imprevisíveis (Leite, 2010).

Silva, Pignatelli, & Viegas (2015) defendem que a crise iniciada no mercado hipotecário *subprime* nos EUA em 2007 rapidamente se estendeu ao sistema financeiro global, tornou-se na pior crise financeira desde a Grande Depressão³ (Soros, 2008). Esta crise alargou-se desde o setor financeiro à economia real, tendo consequências drásticas sobre a produção e a procura, corrompem as finanças públicas. Nos países desenvolvidos verificaram-se cortes nos investimentos e na despesa pública, fragilidades do sistema de proteção social e desemprego.

Os problemas estruturais do mercado de trabalho agravaram-se e o desemprego tornou-se crescente. Na UE algumas das medidas tomadas foram a recapitalização dos sistemas financeiros, ajudas nos setores domésticos e empresariais e pacotes de incentivos fiscais. Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha foram economias consideradas particularmente vulneráveis, por um lado, em razão do alto ou crescente endividamento e, por outro lado, do elevado défice público em relação ao Produto Interno Bruto⁴. Neste sentido, para estes países acresceram aos efeitos da crise económica e financeira internacional a crise das dívidas públicas (Silva, et al., 2015).

Cravinho (2014) foca que até 2007 a dívida pública nunca foi um problema sistémico a nível nacional ou europeu, nada antevia o que ocorreu após 2007 e que as dívidas contraídas se tornariam insustentáveis a uma escala que alterou o posicionamento do BCE face a

³ Grande Depressão – Teve início em 1929 e foi motivada pela queda dos preços do mercado agrícola no ano anterior, culminando no *crash* da Bolsa de Nova York.

⁴ PIB – É a medida mais agregada e completa da atividade económica de um país: sintetiza num único número a quantidade total de bens e serviços produzidos pela economia ao longo de um ano.

devedores e credores, fossem públicos ou privados. Na presença de violenta austeridade, tornou-se imperativo salvar os bancos e o sistema bancário (Cravinho, 2014).

Não obstante, em 2009, a economia mundial dava sinais de estabilidade dos mercados financeiros e de interrupção da queda das atividades económicas. Existiu um compromisso de que seriam desenvolvidas até 2010 normas acordadas internacionalmente para melhorar a quantidade e a qualidade do capital bancário e desencorajar a alavancagem excessiva, dando maior ênfase aos países emergentes. Por sua vez, em 2010, foi reafirmada a relevância do G20 onde se discutiram as questões concernentes à economia global que ainda não tinham sido resolvidas, como a recuperação desigual e ainda frágil dos países, a permanência dos elevados índices de desemprego em alguns países e o impacto social da crise na Europa (Ramos, et al., 2012).

Neste sentido, o colapso americano pode ter sido o catalisador, mas a realidade é que a maioria dos países, com mercados imobiliários sobreaquecidos também estava sujeita a colapsos, como era o caso de muitas das economias da UE (Roubini & Mihm, 2010). Por fim, importa não esquecer que pior do que enfrentar esta crise foi não considerar e desperdiçar as oportunidades para implementar as reformas necessárias. Só assim, será possível evitar outras crises tão ou mais destrutivas que esta.

Dado o momento de crise económica e social, as famílias não só portuguesas como de todos os países abrangidos pela crise financeira, foram forçadas a tomar certas medidas, medidas essas de austeridade com impacto direto no nível de bem-estar e também com implicações nos setores privados e públicos. Esta situação leva-nos à reflexão e ao reconhecimento de que é através dos indivíduos e das suas privações subjetivas e objetivas que se encontram as soluções para a crise (Ferreira, 2011).

A sustentabilidade do crescimento económico está dependente do crescimento da produtividade, do *stock* de capital e da população ativa. Neste âmbito, o problema da economia portuguesa não será a escassez de procura, a fraca evolução da produtividade e do investimento, que assumem uma crescente importância, como fatores do crescimento a longo prazo da economia (Alexandre, et al., 2017).

Capítulo II – Análise empírica

1. Efeitos da crise económica

1.1. Crise económica nos países Intervencionados da UE: Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha

Para Cravinho (2014) a súbita e dramática redução da liquidez em 2008 transformou-se no princípio mais caro à zona Euro, o do incremento das dívidas públicas que provocou de facto a insolvência de três países, Irlanda, Grécia e Portugal e, de forma mais suave, Espanha e Itália. Com estes acontecimentos, recordou-se que mesmo que uma moeda única nos protegesse dos ataques contra as moedas nacionais, as dívidas dos respetivos países, separadas, continuavam expostas aos riscos e podiam enfrentar graves dificuldades.

A UE foi forçada a criar um fundo financeiro de auxílio, respeitando a condição impeditiva do apoio às dívidas públicas pelo BCE ou por outros países, contemplada nos estatutos do BCE e no Tratado de Lisboa⁵. Foi criado, assim, provisoriamente, o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) em maio de 2010, antes de ser instaurado com carácter permanente o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE)⁶, em setembro de 2012 (Legrain, 2014).

Segundo Mateus (2014) a diminuição do desempenho conjuntural da economia portuguesa acentuou-se no processo de saída da recessão e, sobretudo, a partir de 2010 e ao longo de 2011 e 2012. Para esta diminuição contribuíram tanto fatores internos como externos. Entre os internos há que referir o crescimento excessivo do consumo privado e público e a debilidade competitiva de muitos segmentos do tecido empresarial, que originaram um aumento significativo do endividamento externo da economia. Quanto aos fatores externos,

⁵ Tratado de Lisboa – O Tratado de Lisboa, assinado em 2007, aumentou a capacidade da UE e do seu Parlamento de agir e apresentar resultados. Alargou as competências legislativas do Parlamento Europeu a mais de 40 novos domínios, incluindo a agricultura, a segurança energética, a imigração, a justiça e os fundos da UE, e o colocou em pé de igualdade com o Conselho, que representa os governos dos Estados-Membros.

⁶ MEE – é um fundo de auxílio estabelecido na sequência da crise do euro. Empréstima meios monetários aos países membros em dificuldade, na condição de que estes aceitem um plano de reformas estruturais. Pode ainda participar na recapitalização dos bancos, através da transferência de fundos.

podem apontar-se insuficiências na governação económica da UE e da zona Euro que permitiram o desenvolvimento de importantes movimentos especulativos em articulação com a crise das dívidas soberanas que afetaram mais significativamente os chamados “países da coesão”, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha.

Monjardino (2013) refere que o problema dos défices excessivos nos países da zona Euro não foi assunto novo, nem emergiu com a crise financeira originada nos EUA a partir de 2008. Sendo de realçar que a UE e as instituições da zona Euro têm recursos financeiros, técnicos e políticos para lidar com os problemas em matéria de necessidades financeiras dos países que a integram.

E segundo Brito & Marques (2014), a crise da zona Euro poderia ter ficado estagnada com a resolução eficaz e rápida da insolvência da Grécia, com uma UE mais assertiva e oferecendo aos países confiança nas suas estratégias, mas tal não aconteceu. Apesar da dimensão financeira do problema grego, permitiu-se um amplo grau de liberdade quanto à escolha de soluções convencionais e eficazes para a gestão dos problemas, preferiu-se inovar através da intervenção do FMI.

A UE, simultaneamente hesitante nas medidas de imposição do contágio a toda a zona Euro, foi incapaz de ter uma visão estratégica para resolver a crise, desde a rutura da Grécia. Com as suas medidas de austeridade, demonstrou aos mercados globais um sinal de que não se cederia na disciplina necessária ao sucesso da sua zona monetária. As autoridades europeias decidiram seguir por uma fase de experimentação económica, internacionalizando as soluções propostas e impondo a austeridade como resolução (Brito & Marques, 2014).

A Grécia foi um dos países mais afetados pela crise. Em 2009, insustentabilidade das suas finanças públicas originou uma crise de confiança dos mercados financeiros e das agências de *rating*, o que resultou numa subida dos *spreads* das taxas de juro das obrigações de dívida soberana grega e na descida dos *ratings* dessas obrigações (Fernandes, 2013). Em 2010, a Grécia decidiu requerer apoio financeiro externo, à UE e ao FMI, por não conseguir obter financiamento diretamente nos mercados financeiros (Fernandes, 2013).

Segundo Zettelmeyer, Trebesch, & Gulati (2013) a reestruturação da dívida grega deu-se em início de março/abril de 2012, depois da *Troika* liquidar a dívida na ordem dos 50% do

PIB, baseando-se em cortes do valor nominal da dívida detida pelos privados. Embora esta reestruturação se tornasse irrepetível na zona Euro, por força da maior gravidade e da diferença qualitativa da situação do país relativamente a Portugal ou aos outros países, a realidade é que, o Euro Grupo foi obrigado a estender à Irlanda e a Portugal reduções de taxas de juro e alargamentos de maturidades na sequência das concessões realizadas à Grécia, em 2012.

Portugal acabou por beneficiar de uma redução de juros e de um alargamento de maturidade média da dívida. Contrariamente a Portugal, a Irlanda superou as exigências do Euro Grupo, o que levou a que considerassem o nível de juros e os prazos em vigor adequados, não permitindo justificar a revindicação de condições mais favoráveis (Zettelmeyer, Trebesch, & Gulati, 2013) e (Oliveira, 2014).

De facto, a origem da crise de dívida soberana na Irlanda é muito distinta da origem das crises grega e portuguesa, dado que a Irlanda não apresentava o mesmo histórico de défices orçamentais e dívidas públicas insustentáveis (Piketty, 2016). Pelo contrário, era vista como um país exemplar. De lembrar que em 2009, a Irlanda foi um dos países europeus mais afetados pela crise mundial, dada a importância das suas exportações para os EUA, tendo a taxa de desemprego atingido os 12.5%. O défice orçamental foi crescente, cerca de 14.3% do PIB, e o produto interno recuou 7.5%. Isso provocou um salto enorme na dívida pública de 25.1% do PIB em 2007 para 79.7% do PIB em 2010. Desta forma, a principal justificação para o problema nas contas públicas irlandesas limitou-se ao elevado grau de dependência da economia irlandesa relativamente aos setores imobiliário e da construção, os quais se ressentiram com a crise financeira do *subprime* de 2007 dos EUA. O crescimento económico e o nível de emprego do país diminuíram e os bancos irlandeses, que tinham sido os principais financiadores do investimento das famílias e das empresas de construção e na compra e venda de habitações, viram os seus ativos desvalorizarem substancialmente (Cravinho, 2014).

Como consequência, o governo irlandês resolveu introduzir capital no setor bancário para prevenir a insolvência de alguns bancos, o que deteriorou substancialmente as contas públicas irlandesas. Essa deterioração associada à subida dos *spreads* das taxas de juro das obrigações soberanas e à descida dos *ratings* dessas obrigações motivou a Irlanda a requerer ajuda financeira externa à UE e ao FMI (Bermeo & Pontusson, 2012).

Em comparação com a Irlanda, Portugal distingue-se pela explosão da dívida portuguesa ter sido muito mais acentuada (Cravinho, 2014).

Em termos de comparatividade, o caso português foi idêntico ao grego, mas em menor dimensão. Portugal era um país pouco competitivo e com graves problemas nas contas públicas, notavelmente afetado pela recessão económica da zona Euro, iniciada em 2009. À semelhança da Grécia, a recessão contribuiu para um aumento dos *spreads* das suas taxas de juro e numa descida dos seus *ratings*, o que dificultou o acesso de Portugal aos mercados para se financiar. Em junho de 2011, Portugal é forçado a pedir apoio financeiro externo (Fernandes, 2013).

Uma análise ao crescimento real do PIB nos quatro países referidos anteriormente, revela que em 2015, a taxa de crescimento mais elevada do conjunto dos países foi a da Irlanda, 25.6%, conforme evidencia a tabela 1. O que não é surpreendente, face ao referido anteriormente. Em Espanha, 2014 foi o primeiro ano de crescimento anual da economia desde o ano de 2008. Da mesma forma, em 2014, foi o primeiro crescimento anual desde 2011 para Portugal, e desde 2008 para a Grécia, sendo ainda assim um valor provisório.

Tabela 1- Taxa de crescimento real do PIB – em %

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	3,8	5,3	3,9	9,6	3,7	3,8
2005	2,1	3,7	0,6	6,0	0,9	0,8
2008	0,4	1,1	-0,3	-3,9	-1,1	0,2
2009	-4,3	-3,6	-4,3	-4,6	-5,5	-3,0
2010	2,1	0,0	-5,5	1,8	1,7	1,9
2011	1,7	-1,0	Pro -9,1	3,0	0,6	-1,8
2012	-0,4	-2,9	Pro -7,3	0,0	-2,8	-4,0
2013	0,3	-1,7	Pro -3,2	1,6	-1,7	-1,1
2014	1,8	1,4	Pro 0,7	8,3	0,1	0,9
2015	2,3	Pro 3,4	Pro -0,3	25,6	1,0	1,8
2016	2,0	Pro 3,3	Pro -0,2	5,1	0,9	Pro 1,6

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** Pro Valor provisório

De acordo com o Economic European Forecast (2016) a Grécia, a Itália e Portugal apresentaram entre 2004 e 2014 uma evolução global do PIB, em termos reais, negativa. O que demonstra a maior fragilidade destas economias quando comparadas com a da Irlanda. Desta forma, verifica-se que a evolução global do PIB em termos reais, durante o período compreendido entre 2004 e 2014, foi negativa na Grécia, em Itália e em Portugal (Europeia, 2016).

O aumento do défice público foi característica para o conjunto dos 28 países da UE, que atingiu o máximo em 2009 com 6.6% de média. A partir desse ano o défice global tem vindo sempre a reduzir.

Tabela 2- Déficit/Excedente Público – em % PIB

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	-	-1,1	-4,1	4,9	-2,4	-3,2
2005	-2,5	1,2	-6,2	1,6	-4,1	-6,2
2008	-2,5	-4,4	-10,2	-7,0	-2,6	-3,8
2009	-6,6	-11,0	-15,1	-13,8	-5,2	-9,8
2010	-6,4	-9,4	-11,2	-32,1	-4,2	-11,2
2011	-4,6	-9,6	Pro -10,3	-12,7	-3,7	-7,4
2012	-4,3	-10,5	Pro -8,9	-8,0	-2,9	-5,7
2013	-3,3	-7,0	Pro -13,2	-6,1	-2,9	-4,8
2014	-2,9	-6,0	Pro -3,6	-3,6	-3,0	-7,2
2015	-2,3	Pro -5,3	Pro -5,7	-1,9	-2,6	-4,4
2016	Pro -1,6	Pro -4,5	Pro 0,6	-0,5	-2,5	Pro -2,0

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** Pro Valor Provisório; - Ausência de Valor

Nota-se que em Espanha o saldo orçamental foi muito oscilante, variando desde um *superavit* de 1.2% em 2005 a um défice de 11% em 2009, tendo recuperado em 2015 para 5.3%. No caso da Irlanda a variabilidade é ainda superior, registando em 2005 um *superavit* de 1.6% do PIB, passou para um défice de 32.1% em 2010, ano do seu resgate. Contudo, ocorreu uma recuperação considerável, estando em 2016 com um défice de 0.5%, evidenciando que o défice da Irlanda não foi estrutural, mas sim conjuntural (Pordata, 2017b).

No caso da Grécia, o défice atingiu os dois dígitos entre 2008 e 2013, com exceção para 2012. Porém, a sua recuperação nos últimos anos foi notável, chegando a um *superavit* de 0.6% do PIB em 2016 (Pordata, 2017b).

O caso português evidencia, tal como a Grécia um défice crónico, ou seja, défices orçamentais permanentes. Após subidas desde 2005, atingiu o seu pico em 2009 com 15.1%, dois anos antes do pedido de resgate financeiro. Em 2011 iniciou-se a redução do défice com carácter sustentável, atingindo o menor valor dos anos analisados em 2016. No caso de Portugal, o défice estrutural assumiu particular relevância, uma vez que mesmo antes da crise, o défice já assumia proporções consideráveis, ao contrário de outros parceiros europeus, em que o seu défice foi conjuntural (Mateus, 2015). Daí resulta um esforço orçamental maior do que outros países, como a Irlanda por exemplo, ao nível do corte na despesa e do aumento de receita, para atingir um saldo orçamental equilibrado.

Tabela 3- Países da zona Euro em procedimento por défice excessivo – em % do PIB

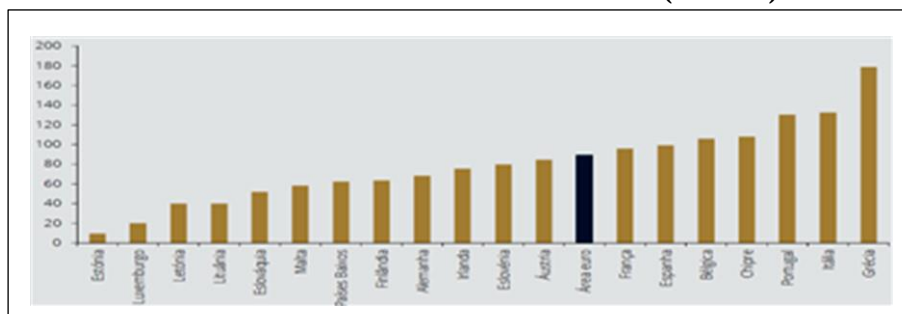
País	Data da decisão do Conselho Europeu	Ano limite para a correção	Última alteração do ano limite	Saldo orçamental de 2016
Portugal	02/12/2009	2016	08/08/2016	-2.0
Espanha	27/04/2009	2018	08/08/2016	-4.5
Grécia	27/04/2009	2016	04/12/2012	0.7
França	27/04/2009	2017	10/03/2015	-3.4

Fonte: Eurostat e Comissão Europeia, 2017

Neste âmbito, conforme evidencia a tabela 3, comparativamente aos países da zona Euro que permaneceram sujeitos ao braço corretivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), Portugal e Grécia tinham como limite para a correção do défice excessivo do ano de 2016 e, em ambos, o défice nominal foi inferior a 3% do PIB.

Relativamente ao nível de endividamento público, há que referir que o mesmo continuou a evidenciar valores muito elevados para a generalidade dos países da zona Euro. Em 2016, apenas em 6 dos 19 Estados-Membros se registou um rácio da dívida pública abaixo do valor de referência de 60% do PIB (Banco de Portugal, 2017). Portugal ainda continuou com um valor de endividamento muito superior ao desejável, sendo o terceiro maior entre os países da zona Euro.

Gráfico 1- Dívida Pública na zona Euro – em % do PIB (Dez2016)



Fonte: Banco de Portugal, 2017

Só Malta exibiu em 2016 um rácio da dívida pública inferior ao registado em 2007, antes do início da crise financeira (Banco de Portugal, 2017).

Tabela 4- Dívida Bruta Pública – em % do PIB

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	60,0	58,0	103,7	36,1	105,1	50,3
2005	61,5	42,3	107,4	26,1	101,9	67,4
2008	60,8	39,5	109,4	42,4	102,4	71,7
2009	73,4	52,8	126,7	61,5	112,5	83,6
2010	78,9	60,1	146,2	86,1	115,4	96,2
2011	81,5	69,5	Pro 172,1	110,3	116,5	111,4
2012	83,9	85,7	Pro 159,6	119,6	123,4	126,2
2013	85,8	95,5	Pro 177,4	119,4	129,0	129,0
2014	86,5	100,4	Pro 178,9	104,5	131,8	130,6
2015	84,6	Pro 99,4	Pro 176,8	76,9	131,5	128,8
2016	83,3	Pro 99,0	Pro 180,8	72,8	132,0	Pro 129,9

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** Pro Valor Provisório

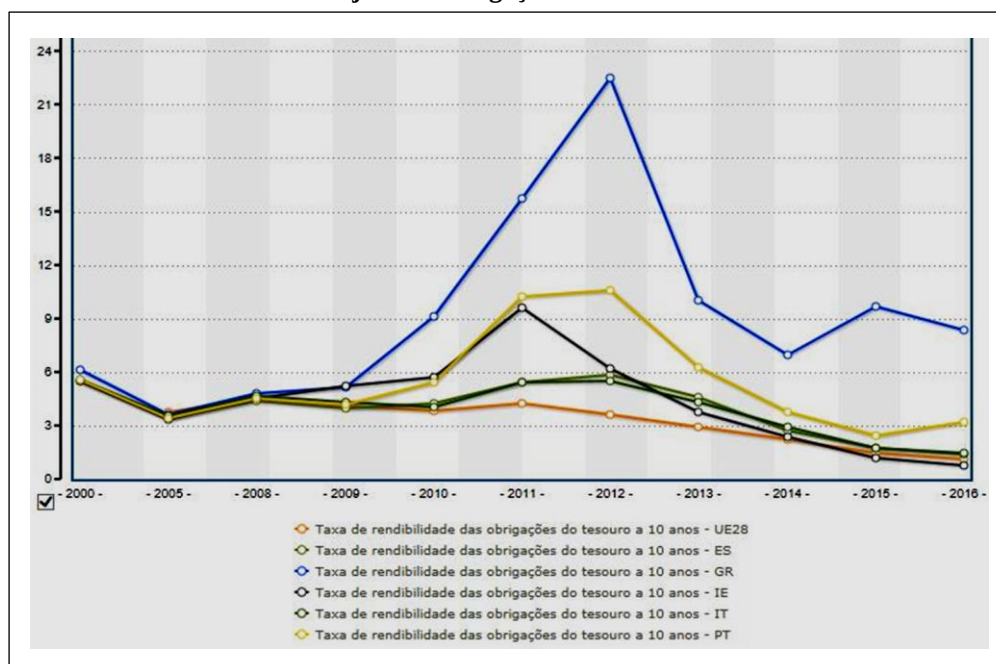
Uma análise mais abrangente, em termos temporais, permite constatar que após 2008, foi apenas em 2014 que na UE28 a dívida em percentagem do PIB começou a diminuir ligeiramente. De facto, como podemos verificar na tabela acima, 2015 foi o ano em que se assistiu a uma inversão para os países intervencionados, com excepção para a Irlanda que iniciou a descida na dívida pública em 2013.

O elevado endividamento externo dos países em estudo acarretou uma percepção de maior risco por parte dos investidores, o que originou um incremento de taxas de juro de financiamento das obrigações do tesouro (OT^{s7}) a 10 anos, conforme o gráfico seguinte.

Sem dúvida que as economias de Portugal, de Espanha e da Grécia eram as que se encontravam extremamente dependentes do exterior para se financiarem.

⁷ Obrigações do Tesouro (OT) são títulos de dívida pública emitidos pelo Estado, de modo a obter financiamento adicional quando as despesas públicas excedem as receitas. Principal instrumento utilizado pelos Estados para satisfazer as suas necessidades de financiamento. As OT são valores mobiliários de médio e longo prazo, cuja emissão se efetua através de operações sindicadas, leilões ou por operações de subscrição limitada (*tapping*) e que podem ser emitidas com: prazos entre 1 e 50 anos; com ou sem cupão (cupão zero); taxa de juro fixa; amortizáveis no vencimento pelo seu valor nominal e possibilidade de destaque de direitos (*stripping*). (metainformação – Instituto de Gestão do Crédito Público)

Gráfico 2 - Taxas de juro de obrigações do tesouro – em %



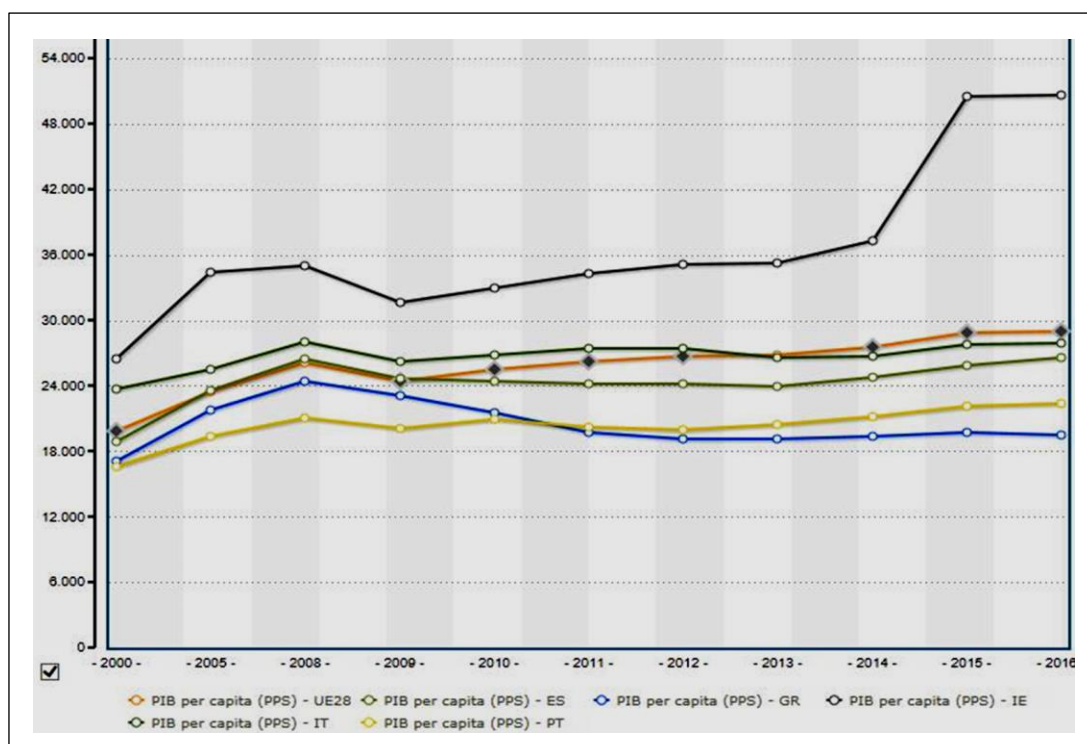
Fonte: Pordata, 2017

Como se pode verificar pelo gráfico 2, a crise da dívida soberana da zona Euro atingiu, a generalidade dos países. Contudo, foram a Grécia, a Irlanda, Portugal e a Espanha os países que mais sofreram com os elevados *spreads*.

Com o aumento das taxas de juro a um nível insuportável, os Estados foram obrigados a recorrer à ajuda externa, de forma a financiarem-se, o que implicou tomar medidas estruturais de correção do défice público, sobretudo no caso português e grego, que afetaram económica e socialmente os países (De Santis, 2012).

1.1.1. Impactos Económicos - gerais

Um dos impactos da crise foi a redução do rendimento por habitante como apresentam o gráfico e tabela seguintes, o que implicou maiores dificuldades para as famílias e consequente redução da procura interna (Reis, 2013).

Gráfico 3 - PIB *per Capita* – em PPS⁸ (€)Tabela 5- PIB *per Capita* – em PPS (€)

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	⊥ 19 782,5	18 863,6	17 098,5	26 436,3	23 675,7	16 544,9
2005	23 391,1	23 540,2	21 734,6	34 367,9	25 536,5	19 323,0
2008	26 047,9	26 447,4	24 386,9	34 984,2	27 980,5	21 048,1
2009	⊥ 24 466,7	24 641,7	23 101,1	31 590,7	26 257,3	20 136,9
2010	⊥ 25 478,8	24 424,5	21 536,9	33 005,7	26 785,3	20 894,0
2011	⊥ 26 202,0	24 186,9	Pro 19 717,3	34 276,6	27 415,3	20 199,2
2012	⊥ 26 652,3	24 166,8	Pro 19 103,2	35 075,2	27 378,2	19 986,9
2013	s 26 791,6	23 943,5	Pro 19 166,7	35 283,8	26 535,4	20 489,9
2014	⊥ s 27 592,7	Pro 24 713,2	Pro 19 406,4	37 313,9	26 648,6	21 150,7
2015	⊥ Pro 28 912,8	Pro 25 905,4	Pro 19 678,5	50 477,4	27 814,2	s 22 164,5
2016	⊥ Pro 29 017,0	Pro 26 535,9	Pro 19 537,3	50 572,6	27 900,2	s 22 398,2

Fonte: Pordata, 2017; Legenda: Pro Valor Provisório; s Valor estimado; ⊥ Quebra de série

⁸ PPS - PPS é a sigla de *Purchasing Power Standard*, uma moeda fictícia que significa «paridade de poder de compra padrão» em português. Serve para comparar os níveis de bem-estar e de despesa entre países, anulando a diferença dos níveis de preços. Os valores expressos em PPS indicam em que país o poder de compra é mais elevado, por exemplo, uma vez que esta moeda fictícia permite comprar exatamente a mesma quantidade de produtos em qualquer país (metainformação – Eurostat).

A tabela 5 evidencia de forma inequívoca que a diminuição do PIB *per Capita* foi geral para os países em análise e que foi no ano de 2009 que em todos eles se registou esta quebra, que se prolongou mais nuns do que outros países.

Em Portugal e Grécia, os valores mais baixos do PIB *per Capita* coincidiram com o ano de 2012, registando 20M€ e 19.1M€ respetivamente. No caso de Espanha, o valor mais baixo foi atingido em 2013 com 23.9M€ por habitante. A Irlanda iniciou a recuperação logo em 2010.

A diminuição no rendimento teve como principal consequência, como não poderia deixar de ser, uma descida acentuada no consumo das famílias (Reis, 2013).

Tabela 6- Consumo privado (total) – em Milhões de Euros

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	5 625 998,8	385 790,0	95 641,3	51 131,5	750 485,2	81 261,3
2005	6 698 090,7	536 684,0	131 812,5	74 674,7	885 372,0	102 105,6
2008	7 422 557,6	633 540,0	163 039,0	91 389,6	972 390,7	118 490,2
2009	7 090 898,6	605 346,0	161 838,1	81 190,6	953 739,9	113 509,0
2010	7 352 927,9	618 755,0	156 803,2	79 788,1	978 931,9	118 329,1
2011	7 536 446,7	618 865,0	Pro 144 677,9	79 251,0	1 007 196,0	115 961,1
2012	7 732 509,6	611 349,0	Pro 133 667,7	79 578,2	993 725,0	111 610,1
2013	7 756 823,2	598 482,0	Pro 127 853,3	80 798,0	980 879,9	111 143,7
2014	7 968 401,9	608 680,0	Pro 125 440,6	83 432,5	985 995,3	114 059,8
2015	8 328 136,4	Pro 626 335,0	Pro 122 969,1	87 326,4	1 006 491,9	117 726,9
2016	8 357 242,6	Pro 644 719,0	Pro 121 736,5	90 846,9	1 022 410,5	Pro 121 334,7

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** Pro Valor Provisório

De acordo com a tabela 6, no que respeita à média dos 28 países da UE, apenas em 2009 ocorreu uma ligeira diminuição do consumo. Nos países analisados, Espanha sofreu uma contração nos anos de 2009, 2012 e 2013. Na Irlanda esta mesma evolução ocorreu em 2009, 2010, 2011 e 2013. No caso de Portugal a contração do consumo aconteceu nos anos 2009, 2011, 2012 e 2013. Já no caso da Grécia, a partir de 2008, essa diminuição ocorreu em todos os anos analisados.

Quanto à recuperação do investimento, após a queda acentuada durante a crise económica e financeira, em Portugal revelou-se lenta a recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)⁹. Este episódio foi também observável em outras economias da zona Euro, onde o

⁹ FBCF - é a operação do Sistema de Contas Nacionais que registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos.

nível de investimento, em 2015 e 2016, ainda se situava abaixo do observado em 2008. Além disso, para Portugal, o capital por trabalhador na economia manteve-se em níveis baixos quando comparado com a média da zona Euro (Alves & Tavares, 2017).

Tabela 7- Investimento: Formação Bruta de Capital Fixo - em Milhões de Euros

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	2 108 887,7	168 958,0	35 231,0	25 759,0	253 201,9	35 959,1
2005	2 457 466,8	278 162,0	41 500,1	50 800,7	315 193,3	36 644,7
2008	2 928 414,4	326 064,0	57 626,9	46 525,1	346 691,4	40 850,4
2009	2 522 000,0	262 499,0	49 386,9	35 875,7	314 359,9	37 106,8
2010	2 568 275,5	248 987,0	39 698,0	29 422,5	320 001,7	36 937,7
2011	2 657 971,1	229 884,0	Pro 31 607,0	28 836,9	321 837,1	32 451,8
2012	2 649 477,5	205 839,0	Pro 24 140,0	34 542,0	296 165,7	26 672,0
2013	2 608 664,2	192 371,0	Pro 21 962,9	33 610,3	276 667,6	25 122,0
2014	2 718 952,8	200 265,0	Pro 20 624,4	40 422,0	271 516,0	25 993,1
2015	2 881 675,2	Pro 214 216,0	Pro 20 308,6	53 291,3	279 802,4	27 843,9
2016	2 954 028,7	Pro 223 645,0	Pro 20 458,4	87 694,5	288 077,9	Pro 28 292,7

Fonte: Pordata, 2017; Legenda: Pro Valor Provisório

No contexto dos 28 países da UE, este indicador sofreu um decréscimo significativo no ano de 2009, mas desde então, tem vindo sempre a recuperar.

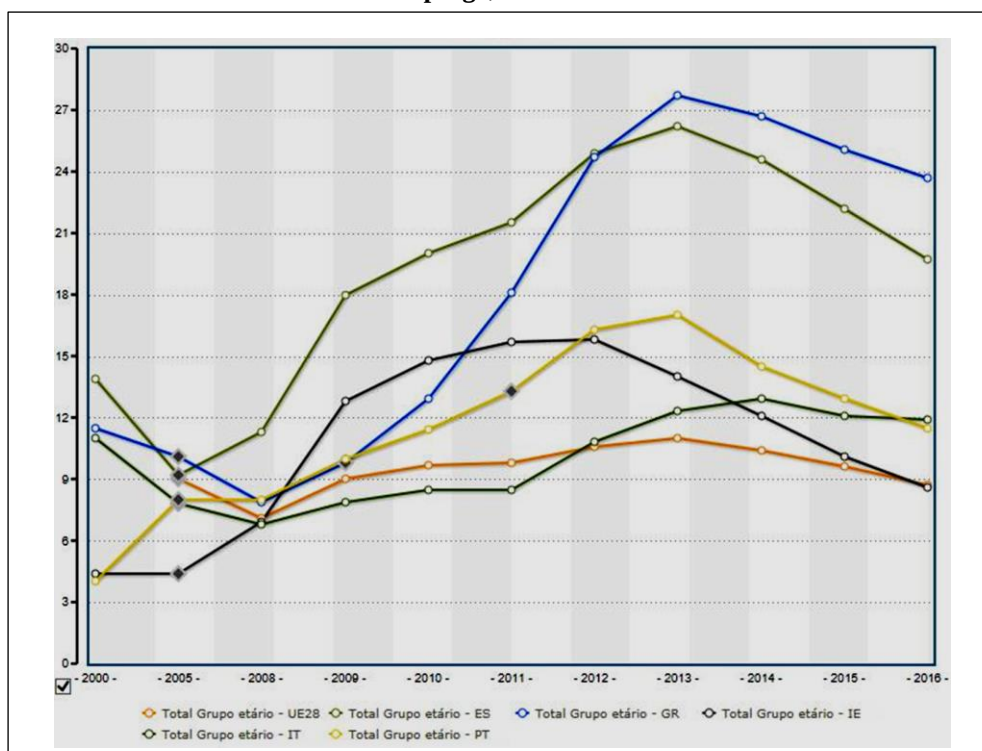
1.1.2. Impactos Sociais - gerais

No que respeita a aspetos não puramente económicos, destaca-se a evolução da taxa de desemprego nos quatro países em análise, com as consequências sociais e familiares que o desemprego acarreta (visualizam-se os dados na tabela e no gráfico seguintes).

Tabela 8- Taxa de desemprego, dos 15 aos 64 anos - em %

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	x	13,9	11,5	4,4	11,0	4,0
2005	⊥ 9,0	⊥ 9,2	⊥ 10,1	⊥ 4,4	⊥ 7,8	⊥ 8,0
2008	7,1	11,3	7,9	6,9	6,8	8,0
2009	9,0	18,0	⊥ 9,8	12,8	7,9	10,0
2010	9,7	20,0	12,9	14,8	8,5	11,4
2011	9,8	21,5	18,1	15,7	8,5	⊥ 13,3
2012	10,6	24,9	24,7	15,8	10,8	16,3
2013	11,0	26,2	27,7	14,0	12,3	17,0
2014	10,4	24,6	26,7	12,1	12,9	14,5
2015	9,6	22,2	25,1	10,1	12,1	12,9
2016	8,7	19,7	23,7	8,6	11,9	11,5

Fonte: Pordata, 2017; Legenda: x Valor não disponível; ⊥ Quebra de série

Gráfico 4- Taxa de desemprego, dos 15 aos 64 anos - em %

Fonte: Pordata, 2017

Apesar de existirem disparidades, verifica-se um aumento generalizado da taxa de desemprego para os países em estudo, sempre acima dos valores registado pela UE28 países. A partir de 2008 é notório o crescimento do desemprego nestes países, nalguns casos para valores alarmantes como foi o ano de 2013 em Espanha, com 26,2%, na Grécia com 27,7% e em Portugal com 17%. De notar que a Espanha e a Grécia apresentam de forma mais evidente um problema de desemprego estrutural.

Dentro do espectro social, o risco de pobreza é um outro indicador de elevada relevância.

Tabela 9- População em risco de pobreza (total) – por sexo em %

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2005	x	24,3	29,4	25,0	25,6	26,1
2008	x	⊥ 23,8	28,1	23,7	25,5	26,0
2009	x	24,7	27,6	25,7	24,9	24,9
2010	23,7	26,1	27,7	27,3	25,0	25,3
2011	24,3	26,7	31,0	29,4	28,1	24,4
2012	24,7	27,2	34,6	30,3	29,9	25,3
2013	24,6	27,3	35,7	29,9	28,5	27,5
2014	24,4	29,2	36,0	27,7	28,3	27,5
2015	23,8	28,6	35,7	26,0	28,7	26,6
2016	s 23,4	27,9	35,6	x	x	25,1

Fonte: Pordata, 2017; Legenda: x Valor não disponível; s Valor estimado; ⊥ Quebra de série

Verifica-se que todos os quatro países estão acima da média europeia de forma consistente. É a Grécia, novamente, que assume os valores mais elevados, neste caso com bastante diferença, estando nos últimos anos, desde 2012, entre 34% e 36%. É a partir de 2012/2013 que os outros países têm vindo a diminuir, ainda que muito ligeiramente, este indicador, mas ainda assim, sem atingir valores pré-crise.

O risco de pobreza não estando dissociado da atribuição de prestações sociais, terá certamente como consequência um aumento de pedido destas prestações. De facto, a tabela a baixo evidencia precisamente esta associação. Claramente se verifica um aumento das despesas de proteção social durante os anos da crise.

Tabela 10- Despesas de proteção social: Prestações sociais por habitante – em Euros

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	⊥ -	3 033,9	⊥ Pro 2 316,9	3 517,1	4 987,7	2 305,2
2005	-	4 180,9	Pro 3 610,4	6 630,2	6 265,8	3 361,6
2008	Pro 6 471,6	5 094,9	Pro 4 888,0	8 193,8	7 073,1	3 774,4
2009	⊥ Pro 6 732,5	5 575,0	Pro 5 209,0	8 746,4	7 322,3	4 065,6
2010	⊥ Pro 6 989,2	5 605,1	Pro 5 168,8	8 779,6	7 481,8	4 145,3
2011	⊥ Pro 7 133,5	5 695,6	Pro 4 993,1	8 763,6	7 544,1	4 045,4
2012	⊥ Pro 7 349,7	5 555,3	Pro 4 748,5	8 803,9	7 600,4	3 995,0
2013	Pro 7 436,3	5 567,6	Pro 4 233,8	8 645,2	7 631,9	4 243,7
2014	⊥ Pro 7 607,6	Pro 5 565,3	Pro 4 182,5	8 479,2	Pro 7 683,7	4 240,3
2015	-	Pro 5 625,8	Pro 4 244,7	8 482,1	Pro 7 839,7	4 289,7

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** ⊥ Quebra de série; - Ausência de valor; **Pro** Valor provisório

A análise deste indicador apresenta uma diferença considerável de montantes entre os países analisados, face à média da UE28. Com exceção da Irlanda, os restantes estão abaixo da média europeia. Esta mesma média tem sido crescente no horizonte temporal abordado.

No caso grego, esta despesa com prestações sociais tem vindo a diminuir desde 2009. Em Espanha, Irlanda e Portugal os valores de prestações por habitante têm-se mantido constantes ou ligeiramente crescentes. Porém, o seu valor absoluto é muito distinto, perfazendo em 2015, 5600M€, 8400M€, e 4200M€ respetivamente, por habitante/ano. De salientar que em termos absolutos Portugal tem sido o país com prestações mais baixas, com exceção para o ano 2013.

1.1.3. Impactos Económicos e Sociais nos Pensionistas e Idosos - gerais

Sendo os pensionistas e os idosos uma camada da população extremamente vulnerável em situações de crise, uma vez que já não reúnem condições físicas para fazerem face a situações mais adversas, é pertinente fazer uma análise dos impactos económicos e sociais neste grupo.

Entre os indicadores que abrangem exclusivamente pensionistas e idosos, salientam-se os seguintes:

- Pensões de sobrevivência por habitante, que correspondem em muitos casos a carreiras não contributivas, tratando-se de uma pensão mínima de subsistência.
- Pensões de velhice, ou seja, aquelas que resultam na sua grande maioria de uma carreira contributiva.
- Taxa de privação material severa nos idosos.
- Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: indivíduos com 65 e mais anos.

No que respeita às pensões de sobrevivência por habitante, correspondem em muitos casos, a carreiras não contributivas e correspondem a uma pensão mínima de subsistência. Esta pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido, ou seja, os pagamentos são periódicos e são devidos a pessoas com direito aos mesmos, pela da sua relação com uma pessoa falecida protegida pelo regime de proteção social (viúvos, viúvas, órfãos e equiparados) (Eurostat, 2017).

Tabela 11- Pensões de sobrevivência por habitante – em Euros

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	⊥ -	312,2	⊥ Pro 225,9	212,0	523,8	148,4
2005	-	408,8	Pro 334,6	323,2	617,6	204,8
2008	Pro 385,0	457,7	Pro 452,1	364,1	650,8	251,4
2009	⊥ Pro 392,8	475,3	Pro 490,4	381,6	674,3	266,8
2010	⊥ Pro 397,3	493,2	Pro 477,6	163,7	681,4	277,0
2011	⊥ Pro 402,1	503,9	Pro 462,0	166,4	689,5	273,2
2012	⊥ Pro 408,1	514,4	Pro 448,6	173,6	702,8	277,7
2013	Pro 415,8	533,0	Pro 407,0	169,3	712,7	294,0
2014	⊥ Pro 421,0	Pro 543,1	Pro 410,3	169,4	Pro 714,1	305,7
2015	-	Pro 549,6	Pro 427,2	176,8	Pro 721,7	312,7

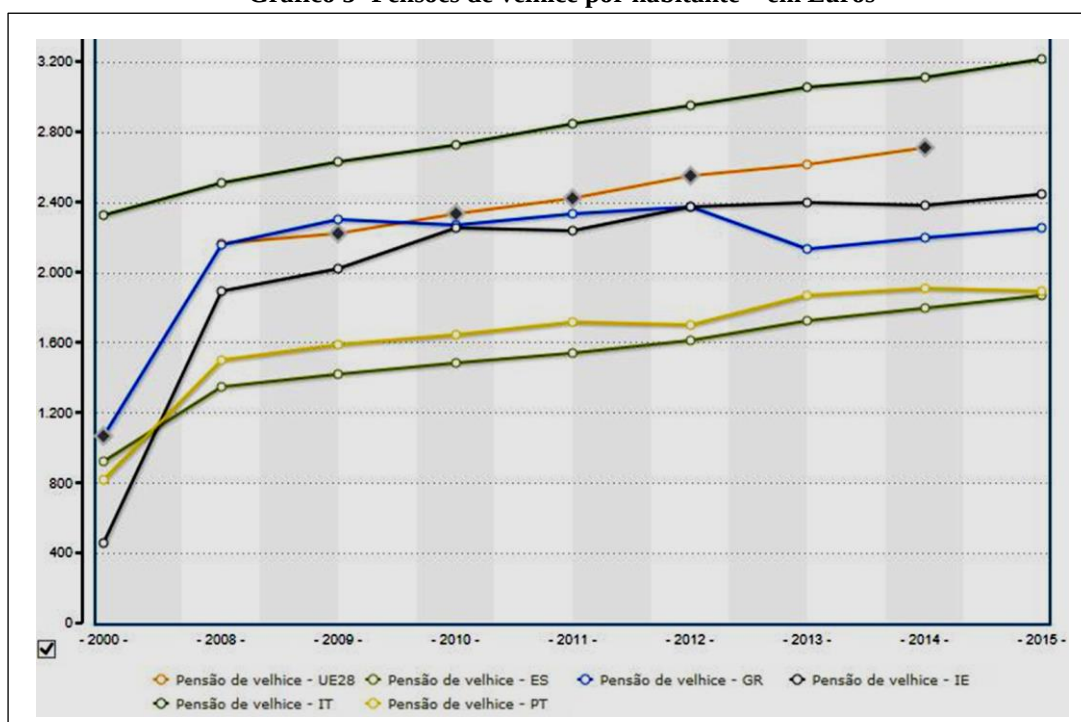
Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** ⊥ Quebra de série; - Ausência de valor; **Pro** Valor provisório

Após análise dos dados, verificam-se grandes discrepâncias entre países, existindo apenas dados concluídos até 2014. É a Espanha que apresenta valores mais elevados, mesmo acima da média europeia, e com um crescimento anual significativo, atingindo 543€ por habitante

em 2014. A Grécia assume o 2º lugar, mas decrescendo desde 2009 até 2013, ano em que atinge 407€. A média europeia ultrapassa a Grécia em 2014, atingindo o valor de 421€. A Irlanda assume o valor mais baixo, após um decréscimo significativo em 2010, atingindo em 2014 o montante de 170€. Portugal tem observado um crescimento constante, passando de 251€ em 2008 para 305€ em 2014, valores ainda assim bastante baixos.

Para além das pensões de sobrevivência, é importante analisar as pensões de velhice, dito de outro modo, aquelas que resultam na sua grande maioria de uma carreira contributiva.

Gráfico 5- Pensões de velhice por habitante – em Euros



Fonte: Pordata, 2017

Tabela 12- Pensões de velhice por habitante – em Euros

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	⊥ -	923,6	⊥ Pro 1 064,6	456,3	2 326,3	817,1
2008	Pro 2 165,6	1 349,8	Pro 2 159,8	1 888,5	2 506,1	1 497,0
2009	⊥ Pro 2 222,7	1 417,3	Pro 2 296,7	2 019,7	2 632,6	1 586,6
2010	⊥ Pro 2 331,4	1 486,5	Pro 2 265,2	2 252,2	2 724,8	1 639,4
2011	⊥ Pro 2 420,4	1 541,1	Pro 2 333,3	2 236,1	2 847,0	1 715,6
2012	⊥ Pro 2 546,8	1 608,5	Pro 2 370,6	2 374,1	2 946,2	1 697,8
2013	Pro 2 616,8	1 720,1	Pro 2 129,1	2 398,7	3 050,4	1 870,9
2014	⊥ Pro 2 710,0	Pro 1 794,4	Pro 2 195,9	2 384,6	Pro 3 112,4	1 908,9
2015	-	Pro 1 867,8	Pro 2 254,1	2 442,2	Pro 3 211,2	1 891,2

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** ⊥ Quebra de série; - Ausência de valor; **Pro** Valor provisório

Nota-se um crescimento anual constante em todos os países, com exceção do ano de 2013 na Grécia. A Grécia, até 2009, assumiu, inclusivamente, valores mais elevados que a média europeia, ocupando em 2014 o 2º lugar nos países analisados, incluindo Itália. É a Espanha que apresenta os valores mais baixos. Portugal, com um comportamento crescente passa de 1.497€ em 2008 para 1.908€ em 2014. Contudo, os quatro países analisados, ainda estão distantes da média europeia.

Quanto à privação material severa dos bens¹⁰ mais elementares nos idosos, esta está representada pela percentagem da população com uma forte carência de pelo menos quatro dos nove itens de privação material na dimensão da “pressão económica e bens duradouros” (Eurostat, 2017). Os nove itens a considerar são:

- 1) Atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos;
- 2) Capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa;
- 3) Capacidade para pagar uma refeição que inclua carne, frango, peixe (ou equivalente vegetariano) de dois em dois dias;
- 4) Capacidade para enfrentar despesas financeiras inesperadas [quantia fixa correspondente ao limiar nacional mensal de risco de pobreza do ano prévio];
- 5) O agregado não pode pagar um telefone (incluindo telemóvel);
- 6) O agregado não pode pagar uma televisão a cores;
- 7) O agregado não pode pagar uma máquina de lavar;
- 8) O agregado não pode pagar um carro;
- 9) Capacidade do agregado para manter a casa adequadamente aquecida.

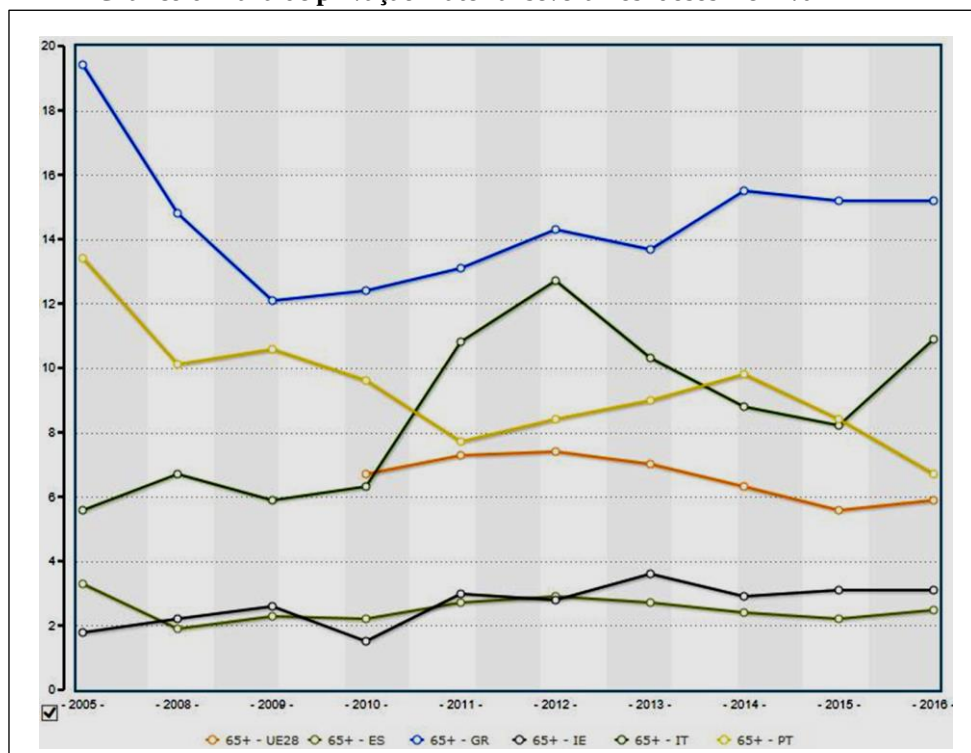
A tabela e gráfico seguintes apresentam a percentagem da taxa de privação material severa.

¹⁰ A taxa de privação material severa representa a percentagem da população que enfrenta pelo menos quatro dos nove tipos da lista de dificuldades económicas acordada na UE. (Eurostat).

Tabela 13- Taxa de privação material severa nos idosos – em %

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2005	x	3,3	19,4	1,8	5,6	13,4
2008	x	1,9	14,8	2,2	6,7	10,1
2009	x	2,3	12,1	2,6	5,9	10,6
2010	6,7	2,2	12,4	1,5	6,3	9,6
2011	7,3	2,7	13,1	3,0	10,8	7,7
2012	7,4	2,9	14,3	2,8	12,7	8,4
2013	7,0	2,7	13,7	3,6	10,3	9,0
2014	6,3	2,4	15,5	2,9	8,8	9,8
2015	5,6	2,2	15,2	3,1	8,2	8,4
2016	Pro 5,9	2,5	15,2	s 3,1	Pro 10,9	6,7

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** x Valor não disponível; s Valor estimado **Pro** Valor provisório

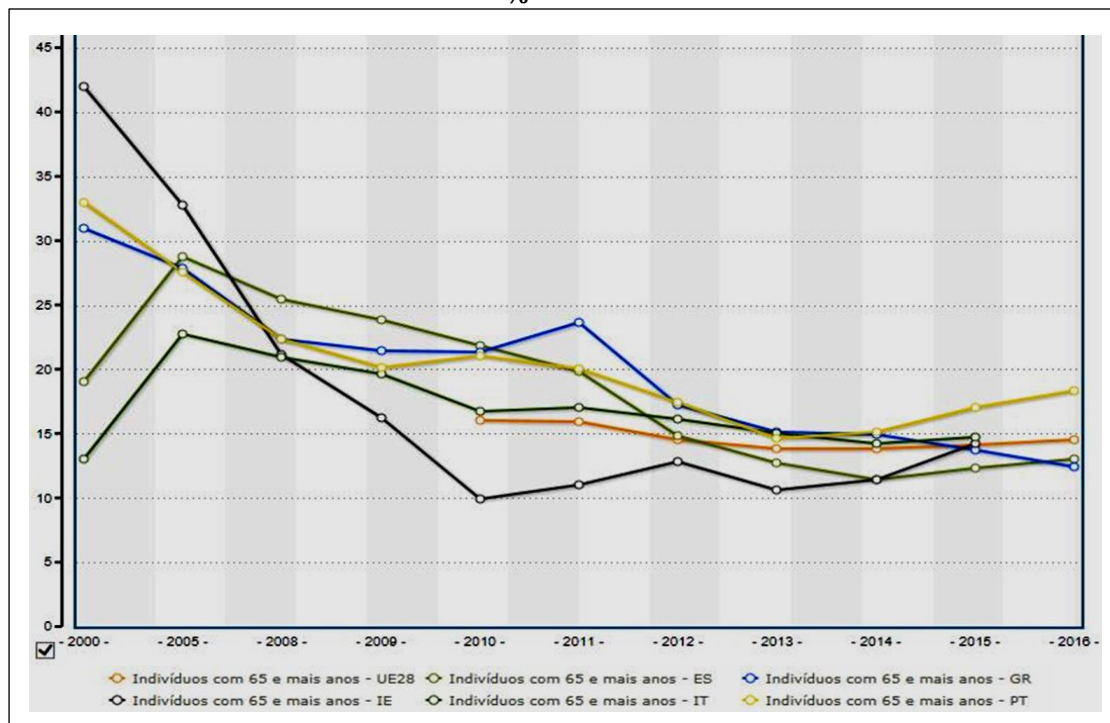
Gráfico 6- Taxa de privação material severa nos idosos – em %

Fonte: Pordata, 2017

Pela tabela 13 é possível constatar que, no conjunto dos países analisados, a Espanha e a Irlanda são os que apresentam melhores resultados. A média europeia aumentou desde 2010 até 2012, atingindo neste último os 7.4% e descendo até 2015 atingindo 5.6%. A Grécia assume os valores mais elevados, com um comportamento descendente até 2009, 12.1% e aumentando até 2014, onde atinge 15.5%, diminuindo muito ligeiramente até 2016, 15.2%. Na situação de Portugal, ocorreu um decréscimo até 2011, atingindo 7.7%, e no pico da crise ocorreu um aumento anual até 2014, com 9.8%, existindo a partir desse ano uma descida até 2016, perfazendo 6.7%. Estes valores aproximam-se nos últimos anos da média UE 28, mas ainda muito longe de Espanha e Irlanda.

De forma a identificar outros indicadores da realidade social dos idosos, é analisada a taxa de risco de pobreza¹¹ após transferências sociais para indivíduos com 65 e mais anos.

Gráfico 7- Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: indivíduos com 65 e mais anos – em %



Fonte: Pordata, 2017

Tabela 14- Taxa de risco de pobreza após transferências sociais: indivíduos com 65 e mais anos – em %

Anos/Países	União Europeia (28 Países)	Espanha	Grécia	Irlanda	Itália	Portugal
2000	x	19,0	31,0	42,0	13,0	33,0
2005	x	28,8	27,9	32,8	22,7	27,6
2008	x	25,5	22,3	21,1	20,9	22,3
2009	x	23,8	21,4	16,2	19,6	20,1
2010	16,0	21,8	21,3	9,9	16,7	21,0
2011	15,9	19,8	23,6	11,0	17,0	20,0
2012	14,5	14,8	17,2	12,8	16,1	17,4
2013	13,8	12,7	15,1	10,6	15,0	14,6
2014	13,8	11,4	14,9	11,4	14,2	15,1
2015	14,1	12,3	13,7	14,2	14,7	17,0
2016	s 14,5	13,0	12,4	x	x	18,3

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** x Valor não disponível; ⊥ Quebra de série

¹¹ A taxa de risco de pobreza representa a percentagem de pessoas que tem rendimentos considerados baixos face à restante população, ou seja, que ficam abaixo do valor fixado para o limiar de risco de pobreza. Para o cálculo desta taxa pode ser considerado o rendimento em três óticas: 1. Antes de qualquer transferência social; 2. Após transferências relativas a pensões; 3. Após transferências sociais (INE).

A tendência global dos países é muito semelhante. Existe uma descida generalizada desde 2007 até 2013, mas a partir deste ano existe uma tendência de aumento, com exceção da Grécia, em que a tendência de descida continua até 2016. Este fenómeno pode dever-se ao facto deste indicador ter como referência uma percentagem do rendimento por pessoa, que tem aumentado a partir de 2014, com exceção da Grécia. Uma vez que o valor desse limite de pobreza aumenta, mais pessoas estão incluídas abaixo desse limite.

1.2. Crise económica em Portugal e os seus impactos

Os efeitos da crise imobiliária dos EUA não afetaram Portugal e os portugueses diretamente, mas devido à circunstância de se ter alargado pelos mercados mundiais dos produtos, Portugal como pequena economia que é, ressentiu-se desses efeitos. Inicialmente percebeu-se que a crise do sistema financeiro atingiu os portugueses através da mediatização da situação do Banco Português de Negócios (BPN) e do Banco Privado Português (BPP). As previsões internacionais eram de acompanhar a recessão mundial e que o país retomasse o crescimento apenas quando a procura mundial recuperasse e a um ritmo inferior ao da zona Euro (Martins, 2009).

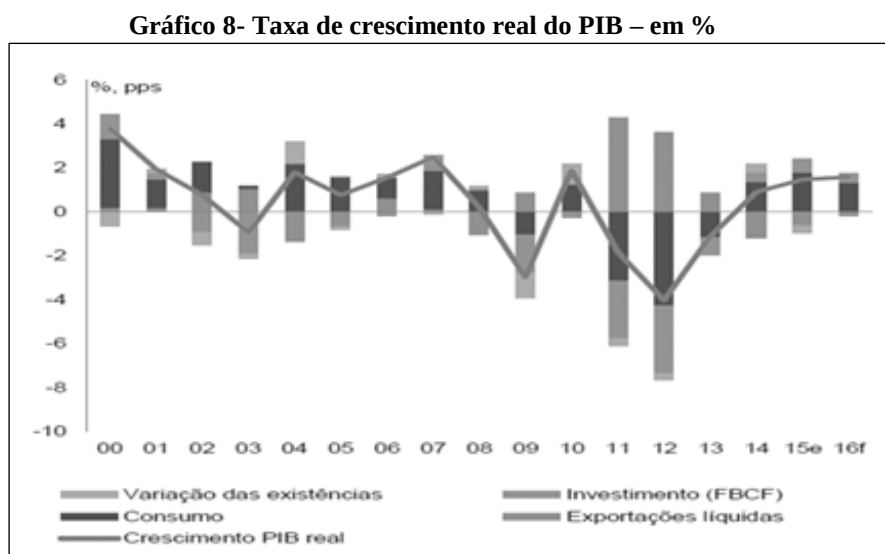
Martins (2009) também afirma que desde 2009, a subida nas despesas sociais (subsídio de desemprego) fez com que a crise económica começasse a ter efeitos que exigiam uma monitorização. Implementou-se medidas fiscais (essencialmente aumento de impostos e corte na despesa do estado, como por exemplo o de salários da função pública), apoio social às famílias e apoio às empresas.

Faria (2010) refere que desde a adesão de Portugal à moeda única a divergência em relação à média dos 27 Estados-membros da UE influenciou a situação em que se encontrava Portugal nesta crise económica e social de 2007/8. Após 1990 assistiu-se a um período de crescimento da economia portuguesa associado a baixas taxas de juro e a um aumento do crédito, situação que se agravou levando as famílias a um consequente endividamento. Com esta explosão do consumo, justificava-se uma política orçamental mais restrita, o que Portugal não fez, pelo contrário, adotou uma política excessivamente expansionista, não implementando as reformas estruturais necessárias para um crescimento económico sustentável (Romano, 2017).

Assim, a economia portuguesa acumulou uma elevada dívida externa, num contexto em que a poupança era baixa e as fontes primárias de poupança se encontravam fragilizadas por via da descapitalização das empresas e do forte endividamento das famílias, decorrente da manutenção de um elevado padrão de consumo e da aquisição de bens imóveis a crédito. Por outro lado, as empresas portuguesas apresentam em média baixos níveis de autonomia financeira, prosseguindo uma política de endividamento muito forte em função da atividade desenvolvida e dos níveis de capitais disponibilizados pelos seus acionistas (Romano, 2017) .

1.2.1. Impactos Económicos

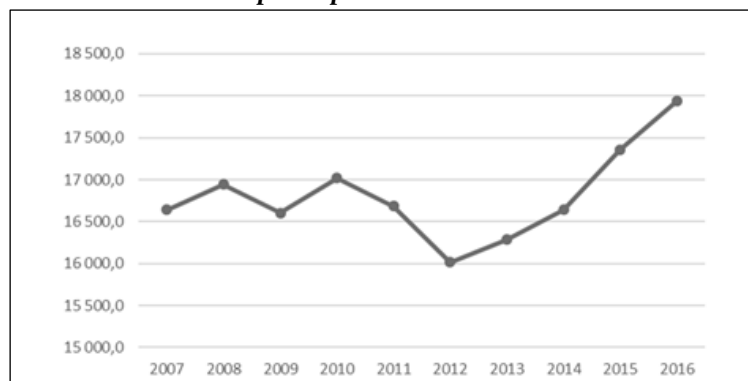
O gráfico 8 torna legível que, na recente crise 2008/2015, a economia esteve em forte recessão durante 2009 e em três anos consecutivos, 2011, 2012 e 2013, registando-se uma perda acumulada do PIB (Pordata, 2017b).



Fonte: Pordata, Comissão Europeia, 2017

No que respeita ao PIB *per Capita*, verifica-se ocorreram decréscimos significativos em 2009, 2011 e 2012, como se verifica no gráfico seguinte.

Gráfico 9- PIB *per Capita* – em milhões de Euros



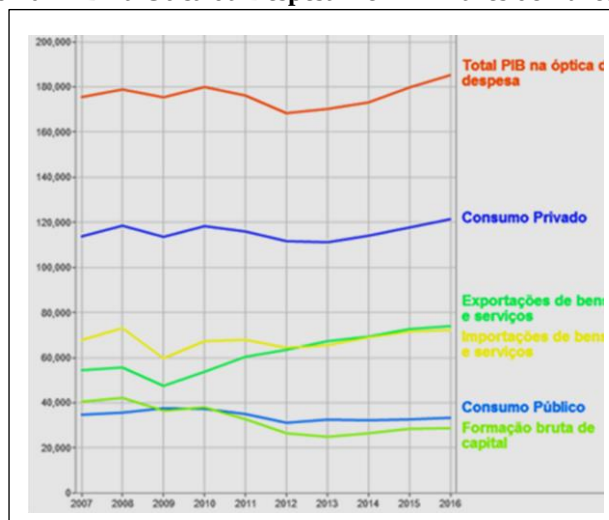
Fonte: Pordata, 2017

A partir de 2013 ocorreu uma ligeira recuperação económica, passando de 16000M€ em 2012 para 18000M€ em 2016.

É relevante identificar os componentes que perfazem o PIB na ótica da despesa, assim como analisar a sua evolução. Constata-se que foram as exportações e o consumo privado as variáveis que mais contribuíram para a retoma do crescimento do PIB.

Um marco importante ocorreu durante o ano de 2012, em que se passou de um défice na balança comercial (exportações menos importações), para uma situação de excedente. Assim, as exportações contribuíram fortemente para o crescimento do PIB, aumentando cerca de 20MM€ desde 2009 a 2016. Esta consequência positiva teve origem numa mudança estrutural do tecido empresarial português, que, perante a diminuição do consumo interno, se viu obrigado a procurar mercados externos (Banco de Portugal, 2017).

Gráfico 10- PIB na Ótica da Despesa – em Milhares de Euros

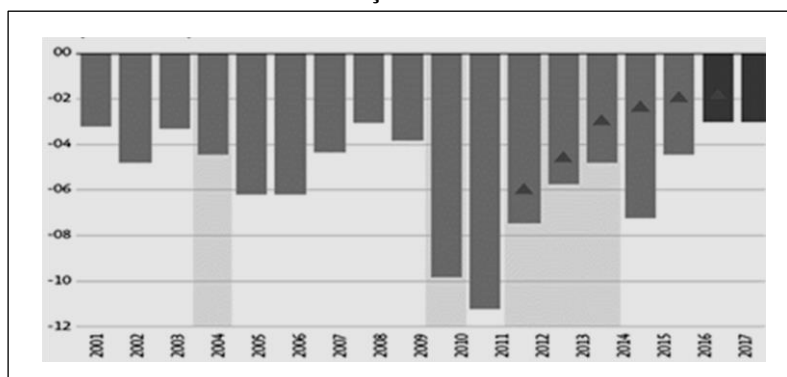


Fonte: Pordata, 2017

Com o retomar da recuperação económica em 2014, ocorreu também um aumento das importações, fruto do aumento do consumo, que contribuem negativamente para o PIB.

No que respeita à situação orçamental, Portugal partiu de um défice de 11% do PIB em 2010 e conseguiu reduzi-lo ao longo dos cinco anos seguintes, para pouco mais de 4%. A redução do défice foi uma imposição e, sem dúvida, uma necessidade.

Gráfico 11- Déficit Orçamental – em % do PIB



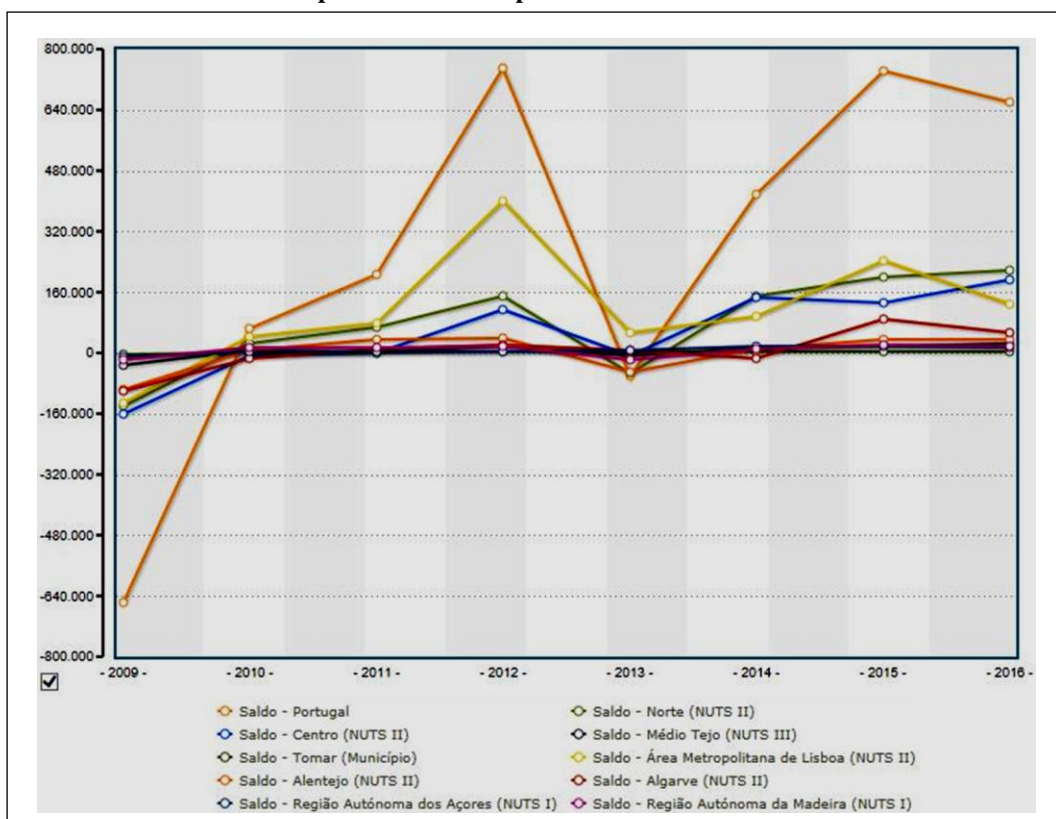
Fonte: Pordata 2017

Portugal passa a cumprir, a partir de 2016, as metas de défice excessivo (inferior a 3%) da União Europeia.

Uma parte das contas nacionais passaram pelas receitas efetivas¹² e despesas efetivas¹³ das Câmaras Municipais. Esses dados são apresentados no gráfico seguinte. Nota-se que até 2010 o saldo deficitário deste indicador contribuía para agravar o défice nacional. Nesse ano o défice atingiu cerca de 656M€. Para esse valor contribuíram essencialmente as regiões Norte, Centro e Área Metropolitana de Lisboa (AML).

¹² As receitas efetivas das administrações públicas incluem receitas correntes, como impostos e receitas de capital, como vendas de imóveis ou fundos europeus destinados ao investimento em infraestruturas. As receitas efetivas excluem empréstimos e outras operações financeiras.

¹³ As despesas efetivas das administrações públicas incluem as despesas correntes como os gastos com pessoal, e as despesas de capital, como os investimentos. As despesas efetivas excluem empréstimos e outras operações financeiras.

Gráfico 12- Câmaras Municipais: saldo de despesas e receitas efetivas – em Milhares de Euros

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 15- Câmaras Municipais por territórios: saldo de despesas e receitas efetivas – em Milhares de Euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	-656 678,38	65 461,08	207 862,17	(R) 748 720,71	-61 601,03	418 993,17	(R) 741 302,17	(R) 662 249,81
Norte	-139 766,09	25 529,27	67 917,77	(R) 148 949,45	-55 197,19	148 733,49	(R) 201 367,25	(R) 217 291,37
Centro	-160 758,43	-8 751,21	-82,64	(R) 115 165,09	-8 893,88	146 324,89	(R) 130 366,38	(R) 192 422,76
Área Metropolitana de Lisboa	-131 713,38	41 407,98	78 020,82	(R) 400 517,40	53 286,16	96 951,65	(R) 244 086,46	(R) 128 959,78
Alentejo	-97 616,51	6 448,86	34 832,17	(R) 40 734,37	-49 511,87	11 188,17	(R) 35 088,29	(R) 37 049,70
Algarve	-101 479,38	-14 127,25	11 206,46	(R) 22 668,73	8 550,44	-12 601,86	(R) 90 022,71	(R) 52 440,89
Região Autónoma dos Açores	-9 097,99	1 834,35	2 344,47	(R) 4 568,45	7 884,17	16 126,54	(R) 17 615,81	(R) 15 464,08
Região Autónoma da Madeira	-16 246,61	13 119,06	13 623,13	(R) 16 117,21	-17 718,86	12 270,28	(R) 22 755,28	(R) 18 621,22

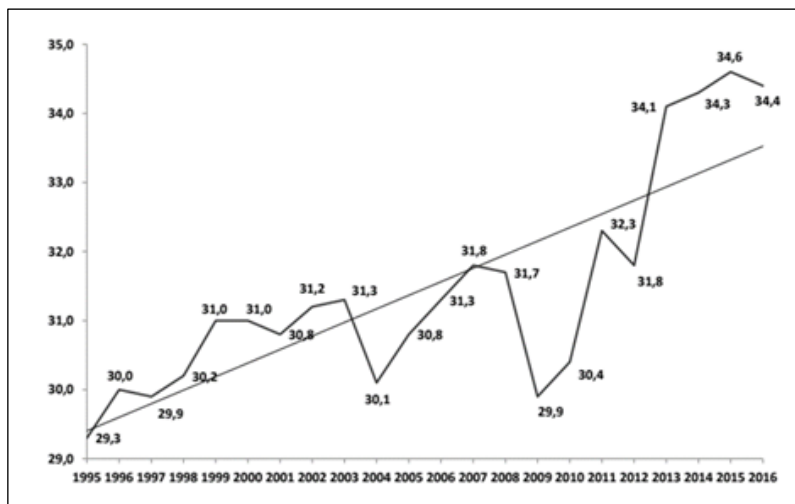
Fonte: Pordata, 2017; **Legenda: (R)** Dados retificados pela entidade responsável

Em 2012, com as restrições de gastos impostas às Câmaras Municipais atingiu-se um *superavit* de aproximadamente 750M€. Atingiu-se um excedente considerável no triénio 2014-2016, em que os maiores contribuidores foram as regiões do Norte, Centro e AML. Neste indicador, a crise e as medidas adotadas, trouxeram resultados positivos para o país.

Em matéria de carga fiscal, os impostos têm oscilado nos últimos anos e são responsáveis por uma forte redução do rendimento disponível da população, quer pelo aumento dos

impostos diretos quer pelo aumento dos indiretos. Este aumento foi muito significativo durante o período da crise, tendo-se verificado até 2015. Segundo os dados divulgados pelo INE (2017), em 2016, a carga fiscal diminuiu, ficando em 34.4% do PIB.

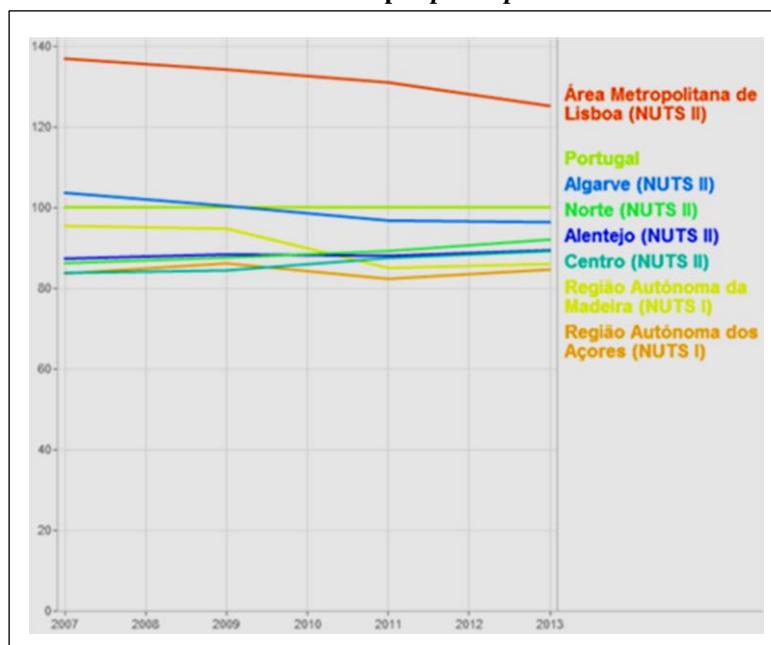
Gráfico 13- Evolução da carga fiscal entre 1995 e 2016 – em % do PIB



Fonte: INE, 2017

Seguidamente analisa-se o poder de compra *per Capita* por regiões.

Gráfico 14- Poder de compra *per Capita* – em %



Fonte: Pordata 2017

Tabela 16- Poder de compra *per Capita* – em %

Territórios/Anos	2007	2009	2011	2013	2015
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	86,2	87,6	89,2	92,0	92,1
Centro	83,8	84,4	87,5	89,2	88,8
Médio Tejo	80,9	79,9	84,5	86,6	87,4
Tomar	82,6	79,6	85,1	87,4	87,4
Área Metropolitana de Lisboa	136,9	134,2	131,0	125,1	124,7
Alentejo	87,3	88,4	88,0	89,4	91,0
Algarve	103,7	100,4	96,7	96,4	95,2
Região Autónoma dos Açores	83,6	86,1	82,4	84,6	85,5
Região Autónoma da Madeira	95,5	94,7	85,1	86,0	86,9

Fonte: Pordata 2017

A análise revela que é a AML que se distingue pelo maior poder aquisitivo. As restantes regiões situam-se abaixo da média nacional, com o pior desempenho para as duas regiões autónomas. Verifica-se que a região da AML e o Algarve têm um comportamento decrescente desde 2007. No entanto, o Norte, Alentejo e Centro têm recuperado positivamente desde 2009. Este indicador parece revelar que a crise contribuiu para diminuir as assimetrias regionais. Contudo, esta melhoria fica a dever-se a uma diminuição da população e diminuição dos preços.

A par do poder de compra, é relevante identificar o tipo de consumo realizado em Portugal, duradouro ou não duradouro.

Tabela 17- Consumo das famílias no território económico: duradouro e não duradouro – em %

Anos	Consumo das famílias	
	Duradouro	Não duradouro
2000	13,5	86,5
2008	10,0	90,0
2009	8,7	91,3
2010	9,4	90,6
2011	8,0	92,0
2012	6,4	93,6
2013	6,4	93,6
2014	7,3	92,7
2015	8,1	91,9
2016	Pro 8,7	Pro 91,3

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** Pro Valor provisório

Com a crise, as preferências e possibilidades de compra dos consumidores focaram-se em bens não duradouros, passando de 90% em 2008, para 93.6% em 2013. Esta situação reflete

o receio das famílias em investir em bens de média/longa duração, tais como automóveis, eletrodomésticos (Pordata, 2017b). O que é característico em épocas de recessão económica.

Outro ponto interessante é perceber que tipo de bens e serviços (duradouros e não duradouros) foram alvo de consumo pelos portugueses. Face à diminuição de rendimentos e consequentemente do poder de compra, no período forte da crise, o peso das despesas essenciais aumentou, deixando um lugar muito limitado a gastos supérfluos.

Tabela 18- Despesas de consumo final no total do rendimento disponível das famílias: por tipo de bens e serviços – em (%)

Anos	Alimentação, bebidas e tabaco	Vestuário e calçado	Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	Saúde	Transportes e comunicações	Lazer, recreação e cultura	Educação	Restaurantes e hotéis	Bens e serviços diversos
2000	18,9	6,1	11,4	6,3	4,2	18,6	7,8	1,0	10,0	9,9
2007	18,3	6,1	14,0	5,9	4,6	17,4	7,0	1,1	10,2	12,2
2008	18,5	5,9	14,4	5,9	4,7	17,0	6,8	1,1	9,9	12,7
2009	18,1	5,7	15,1	5,6	4,9	14,7	6,6	1,2	9,8	11,3
2010	18,0	5,8	15,6	5,5	4,7	15,9	6,5	1,2	10,0	11,2
2011	19,1	5,7	16,7	5,5	4,8	15,7	6,4	1,4	10,3	11,3
2012	20,0	5,5	18,0	5,1	4,8	14,5	6,3	1,3	10,6	10,8
2013	20,5	5,7	18,5	5,0	4,9	14,0	5,9	1,3	10,6	10,8
2014	20,6	6,3	19,4	5,2	4,9	14,8	6,0	1,3	11,5	10,8
2015	20,4	6,5	19,1	5,2	5,2	14,8	6,1	1,2	11,8	10,6

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 19- Consumo final das famílias no território económico¹⁴: total e por tipo de bens e serviços (em Milhões de Euros)

Anos	Total	Alimentação, bebidas e tabaco	Vestuário e calçado	Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	Mobiliário, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	Saúde	Transportes e comunicações	Lazer, recreação e cultura	Educação	Restaurantes e hotéis	Bens e serviços diversos
2000	82 504,9	16 535,7	5 382,2	10 012,0	5 550,0	3 651,8	16 245,9	6 855,6	857,1	8 765,9	8 648,8
2008	119 878,7	22 853,1	7 281,7	17 835,4	7 244,8	5 837,3	21 018,0	8 461,9	1 396,1	12 218,6	15 731,8
2009	114 599,2	22 347,3	7 011,5	18 638,2	6 865,4	5 995,9	18 145,7	8 147,7	1 474,8	12 104,5	13 868,2
2010	119 862,0	22 829,9	7 309,9	19 791,0	7 002,5	6 026,2	20 186,0	8 219,3	1 576,5	12 675,5	14 245,2
2011	117 888,0	23 243,8	6 972,8	20 272,7	6 652,4	5 893,3	19 077,1	7 844,3	1 677,8	12 486,7	13 767,2
2012	113 880,3	23 463,6	6 418,6	21 168,6	5 994,0	5 666,5	17 072,4	7 402,6	1 555,4	12 470,0	12 668,7
2013	113 836,0	23 997,8	6 642,6	21 691,6	5 861,5	5 756,8	16 354,4	6 947,1	1 481,2	12 417,2	12 685,7
2014	117 561,4	24 044,2	7 326,9	22 654,2	6 037,0	5 719,8	17 321,6	7 035,1	1 469,4	13 391,1	12 562,1
2015	121 819,7	24 582,2	7 845,8	23 116,4	6 219,6	6 227,3	17 894,7	7 418,4	1 452,7	14 303,4	12 759,4

Fonte: Pordata, 2017

¹⁴ A despesa de consumo final das famílias inclui os gastos em alimentação, vestuário e outros bens não duradouros; as compras de eletrodomésticos, automóveis e outros bens duradouros; as contas de água, eletricidade, gás, comunicações e outros serviços feitos pelas famílias.

A evidência está na alteração da proporção no total do consumo dos bens alimentares, passando de 18.1% em 2009 para 20.6% em 2014 e na descida dos valores canalizados para os bens e serviços diversos e ao lazer, recreação e cultura, que diminuiu desde 2007 até 2013.

No que respeita aos principais impostos, o agravamento destes já vinha sendo uma realidade antes do pedido de ajuda externa. Mas em 2013, o Governo reduziu o número de escalões (de oito para cinco) e alterou as taxas de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS). Além disso, foi introduzida a sobretaxa de 3.5% aplicadas aos rendimentos acima do salário mínimo. A acrescentar a estas medidas, foi também criada em 2012 uma taxa adicional de solidariedade para os contribuintes com rendimentos mais elevados. Desta forma, foi aplicada uma taxa de 2.5% aos rendimentos coletáveis entre 80.000€ e 250.000€. A parte do rendimento que excedesse 250.000€ era tributada à taxa de 5%. Concomitantemente, os portugueses passaram a pagar mais IRS também por via da diminuição das deduções e dos benefícios fiscais.

O Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) sofreu várias alterações ao longo dos últimos anos. Em 2011, ainda antes do pedido de resgate, a taxa normal do IVA alterou-se de 21% para 23%. Em 2012, o IVA sofreu novas alterações. Muitos bens que eram taxados a 6% e a 13% passaram a estar sujeitos à taxa de 23%. Na restauração, por exemplo, a taxa do IVA passou dos 13% para os 23% (Romano, 2017).

Houve também um aumento do imposto único de circulação, assim como um aumento do imposto sobre o tabaco e o imposto municipal sobre imóveis. Da mesma forma, a taxa liberatória, que incide sobre os juros dos depósitos e de muitas outras aplicações financeiras, sofreu diversos agravamentos, situando-se atualmente nos 28% (Romano, 2017).

Tabela 20- Receitas de impostos do Estado: total, impostos diretos e indiretos - em Milhões de Euros

Anos	Total	Impostos diretos	Impostos indiretos
2000	25 689,5	11 316,2	14 373,3
2005	30 435,7	11 519,2	18 916,5
2008	35 596,3	15 305,3	20 291,0
2009	30 653,0	13 489,4	17 163,6
2011	34 359,2	15 046,9	19 312,3
2012	32 040,6	13 633,6	18 407,0
2013	36 273,0	17 415,1	18 857,9
2014	37 120,4	17 539,4	19 581,0
2015	38 849,5	18 245,8	20 603,7
2016	40 243,2	17 747,7	22 495,5

Fonte: Pordata, 2017

Em 2011, o Governo Sócrates introduziu a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) nas pensões acima dos 5000€/mês. Na altura a taxa era de 10%. Em 2013, o universo de pensionistas afetados pela CES aumentou consideravelmente, uma vez que a taxa passou a ser aplicada a todas as reformas de valor superior a 1350€. Às reformas entre os 1350€ e os 3750€, a taxa a aplicar oscilava entre os 3.5% e os 10%. Entre os 3750€ e os 5030€, a taxa passou para os 10% e acima dos 5030€ a taxa era de 15% (Romano, 2017).

Mediante as Mudanças do Código do Trabalho, no mercado laboral foram também muitas as alterações introduzidas. Em janeiro de 2012 foi assinado um acordo de concertação social entre a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), os patrões e o Governo que introduziram várias mudanças no código do trabalho, incluindo a redução do número de feriados. Também os trabalhadores que beneficiavam de uma majoração de dias de férias (dias de férias extra atribuídos por critérios como a assiduidade) viram esse bónus ser retirado e o pagamento das horas extraordinárias sofreu um corte. A juntar a estas medidas, há ainda outras a salientar no mercado laboral. Os despedimentos tornaram-se mais facilitados, através da diminuição das compensações a atribuir pelas empresas aos funcionários em caso de despedimento. Para assegurar o pagamento das indemnizações por despedimento foram também criados dois novos fundos obrigatórios para as empresas: o Fundo de Compensação do Trabalho e o Fundo de Garantia do Trabalho. A partir de 1 de junho entrou em vigor uma nova legislação que previu que as empresas tivessem em conta novos critérios para despedir funcionários em caso de extinção do posto de trabalho. O desempenho do colaborador passará a ser o principal critério a ter em conta nestes casos.

Outra medida que afetou os cidadãos portugueses foi a desalavancagem da banca que tornou mais difícil o acesso ao crédito. Uma das medidas impostas no Memorando de Entendimento (MoU) ao setor financeiro prendia-se com a necessidade de os bancos portugueses procederem a uma desalavancagem na sua atividade. Desta forma, a banca que antes do pedido de resgate tinha um rácio de crédito sobre depósitos acima dos 157% foi obrigada a diminuir este indicador para os 120%. Este fator aliado a outras exigências da *Troika*, levou a que o setor financeiro passasse a ser muito mais criterioso na concessão de crédito às famílias e às empresas. Como consequência desta mudança, ter acesso a financiamento tornou-se mais difícil e caro, com os *spreads* a subir consideravelmente. Para muitas empresas portuguesas, tipicamente muito dependentes do financiamento bancário, esta nova realidade trouxe problemas na gestão do dia-a-dia do seu negócio.

1.2.2. Impactos Sociais

Segundo o relatório final da Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) da autoria da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados (2013) a questão fundamental quer tanto em Portugal como na Europa, foi não se ser capaz de conceber capital-humano competente, quer em quantidade quer em qualidade, para as diversas funções e objetivos focados pela democracia.

Foi o acordo para a implementação de medidas de ajustamento que contribuíram para diversos cortes na economia portuguesa e que tiveram impactos sociais significativos. É conhecedor as consequências nefastas para a sociedade, sobretudo na qualidade de vida, assistindo a um aumento de desemprego, ao aumento da pobreza, a diminuição da qualidade dos serviços públicos e a uma profunda reorganização na Administração Pública (Fernandes, 2016).

O aumento do desemprego foi um dos impactos marcantes associou à crise económica e social, especialmente entre jovens e que provocou o aumento do fluxo de emigração.

Quanto à área da saúde, os portugueses deixaram de ter algumas regalias, como aconteceu com as alterações às taxas moderadoras. Encontrando-se os cidadãos portugueses/famílias em situações de desespero devido à falta de emprego, cortes nos salários, elevadas taxas de crédito e sem as conseguir liquidar, verificou-se um aumento de consultas de psicologia e psiquiatria e cardiologia entre outros (Mateus, et al., 2015).

Assim, no pós-Troika, aplicou-se a Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro) que refere dois sistemas de proteção social, são eles o Sistema de Proteção Social de Cidadania¹⁵ e o Sistema Previdencial¹⁶.

Portanto, pode-se refletir que com a situação crítica existente neste período da crise, em Portugal, a sociedade assistiu a alterações nefastas tanto a nível nos fatores macroeconómicos como nos fatores estruturais.

Implementada a medida de reestruturação do setor público verificou-se um aumento do desemprego, cortes nos salários e nas prestações sociais e aumentos na carga fiscal, provocando uma redução nos rendimentos das famílias e na procura interna.

Devido ao cumprimento da liquidação de créditos, também as empresas registaram diversos problemas, não só devido ao aumento das taxas de juros, mas sobretudo pela diminuição do consumo, o que provocou uma redução de trabalhadores sem oportunidades para a criação de emprego.

Constatou-se, assim, que a crise provocou um impacto profundo no mercado de trabalho no nosso país. Desde a deterioração dos postos de trabalho, a aumentos na taxa de desemprego sobretudo nos jovens entre os 15 e 24 anos de idade, diminuições salariais e consequentemente do salário mínimo nacional desde 2011.

As atribuições de prestações sociais de desemprego foram reduzidas, agravou-se o risco de pobreza, principalmente em famílias com crianças com menos de 6 anos de idade e registou-se a deslocalização populacional – emigração.

¹⁵ O Sistema de Proteção Social de Cidadania engloba a proteção social de natureza universal, não contributiva, concedendo prestações sociais que reduzem a exposição dos cidadãos ao risco de pobreza e exclusão social e profissional

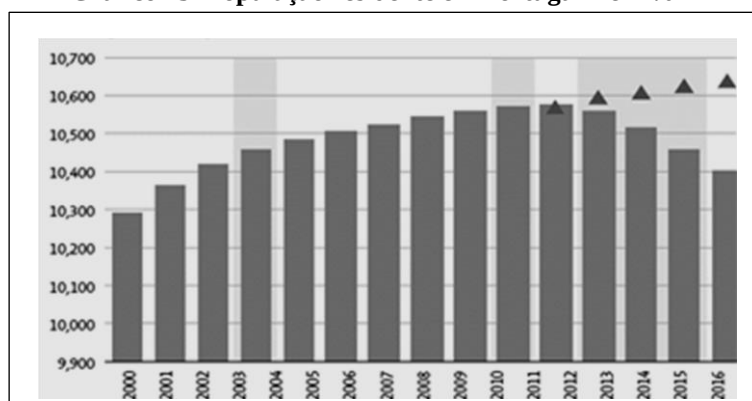
¹⁶ O Sistema Previdencial, de natureza contributiva, garante uma proteção através de prestações que visam repor rendimentos de natureza profissional perdidos quando ocorrem as eventualidades legalmente previstas, dependendo, portanto, da existência de uma relação contributiva prévia. Adicionalmente, foi criado em 2012 o Sistema de Regimes Especiais que abrange as pensões cujas responsabilidades, antes asseguradas por fundos de pensões do setor bancário, foram transferidas para a esfera da Segurança Social.

No campo da proteção social existiu uma redução das pensões acima dos 1500€, uma suspensão da aplicação das regras de indexação das pensões e ao congelamento das pensões abaixo dos 600€, com exceção para as pensões mais baixas.

1.2.2.1. Demografia

É de salientar que a crise coincidiu também com uma variação intensa na estrutura demográfica do país, que após anos a crescer, a população portuguesa tem vindo a diminuir. Apesar da crise económica ter influenciado, forçosamente, alguns elementos da demografia, a subida do desemprego afetou os fluxos migratórios, sem esquecer a quebra da taxa de natalidade, que se tem agravado há muitos anos, (Romano, 2017). O gráfico 15 espelha precisamente esta situação.

Gráfico 15- População residente em Portugal – em %



Fonte: INE, 2017

De uma forma geral, a população residente aumentou de forma consistente até 2010, ocorrendo uma diminuição a partir desse ano, fruto da quebra da taxa de natalidade e movimentos migratórios associados a esta crise.

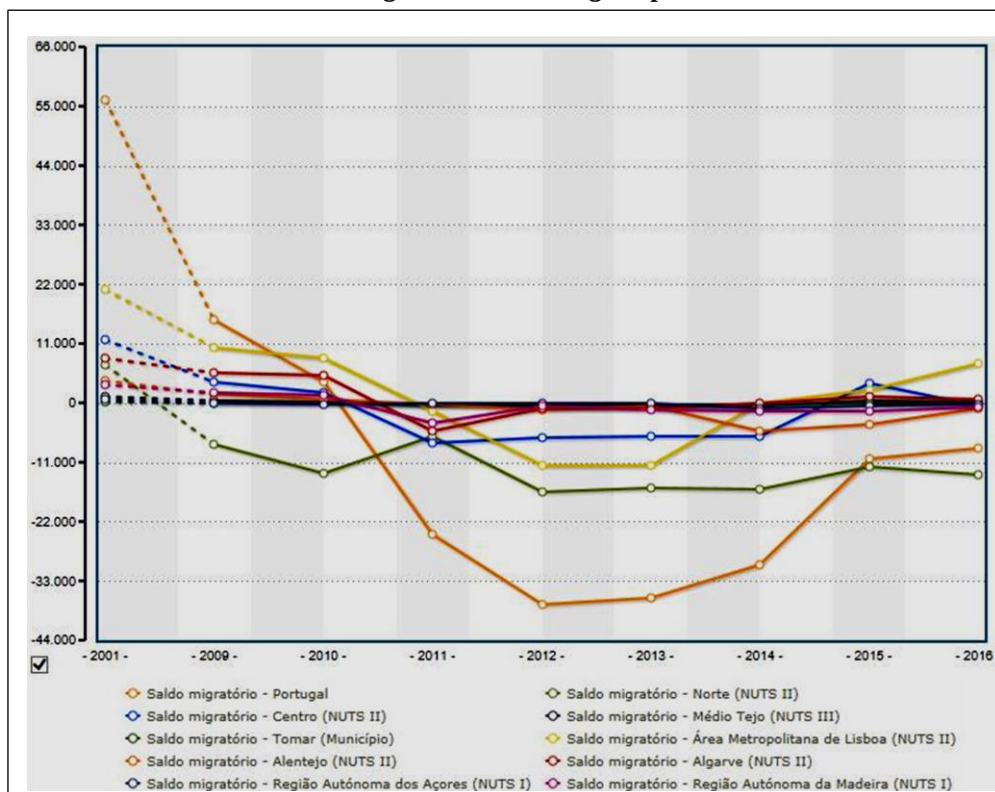
Tabela 21- População Residente em Portugal por territórios – por indivíduo

Territórios/Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	10 362 722	10 568 247	10 573 100	10 557 560	10 514 844	10 457 295	10 401 062	10 358 076	10 325 452
Norte	3 688 037	3 709 267	3 699 783	3 690 405	3 676 729	3 655 215	3 632 990	3 612 782	3 594 177
Centro	2 348 162	2 339 797	2 334 715	2 323 906	2 307 554	2 290 051	2 272 578	2 260 178	2 250 149
Área Metropolitana de Lisboa	2 665 212	2 800 155	2 815 483	2 824 906	2 822 719	2 812 957	2 808 347	2 810 923	2 817 014
Alentejo	776 225	763 360	760 388	756 546	751 542	746 003	738 338	728 881	721 239
Algarve	397 040	442 956	448 564	448 722	445 265	443 374	441 913	441 699	441 699
Região Autónoma dos Açores	241 966	246 785	246 829	246 976	247 372	247 495	246 897	246 060	245 525
Região Autónoma da Madeira	246 081	265 927	267 340	266 101	263 664	262 202	260 000	257 555	255 650

Fonte: Pordata, 2017

A tabela 21 evidencia o decréscimo da população residente a partir de 2010. Para a generalidade das regiões, com exceção para a AML, o Algarve e a Região Autónoma dos Açores que cresceram até 2011. Este decréscimo, conforme já referido, está fortemente associado aos movimentos migratórios que se registaram durante o período da crise. Como se pode observar pelo gráfico 16 e pela tabela 22, os saldos migratórios negativos acentuaram-se durante o ano de 2012.

Gráfico 16- Saldo migratório em Portugal – por indivíduo



Fonte: Pordata, 2017

Tabela 22- Saldo migratório em Portugal – por indivíduo

Territórios/Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	56 213	15 408	3 815	-24 331	-37 338	-36 230	-30 003	-10 453	(R) -8 310
Norte	7 035	-7 605	-13 129	-6 308	-16 582	-15 735	-16 131	-11 714	(R) -13 233
Centro	11 712	3 771	1 808	-7 459	-6 318	-6 092	-6 107	3 749	(R) -623
Área Metropolitana de Lisboa	21 011	10 305	8 276	-1 530	-11 660	-11 704	46	2 452	(R) 7 206
Alentejo	4 160	1 573	758	-361	-1 169	-543	-5 147	-4 016	(R) -1 128
Algarve	8 185	5 625	5 126	-5 106	-1 075	-979	45	1 208	(R) 589
Região Autónoma dos Açores	636	-123	-396	64	71	-7	-1 088	-543	(R) -338
Região Autónoma da Madeira	3 378	1 839	1 357	-3 655	-609	-1 181	-1 632	-1 598	(R) -792
Ignorado/Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** (R) Dados retificados pela entidade responsável; - Ausência de valor

Foi na região Norte e na Área Metropolitana de Lisboa que se verificaram os saldos mais negativos.

A partir de 2013, o saldo, apesar de ser negativo, tem uma tendência decrescente, chegando em 2016, altura do pós-*Troika*, a 8.310 pessoas. Neste ano, o Norte continuou com elevados índices de emigração, por contrapartida a AML, apresentou um saldo positivo de 7.206 pessoas.

A questão demográfica também compreende a questão do envelhecimento da população, como se demonstra seguidamente.

Tabela 23- Índice de envelhecimento – rácio %

Territórios/Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	101,6	117,8	121,6	125,8	129,4	133,5	138,6	143,9	148,7
Norte	79,4	102,2	106,8	111,8	116,5	122,0	128,7	135,8	142,9
Centro	129,2	148,0	152,5	158,2	162,6	167,4	173,6	180,1	185,9
Área Metropolitana de Lisboa	102,2	112,3	115,5	118,6	120,9	123,8	127,0	130,1	132,7
Alentejo	161,9	170,9	172,2	174,1	176,0	178,9	183,6	189,0	193,1
Algarve	126,3	119,0	120,2	123,2	126,6	129,8	133,7	137,0	139,3
Região Autónoma dos Açores	60,1	67,6	69,7	71,6	73,2	75,0	77,3	80,5	84,0
Região Autónoma da Madeira	71,4	79,1	81,4	84,9	88,8	92,8	97,4	102,5	108,3

Fonte: Pordata, 2017

O aumento do índice de envelhecimento da população portuguesa já era uma realidade antes da crise. Contudo, os fluxos migratórios registados durante a crise (são as pessoas em idade ativa e com filhos que saem do país) acentuaram esta tendência crescente. Registaram-se fortes discrepâncias entre regiões. O Alentejo e o Centro são aqueles que apresentam um índice mais elevado e como seria de esperar, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentam valores abaixo de 100.

1.2.2.2. Ensino

Um outro indicador que reflete uma situação de crise económica é a inscrição de alunos no ensino superior. Com maiores dificuldades financeiras, as pessoas tendem a entrar no mercado de trabalho mais cedo, em detrimento da frequência académica (GEP, 2016).

Tabela 24- Alunos matriculados no ensino superior – por indivíduo

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	373 002	383 627	396 268	390 273	371 000	362 200	349 658	356 399
Norte	116 539	120 835	123 754	123 726	119 350	115 821	112 624	115 429
Centro	80 191	81 319	85 749	84 304	81 631	79 982	75 693	76 912
Área Metropolitana de Lisboa	141 211	145 781	150 034	148 414	139 761	137 774	134 403	136 552
Alentejo	17 214	17 714	18 410	16 799	14 752	13 738	12 990	13 621
Algarve	10 645	10 723	10 896	9 977	8 982	8 680	7 902	7 893
Região Autónoma dos Açores	3 566	3 681	3 874	3 643	3 426	3 034	2 910	2 726
Região Autónoma da Madeira	3 636	3 574	3 551	3 410	3 098	3 171	3 136	3 266

Fonte: Pordata, 2017

A nível nacional, nos anos de 2011 a 2015, registaram-se decréscimos significativos no número de inscrições. Estes números não evidenciam só quebras na taxa de natalidade, registados em anos anteriores, mas estão também associados aos constrangimentos financeiros por que passaram as famílias portuguesas. De facto, a partir de 2016 o número de inscrições inverte o ciclo decrescente.

Os cortes orçamentais, durante a crise, refletiram-se igualmente nos docentes do ensino obrigatório (GEP, 2016).

Tabela 25- Docentes no pré-escolar, básico e secundário – valor absoluto por indivíduo

Territórios/Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	176 707	177 997	179 956	174 953	163 175	150 311	141 250	141 274	142 913
Norte	62 214	62 203	62 303	61 047	56 504	51 122	48 218	48 285	48 911
Centro	41 034	39 202	39 080	37 686	34 617	32 150	29 730	29 269	29 131
Área Metropolitana de Lisboa	43 951	44 094	44 376	44 154	41 855	38 392	36 642	36 813	37 516
Alentejo	12 500	12 468	12 592	12 279	11 398	10 411	9 679	9 732	10 055
Algarve	6 673	7 708	8 007	7 576	7 014	6 528	6 098	6 182	6 358
Região Autónoma dos Açores	x	x	6 253	5 247	4 729	4 924	4 701	4 716	4 806
Região Autónoma da Madeira	x	x	7 345	6 964	7 058	6 784	6 182	6 277	6 136

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** x Valor não disponível

A diminuição de docentes tem vindo a ocorrer desde 2010, fruto de duas causas principais, por um lado a diminuição da taxa de natalidade desde há alguns anos, implica menos crianças e adolescentes e, por conseguinte, menos necessidade de docentes. Por outro lado, as restrições orçamentais do Estado implicaram a implementação de medidas que levassem a poupanças neste setor, como horários mais alargados para docentes e, portanto, menos

necessidades de recursos humanos. É no Norte, na AML e no Centro que se verifica o maior decréscimo.

Outro indicador que reflete a crise económica, no setor do ensino, é o número de matrículas no ensino privado (GEP, 2016).

Tabela 26- Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário privado – valor absoluto por indivíduo

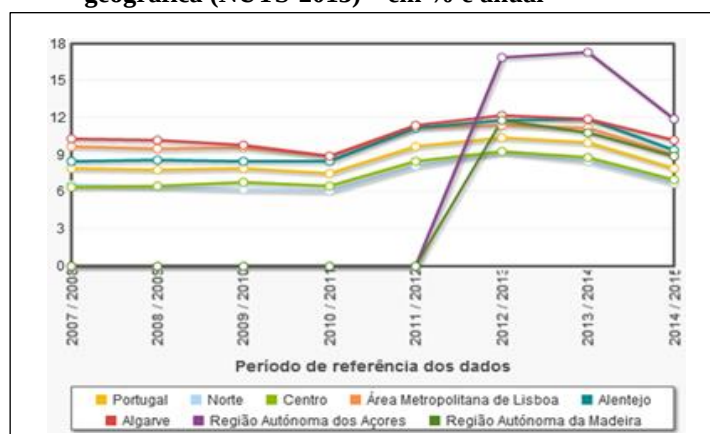
Territórios/Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	x	x	433 824	395 671	373 886	340 096	332 076	334 422
Norte	105 804	163 982	159 911	137 632	130 589	113 000	108 913	110 313
Centro	67 611	97 008	94 423	85 863	78 343	71 396	69 511	69 301
Área Metropolitana de Lisboa	104 619	131 192	129 915	126 430	122 949	117 333	116 347	117 997
Alentejo	12 913	22 849	22 244	18 728	16 619	14 128	14 022	13 829
Algarve	7 397	11 732	12 166	11 028	9 234	8 425	8 050	8 122
Região Autónoma dos Açores	x	x	5 779	5 919	5 924	5 918	5 868	5 642
Região Autónoma da Madeira	x	x	9 386	10 071	10 228	9 896	9 365	9 218

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** x Valor não disponível

É possível identificar variações consideráveis no número de alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário privado. Entre o ano de 2010 e 2016 registou-se uma diminuição na ordem de 94 mil alunos. Mas foi entre 2010 e 2014 que esse decréscimo foi mais significativo, anos de forte crise económica. Foram o Centro, a AML e sobretudo o Norte, que mais registaram esse decréscimo, uma vez que também é nestas zonas que existe a maior concentração de estabelecimentos de ensino privados.

Outro indicador, não menos importante, é a taxa de abandono escolar, uma vez que os jovens, perante as dificuldades financeiras familiares têm de interromper ou mesmo deixar a escola para se incorporarem na vida laboral (GEP, 2016).

Gráfico 17- Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular em Portugal por localização geográfica (NUTS-2013) – em % e anual



Fonte: INE, 2017

Tabela 27- Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular em Portugal – em %

Territórios/Anos	2007/8	2008/9	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Portugal	7,9	7,8	7,9	7,5	9,7	10,4	10	7,9	6,6
Norte	6,6	6,4	6,2	6,1	8,1	9,2	8,5	6,7	5,4
Centro	6,4	6,5	6,8	6,5	8,5	9,3	8,8	7	5,6
Área Metropolitana de Lisboa	9,7	9,5	9,6	8,9	11,2	11,4	11,2	9	7,5
Alentejo	8,5	8,6	8,5	8,5	11,2	11,8	11,9	9,4	7,8
Algarve	10,3	10,2	9,8	8,9	11,4	12,2	11,9	10,2	8,9
Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	16,9	17,3	11,9	10,8
Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	11,8	10,8	8,9	7,2

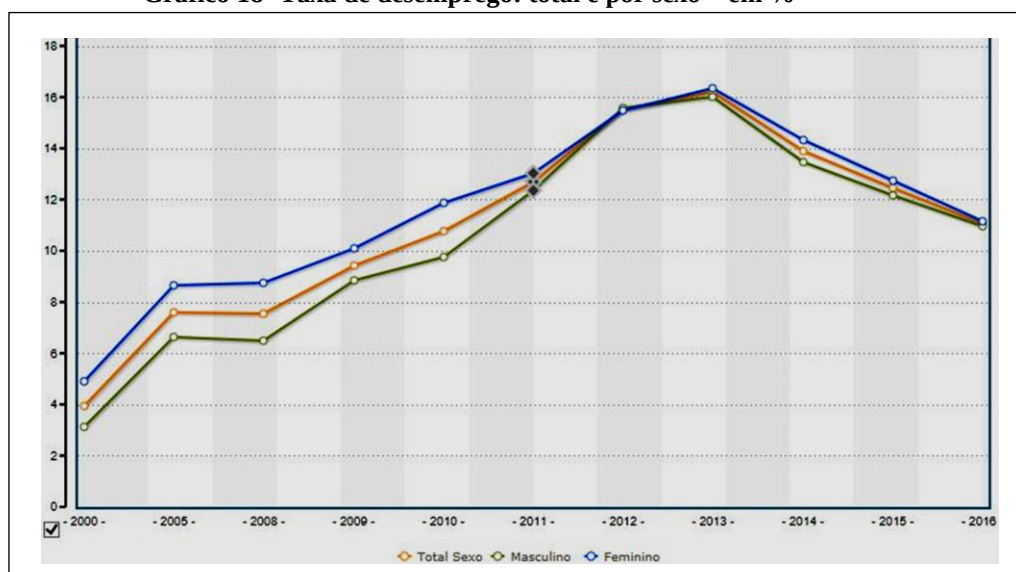
Fonte: INE, 2017; Legenda: x Valor não disponível

Portugal, no seu conjunto, ainda apresenta taxas de abandono escolar muito altas, sendo os maiores contribuidores as regiões da AML, Algarve e Alentejo.

No período de crise, foi evidente o aumento deste indicador em Portugal, passando de 7.5% no ano letivo de 2010/11 para 10.4% em 2012/13. Como se pode verificar, no pós-Troika ocorreu um decréscimo generalizado em todo o país.

1.2.2.3. Desemprego e Emprego

Em conjunturas de crise, o desemprego é um dos indicadores importantes do estado de bem-estar da população, uma vez que traduz a realidade económica e social de um país.

Gráfico 18- Taxa de desemprego: total e por sexo – em %

Fonte: Pordata, 2017

Como se pode observar pelo gráfico 18, a taxa de desemprego subiu de 8% para 16% entre 2008 e 2013, tendo assim duplicado este valor. No pós-*Troika*, desde 2015 esse valor decresceu.

Romano (2017) refere que a subida do desemprego não será um fenómeno novo em Portugal. Como consta o mesmo gráfico, o desemprego tem vindo a aumentar em território nacional, pelo menos, desde o virar do século, altura em que atingiu níveis baixíssimos (4%), tendo praticamente duplicado em apenas quatro anos – uma tendência tanto mais estranha por se ter acentuado em contraciclo com a Europa, onde o mercado laboral só começou a dar sinais de alerta a partir de 2008.

No que concerne à crise, e dado o ambiente laboral deficitário, torna-se importante também analisar os salários reais recebidos pelos trabalhadores (Pinto, 2017).

Tabela 28- Poupança e ordenados/salários no total do rendimento disponível dos particulares – em %

Anos	Poupança bruta em % rendimento disponível	Ordenados e salários em % rendimento disponível
2000	10,5	54,9
2005	9,2	53,1
2008	6,8	51,8
2009	10,5	52,0
2010	9,2	51,1
2011	7,5	50,9
2012	7,7	48,8
2013	7,8	49,1
2014	5,2	49,7
2015	5,3	49,5
2016	Pro 5,9	Pro 49,7

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** Pro Valor provisório

Uma das conclusões desta tabela é a de que os salários decresceram durante o período de crise. É evidente a enorme volatilidade que se observa na tabela. A subida altíssima de 2009 resulta provavelmente da surpresa que constituiu a descida da inflação. Os dados de 2011, 2012 e 2013 estão influenciados pelos cortes salariais da função pública que começaram a ser implementados em 2011 e foram reforçados em 2012 e só começaram a ser ligeiramente anulados em 2013.

A taxa de desemprego, a demografia e os salários médios da estrutura populacional, são indicadores do nível das condições de vida dos portugueses e são indicadores que influenciaram a taxa de risco de pobreza durante os anos de recessão (Romano, 2017).

A taxa de risco de pobreza¹⁷ corresponde à proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza, o qual corresponde a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. Outro indicador importante é a Privação Material Severa que corresponde à proporção da população em que se verifica a ausência de pelo menos 4 dos 9 indicadores de privação, sendo estes:

- ✓ Capacidade para superar despesas inesperadas;
- ✓ Capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa a todo o agregado;
- ✓ Cumprimento no pagamento de rendas, crédito à habitação, despesas correntes com o alojamento, empréstimos ou prestações;
- ✓ Capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe, pelo menos de dois em dois dias;
- ✓ Capacidade financeira para ter a casa aquecida de forma adequada;
- ✓ Disponibilidade de máquina de lavar roupa;
- ✓ Disponibilidade de TV a cores;
- ✓ Disponibilidade de telefone fixo ou móvel;
- ✓ Disponibilidade de veículo ligeiro de passageiros ou misto.

Tabela 29- Taxa de privação material severa – em %

Anos	Taxa de privação material severa
2005	9,3
2008	9,7
2009	9,1
2010	9,0
2011	8,3
2012	8,6
2013	10,9
2014	10,6
2015	9,6
2016	8,4

Fonte: Pordata, 2017

¹⁷ A taxa de risco de pobreza pode ser calculada: 1. Antes de qualquer transferência social: inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, excluindo as pensões de velhice e de sobrevivência; 2. Após transferências relativas a pensões: inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência; 3. Após transferências sociais: inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais (apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social). (metainformação – INE)

Perante os dados indicativos na tabela 29, as famílias portuguesas tiveram de se privar de diversos tipos de bens, seja não só supérfluos como bens de primeira necessidade. Com a crise verificou-se que nos períodos de 2012, 2013 e 2014 existiu um aumento dessa taxa de privação.



Fonte: Pordata, 2017

A análise à taxa de risco de pobreza, revela que a mesma foi crescente entre 2009 e 2013, ano em que se verificou o maior valor desde o início do século. Após 2013, assistiu-se a uma descida, mas ainda assim, os valores continuam muito elevados. Este é um indicador importante e revela como a crise afetou as condições de vida dos portugueses.

1.2.3. Impactos Económicos e Sociais nos Pensionistas e Idosos – por territórios portugueses

No que respeita aos idosos e pensionistas¹⁸, um indicador relevante são as pensões mínimas: velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que estas últimas, por motivos diversos, são atribuídas tendencialmente a carreiras não contributivas.

¹⁸ No caso da Segurança Social, é o titular de uma prestação pecuniária nas eventualidades de invalidez, velhice, doença profissional ou morte (metadata – INE).

No caso da Caixa Geral de Aposentações, é o utente que adquiriu o direito a uma pensão, seja na qualidade de herdeiro hábil do contribuinte falecido, seja na qualidade de titular de pensão de preço de sangue ou outra de natureza especial (metainformação – INE).

Tabela 30– Valor mínimo mensal das pensões do regime geral da Segurança Social: pensões de velhice, invalidez e sobrevivência – em Euros

Anos	Pensões de velhice e invalidez	Pensão de sobrevivência
2000	169,59	101,75
2005	216,79	130,07
2008	236,47	141,88
2009	243,32	145,99
2010	246,36	147,82
2011	246,36	147,82
2012	254,00	152,40
2013	256,79	154,07
2014	259,36	155,62
2015	261,95	157,17
2016	263,00	157,80

Fonte: Pordata, 2017

É de notar que nos anos 2010 e 2011, os valores das pensões não sofreram qualquer alteração, devido ao congelamento que o governo Sócrates estabeleceu para as pensões, Art.º 68 Lei 55-A/2010 do Orçamento de Estado para 2010.

Tabela 31– Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social com pensões inferiores ao salário mínimo nacional – em Euros

Anos/Pensões	Total	Velhice	Invalidez
2000	1 188 985	920 756	268 229
2005	1 350 624	1 128 268	222 356
2008	1 348 379	1 175 458	172 921
2009	1 354 289	1 186 100	168 189
2010	1 441 065	1 271 810	169 255
2011	1 479 657	1 312 820	166 837
2012	1 494 185	1 330 348	163 837
2013	1 502 290	1 345 070	157 220
2014	1 505 077	1 351 328	153 749
2015	1 530 689	1 378 949	151 740
2016	1 531 908	1 384 974	146 934

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 32- Pensões de sobrevivência da Segurança Social – valor absoluto por pensão¹⁹ - em Euro

Territórios/Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	614 818	697 243	703 131	709 917	713 340	715 812	721 307	721 316	720 162
Norte	196 778	223 927	225 942	228 586	230 105	231 228	233 589	233 777	233 483
Centro	150 497	164 861	169 660	166 842	170 942	171 108	171 898	171 099	170 299
Área Metropolitana de Lisboa	145 528	166 217	164 154	165 851	166 823	167 479	168 815	169 198	169 123
Alentejo	58 189	63 576	63 714	63 877	63 900	63 575	63 797	63 468	63 001
Algarve	22 860	26 163	26 437	26 734	26 984	27 033	27 285	27 265	27 259
Região Autónoma dos Açores	13 470	14 957	14 240	15 115	15 154	15 100	15 118	15 029	14 928
Região Autónoma da Madeira	16 500	18 390	18 555	18 762	18 827	18 919	18 822	18 737	18 595
Ignorado/Outro	10 996	19 152	20 429	24 150	20 605	21 370	21 983	22 743	23 474

Fonte: Pordata, 2017

¹⁹ Os valores apresentados referem-se às pensões de todos os regimes (Pensão Proteção Social; Pensão de Invalidez (Segurança Social); Pensão de Sobrevivência e Pensão de Velhice (Segurança Social)).

A nível nacional, ocorreu um aumento consistente nas pensões de velhice, fruto do envelhecimento da população. Relativamente às pensões de sobrevivência regista-se, como seria de esperar, uma tendência semelhante.

Quanto às pensões por invalidez, é notório o decréscimo, o que de alguma forma evidencia uma melhoria nas condições de segurança no local de trabalho, bem como avanços no tratamento de determinadas doenças.

Introduziu-se a análise ao índice de dependência de idosos, uma vez que a emigração de pessoas em idade ativa tem consequências neste indicador. Efetivamente a tabela seguinte demonstra esse agravamento, que estará também ligado a questões relacionadas com a quebra da taxa de natalidade.

O índice de dependência de idosos significa o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa, ou seja, com 15 a 64 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que pessoas em idade ativa (Pordata, 2017).

Tabela 33- Índice de dependência de idosos – em %

Territórios/Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	24,4	27,2	27,9	28,5	29,1	29,9	30,7	31,4	32,1
Norte	20,5	23,4	24,0	24,7	25,3	26,0	26,8	27,7	28,6
Centro	30,1	32,7	33,3	33,9	34,4	34,9	35,7	36,2	36,7
Área Metropolitana de Lisboa	22,4	26,7	27,6	28,5	29,5	30,6	31,6	32,5	33,4
Alentejo	35,3	37,3	37,6	37,8	38,1	38,4	38,9	39,4	39,9
Algarve	28,2	28,7	29,0	29,6	30,4	31,1	31,9	32,4	32,8
Região Autónoma dos Açores	19,8	18,5	18,6	18,7	18,7	18,7	18,8	19,1	19,6
Região Autónoma da Madeira	20,6	20,2	20,3	20,6	21,0	21,3	21,6	22,0	22,6

Fonte: Pordata, 2017

A evolução deste indicador é preocupante, sobretudo pela necessidade de sustentabilidade da Segurança Social. O aumento deste indicador acarreta maiores riscos dessa sustentabilidade.

A nível nacional ocorreu um aumento progressivo do índice de dependência de idosos, mas algumas regiões destacam-se pela negativa. As regiões Norte, AML e Algarve foram as regiões onde este indicador mais se agravou a partir de 2009.

De forma a complementar a informação deste indicador, apresenta-se de seguida o número de indivíduos em idade ativa por idoso. Este rácio indica a população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos a dividir pela população com 65 ou mais anos.

Tabela 34- Número de indivíduos em idade ativa por idoso – valor absoluto por indivíduo

Territórios/Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	4,1	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3	3,2	3,1
Norte	4,9	4,3	4,2	4,0	4,0	3,9	3,7	3,6	3,5
Centro	3,3	3,1	3,0	2,9	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7
Área Metropolitana de Lisboa	4,5	3,8	3,6	3,5	3,4	3,3	3,2	3,1	3,0
Alentejo	2,8	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5
Algarve	3,5	3,5	3,4	3,4	3,3	3,2	3,1	3,1	3,0
Região Autónoma dos Açores	5,1	5,4	5,4	5,3	5,3	5,3	5,3	5,2	5,1
Região Autónoma da Madeira	4,8	4,9	4,9	4,8	4,8	4,7	4,6	4,5	4,4

Fonte: Pordata, 2017

A análise deste indicador assume particular importância para a questão da sustentabilidade dos regimes de proteção social. Verifica-se a nível nacional que cada vez existem menos pessoas para suportar as pensões, tendo ocorrido uma diminuição significativa, sobretudo no período de crise, passando de 3.7 pessoas em idade ativa por pensionista em 2009, para 3.3 em 2014.

No Alentejo e no Centro, este indicador é preocupante, abaixo de 3, com 2.5 e 2.7 respetivamente, em 2016. Neste indicador convém realçar que ao nível da segurança social, ainda se devem retirar os desempregados que fazem parte da população ativa, mas que não contribuem para regimes de proteção social, o que torna os valores mais preocupantes.

1.3. A Troika e as reformas estruturais

Como já referido, a crise financeira internacional com início em 2007-2008 e os seus posteriores desenvolvimentos e extensões, uma das quais a “crise das dívidas soberanas da zona Euro”, veio expor as debilidades da política macroeconómica da zona Euro, no que respeita à competência para impedir condições profundas de instabilidade económica e financeira (Mamede, et al., 2013).

É neste contexto que, em abril de 2011, para enfrentar as dificuldades crescentes no cumprimento das obrigações de pagamento internacionais, o não cumprimento do PEC 1, 2, e 3, e o défice público a atingir 11%, Portugal requereu assistência financeira à UE, ao BCE e ao FMI. O programa de assistência financeira, no montante de 78 mil milhões de euros (MM€), foi concedido para um período de três anos. Contudo, este programa ficou

condicionado à implementação de medidas de consolidação orçamental e de reformas estruturais, descritas pormenorizadamente no denominado “Memorando de Entendimento”, que Portugal assinou com a *Troika*.

As medidas tomadas respeitaram mais especificamente às áreas de Política Orçamental, Sistema Financeiro, Empresas Públicas, Administração Pública, Saúde, Mercado de Trabalho, Educação, Energia, Transportes e Habitação.

No âmbito das Despesas – Política Económica e Orçamental 2012, o Memorando de Entendimento, propôs melhorar o funcionamento da Administração Central, eliminando duplicações, aumentando a eficiência, reduzindo e extinguindo serviços que não representavam uma utilização eficaz de fundos públicos. Tal deveria resultar em poupanças anuais de cerca de 500M€.

No ponto 1.9 do Memorando assegura-se que o peso das despesas com pessoal no PIB diminuísse em 2012 e em 2013, com as seguintes condições:

- Congelar salários no setor público, em termos nominais, em 2012 e 2013 e limitar promoções;
- Reduzir o custo orçamental global com Sistemas de Saúde dos Trabalhadores em funções públicas (ADSE, ADM e SAD) diminuindo a comparticipação da entidade empregadora e ajustando o âmbito dos benefícios de saúde, com poupanças de 100M€ em 2012.

Foi também previsto a redução de 3.5% a 10% nos salários acima de 1500€, assim como o congelamento das promoções. A medida aplicou-se em 2012 e em 2013 e ainda foi agravada em 2014. Os salários dos trabalhadores do Estado acima de 675€ tiveram um corte entre 2.5% e 12%. O Governo comprometeu-se a rever a Tabela Remuneratória Única e a criar uma tabela única de suplementos. No final do ano de 2013, no Documento de Estratégia Orçamental passou a estar previsto que todas as carreiras deviam ser integradas na tabela salarial e ficou decidido a devolução de 1/5 dos cortes salariais em 2015. Estas medidas tiveram um impacto significativo a nível económico e social para os funcionários públicos.

No ponto 1.11 estipulava-se a redução das pensões acima de 1500€, de acordo com as taxas progressivas aplicadas às remunerações do setor público a partir de janeiro de 2011, com o

objetivo de obter poupanças de, pelo menos, 445MM€. Os cortes nas pensões passaram por várias versões, em 2011, ainda a *Troika* não tinha entrado em Portugal, a Contribuição Extraordinária de Solidariedade apenas afetava as pensões superiores a 5000€/mês, que tiveram um corte de 10%. No ano seguinte, com a *Troika* instalada em Portugal, as taxas foram agravadas e passou a aplicar-se um corte de 25% no montante que excedesse os 5030.64€ e que não fosse além dos 7545.96€ e de 50% na parcela que excedesse esse valor. Em 2013, foi aprovada uma nova versão da CES, as pensões acima de 1350€ tiveram um corte que oscilava entre os 3.5% e os 10% e mantiveram-se as taxas sobre as pensões mais altas. Em 2014 a CES voltou a ser alterada e os cortes passaram a afetar pensões de valor bruto acima de 1000€. No caso dos funcionários públicos, houve alterações sucessivas das regras da aposentação e criou-se uma nova fórmula de cálculo das pensões dos trabalhadores mais antigos (Abreu, et al., 2013).

Já antes da assinatura do MoU, em 2011, o governo de José Sócrates tinha implementado a suspensão da regra de atualização das pensões. O Governo de Passos Coelho, apesar de manter a suspensão, realizou aumentos numa parte das pensões mínimas, nomeadamente o escalão mais baixo das pensões mínimas do regime geral, a pensão social e a pensão do regime agrícola.

No que diz respeito às medidas de Receita – Política Económica e Orçamental 2012, do MoU, conjecturou-se a redução dos benefícios e deduções fiscais em sede de Imposto sobre o IRS, com vista a obter uma receita de, pelo menos, 150M€ em 2012. Incluíram-se as seguintes medidas:

- Aplicação de limites máximos diversos a cada categoria de dedução fiscal (a) introdução de um limite máximo para as despesas de saúde; (b) eliminação da possibilidade de dedução dos encargos com a amortização de dívidas contraídas com aquisição de imóveis para habitação e eliminação faseada da possibilidade de dedução de encargos com rendas e juros de dívidas com aquisição de imóveis para habitação própria e permanente; eliminação da possibilidade de dedução dos encargos com juros para novos créditos à habitação; (c) redução dos encargos dedutíveis para efeitos fiscais e revisão da tributação de rendimentos em espécie;
- Propor alteração à Lei das Finanças Regionais para limitar a redução das taxas em sede de IRS nas regiões autónomas a um máximo de 20% quando comparadas com as taxas aplicáveis no continente.

Com as duas medidas cumpridas, verificou-se que a redução das deduções fiscais na saúde rendeu 440M€ ao Estado. Em boa parte ficou a dever-se ao facto de em 2012 os limites aplicados às deduções de despesas de saúde no IRS passarem de 30% para 10% e na habitação, de 30% para 15%.

Com o objetivo de aumentar as receitas de IVA, para obter uma receita adicional de, pelo menos, 410M€ durante o ano de 2012, foram transferidas categorias de bens e serviços das taxas de IVA reduzida e intermédia para a taxa mais elevada.

Relativamente à Política Económica e Orçamental de 2013, com objetivo de arrecadar mais receita, houve um aprofundamento adicional das medidas introduzidas na Lei do Orçamento de Estado para 2012. Foram implementadas medidas como: o alargamento da base tributável em sede de IRC e redução de benefícios e de deduções fiscais e as entidades anexas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) deixam de beneficiar de isenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC).

O ponto 3 dizia respeito às medidas orçamentais estruturais e os seus objetivos visavam melhorar a eficiência da administração pública pela eliminação de redundâncias, simplificando procedimentos e reorganizando serviços; regular a criação e o funcionamento de todas as entidades públicas (por exemplo, empresas, fundações, associações); melhorar o processo orçamental através do enquadramento legal que tinha recentemente sido aprovado, incluindo a adaptação em conformidade da Lei das Finanças Regionais e da Lei das Finanças Locais; reforçar a gestão de riscos, a responsabilização, o reporte e a monitorização. Neste âmbito é de salientar que foram avaliadas 423 fundações, das quais 98 não sofreram quaisquer alterações, 132 tiveram alterações (30 foram extintas e a maior parte viu os apoios públicos reduzirem-se entre 20% e 50%) e em 193 casos foram proibidas as transferências. Foi também criada a nova lei das fundações, associações e outras entidades, publicada a 9 de julho de 2012 (Abreu, et al., 2013).

Entre 2011 e 2013, o número de funcionários públicos caiu quase 8%, ultrapassando a meta anual da *Troika* que, entretanto, foi revista para 2%.

Na área da Saúde, para aumentar o financiamento foi estabelecido um aumento nas taxas moderadoras. Em janeiro de 2012 as taxas moderadoras nos hospitais e centros de saúde

aumentaram para o dobro ou mais. Desde aí têm vindo a ser atualizadas de acordo com a inflação, excetuando o caso dos centros de saúde (Monjardino, 2013).

Ainda na área da saúde, concretizaram-se medidas relacionadas com a definição de preços e comparticipação de medicamentos. Os dados da Associação Nacional de Farmácias de junho de 2012 indicavam que o peso dos medicamentos genéricos tinha pela primeira vez ultrapassado os 60%. Isto deveu-se ao facto de se implementarem regras mais rígidas para que os médicos prescrevessem o medicamento pelo princípio ativo e à obrigatoriedade de as farmácias venderem os medicamentos mais baratos (Monjardino, 2013).

Na área do Mercado de Trabalho e Educação – Prestações de Desemprego, foram a 14 de março de 2012 publicadas as novas regras do subsídio de desemprego que limitaram o valor do subsídio de desemprego a 65% da remuneração e a um máximo de 1048€ (2,5 vezes o indexante dos apoios sociais). Adicionalmente, passados seis meses, o subsídio passou a estar sujeito a uma redução de 10%.

A duração máxima do subsídio também foi reduzida de três anos para 18 meses, mas os desempregados mais velhos e com carreiras longas podem receber durante 24 meses. Por outro lado, o acesso ao subsídio foi facilitado através da redução do período contributivo para ter acesso ao subsídio de desemprego, que passou de 15 para 12 meses de descontos. A lei previa uma cláusula de salvaguarda para a primeira situação de desemprego após a data da entrada em vigor das novas regras, garantindo, assim, a duração do subsídio que o beneficiário adquiriu no dia anterior à entrada em vigor da nova lei.

Em matéria de Habitação, o Mercado de Arrendamento foi uma medida parcialmente concretizada, ou seja, a nova lei das rendas entrou em vigor em novembro de 2012, permitindo uma atualização de um número significativo de contratos de arrendamento habitacional e comercial, mas muitos outros foram temporariamente travados pela situação económica dos inquilinos. O objetivo de dinamização do mercado de arrendamento não foi amplamente conseguido. Os maiores contributos para alguma dinamização do mercado do arrendamento vieram essencialmente das limitações ao crédito bancário para compra de habitação e também da dificuldade de venda de imóveis, que levaram muitos proprietários a colocá-los para arrendamento.

1.4. O pós-Troika

No que toca aos Salários na Função Pública, desde 2011 que os salários dos funcionários públicos que auferissem mais de 1500€/mês foram sendo cortados progressivamente, entre os 3.5% e os 10%. A medida esteve em vigor durante todo o período do resgate, mas começou a ser revertida ainda pelo Governo de Pedro Passos Coelho, já que em 2015 devolveu 20% daquele corte. O governo de Costa aumentou a parcela devolvida nos salários com início em janeiro de 2016 e atualmente os funcionários públicos têm o seu vencimento livre de cortes.

O Salário Mínimo Nacional (SMN), passou para 530€ em 2016. Em 2017 deu-se o aumento do SMN em 5% em Portugal Continental, esse aumento foi de 27€, sendo atualmente o valor de 557€.

Outra medida reformulada foi a reposição das 35 horas de trabalho na Função Pública. A lei n.º 18/2016 abrange os trabalhadores dependentes a funções públicas e estabelece que o período normal de trabalho passa assim a ser de: (i) 7 horas por dia, exceto no caso de horários flexíveis e no caso de regimes especiais de duração de trabalho; e (ii) 35 horas por semana, sem prejuízo da existência de regime de duração semanal inferior previsto em diploma especial e de regimes especiais de duração de trabalho.

Foi também revisto o regime de requalificação dos trabalhadores em funções públicas, favorecendo um regime de mobilidade voluntária dos trabalhadores para outros serviços da Administração Pública.

Por outro lado, o objetivo do atual Governo, e depois do anterior Governo ter realizado a reforma do IRC, que entrou em vigor de 2014, foi reverter algumas das medidas aí aprovadas, incluindo o regime de eliminação da dupla tributação internacional, a manutenção da taxa nos 21% sem lugar para a prevista redução gradual e o prazo para as empresas reportarem prejuízos fiscais de exercícios posteriores (Abreu, et al., 2013).

No que respeita ao IVA, o Governo avançou com a redução deste imposto na restauração para 13%. Recuperou a chamada cláusula de salvaguarda do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

Foram repostos os valores de várias prestações sociais, desde o abono de família, com majoração para as famílias monoparentais, Rendimento Social de Inserção (RSI), subsídio de assistência à terceira pessoa e Complemento Solidário para Idosos. Entraram em vigor os aumentos dos abonos de família e dos abonos de família pré-natal, com subidas que variavam entre os 2% e os 3.5% (Abreu, et al., 2013).

1.5. Conclusões

Neste capítulo, constatou-se que o impacto da crise económica e financeira, iniciada no Estados Unidos, foi claramente sentida não só em Portugal como em todos os países da UE.

Analisada primeiramente os efeitos da crise na realidade nacional e nos países periféricos, comparando-os através dos impactos económicos e sociais, verifica-se que foram Portugal e Grécia os países mais afetados com esta crise.

Foi imposto um regime de medidas pela *Troika* que impactou a vida dos portugueses, quer pelas quebras no rendimento quer pela instabilidade laboral. Por outro lado, tanto a nível do setor público como do setor privado, existiu uma redução de recursos humanos provocando um movimento ascendente de desemprego que desencadeou um aumento de emigração, principalmente nas faixas etárias entre os 24 e os 40 anos de idade. Deslocaram-se principalmente para o centro e norte da europa.

Portanto, o acordo previa que a existência de uma recuperação económica era fundamental existir uma contenção no consumo privado, redução do crédito e equilibrar o défice público, sem que houvesse mecanismos que protegessem os mais carenciados e reduzissem os impactos naqueles com rendimentos mais baixos.

2. Impacto Económico e Social no concelho de Tomar no pré e pós-Troika

2.1. Caraterização do concelho

O concelho de Tomar com uma área de 351.2 km² localiza-se no centro do país, no distrito de Santarém e pertence à sub-região do Médio Tejo.

A Nordeste faz fronteira com Ferreira do Zêzere, a Este com o concelho de Abrantes, a Sul com o de Vila Nova da Barquinha, a Oeste/Sudoeste com o concelho de Torres Novas e a Noroeste com o de Ourém.

Figura 1 - Concelho de Tomar por freguesias



Fonte: Câmara Municipal de Tomar, 2015

Como bacia hidrográfica, Tomar situa-se na margem direita do rio Zêzere (principal afluente do rio Tejo), é atravessado pelo rio Nabão que divide a cidade de Tomar. Constitui um espaço natural de grande valor patrimonial e turístico integrando também a Albufeira do Castelo de Bode.

2.1.1. Impactos Económicos – por territórios

Neste ponto pretende-se analisar os efeitos da crise em Tomar e compará-los com a realidade nacional. Em termos económicos, o principal indicador a ter em consideração é o PIB *per Capita* (Cabannes, 2007).

Tabela 35- Poder de compra *per Capita* por territórios – em %

Territórios/Anos	2000	2002	2007	2009	2011	2013	2015
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	86,0	85,6	86,2	87,6	89,2	92,0	92,1
Centro	77,2	79,9	83,8	84,4	87,5	89,2	88,8
Médio Tejo	x	x	80,9	79,9	84,5	86,6	87,4
Tomar	78,7	85,6	82,6	79,6	85,1	87,4	87,4
Área Metropolitana de Lisboa	155,3	147,9	136,9	134,2	131,0	125,1	124,7
Alentejo	71,8	77,0	87,3	88,4	88,0	89,4	91,0
Algarve	91,8	108,8	103,7	100,4	96,7	96,4	95,2
Região Autónoma dos Açores	65,5	65,1	83,6	86,1	82,4	84,6	85,5
Região Autónoma da Madeira	72,5	81,3	95,5	94,7	85,1	86,0	86,9

Fonte: Pordata, 2017; Legenda: x Valor não disponível

Pré e Pós Troika

Perante os dados apresentados e considerando a média nacional 100%, a crise fez com que a região Centro se aproximasse da média nacional. O concelho de Tomar sentiu uma forte recessão no poder de compra, passado de 82.6% em 2007 para 79.6% em 2009. Este último ano significou o ponto mais baixo neste indicador. A partir deste ano, o rendimento por indivíduo iniciou um comportamento ascendente de forma sustentada, quer no concelho de Tomar, quer na região Centro, a que pertence, atingindo em 2013, 87,4% e 89,2%, respetivamente.

Constata-se que tanto a região Centro como o Município de Tomar têm vindo a recuperar e em 2015 Tomar apresentava um poder de compra na ordem dos 87.4%.

Após o recenseamento administrativo do sistema de contas integrado nas empresas da região de Tomar, foi possível analisar o valor acrescentado bruto (VAB) das empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica, em milhares de euros, que se obtém através da riqueza gerada na produção, descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a obter, tais como as matérias-primas.

Tabela 36- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: total dos setores de atividades económicas – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	84 226 853	84 955 936	79 339 132	73 125 519	73 111 437	76 130 692	80 547 614	85 410 310
Norte	22 480 956	22 858 922	21 437 586	20 014 596	20 716 767	21 717 507	23 085 095	24 638 928
Centro	13 263 728	13 294 378	12 473 014	11 498 457	11 369 243	11 960 475	13 036 914	13 752 159
Médio Tejo	1 393 015	1 348 530	1 242 348	1 155 776	1 099 138	1 117 151	1 176 932	1 303 968
Tomar	130 572	117 721	92 975	84 637	82 354	87 336	89 601	93 041
Área Metropolitana de Lisboa	39 802 722	40 236 632	37 471 353	34 746 061	34 219 572	35 204 805	36 500 702	38 323 032
Alentejo	3 468 549	3 627 749	3 455 861	2 989 248	3 021 586	3 223 710	3 569 980	3 743 130
Algarve	2 453 985	2 255 418	2 015 278	1 707 609	1 684 307	1 908 283	2 204 958	2 556 430
Região Autónoma dos Açores	1 208 941	1 225 302	1 114 891	986 759	976 501	918 639	977 459	1 100 910
Região Autónoma da Madeira	1 547 970	1 457 535	1 371 149	1 182 790	1 123 462	1 197 275	1 172 505	1 295 720

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 37 - Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	1 054 662	1 125 307	1 081 056	1 118 976	1 213 594	1 400 794	1 562 669	1 654 773
Norte	202 653	209 575	217 662	205 721	254 438	297 758	309 959	332 855
Centro	334 738	365 345	328 320	346 210	360 204	404 787	445 721	481 981
Médio Tejo	36 571	41 453	32 549	44 411	31 108	33 925	39 699	39 417
Tomar	5 843	6 512	5 660	4 000	3 014	3 907	4 699	4 165
Área Metropolitana de Lisboa	134 511	142 700	129 775	145 967	126 920	153 356	178 891	192 415
Alentejo	242 724	267 421	257 561	273 849	308 122	356 125	429 075	432 484
Algarve	62 869	61 111	59 208	56 861	66 773	75 403	90 197	103 878
Região Autónoma dos Açores	63 561	70 254	75 270	77 048	82 761	96 739	92 167	94 008
Região Autónoma da Madeira	13 606	8 902	13 260	13 320	14 376	16 626	16 659	17 151

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 38- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Indústrias transformadoras – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	16 813 687	18 078 225	17 268 342	16 316 873	16 731 636	17 433 828	19 239 193	20 159 443
Norte	6 936 385	7 429 152	7 187 857	7 046 724	7 475 323	7 956 987	8 482 342	9 072 454
Centro	4 420 401	4 597 961	4 424 770	4 308 481	4 334 761	4 465 736	4 925 731	5 173 203
Médio Tejo	384 179	370 032	370 918	341 772	337 796	363 770	376 544	...
Tomar	24 815	22 279	13 368	15 621	17 412	21 654	21 091	21 939
Área Metropolitana de Lisboa	4 337 695	4 853 026	4 495 152	4 023 798	3 945 702	3 971 823	4 590 695	4 610 691
Alentejo	743 348	850 760	848 157	680 049	717 206	779 982	972 880	1 008 210
Algarve	114 147	95 520	84 266	72 818	70 625	76 975	81 300	90 593
Região Autónoma dos Açores	142 852	148 097	137 485	116 268	122 378	118 984	119 059	134 807
Região Autónoma da Madeira	118 860	103 710	90 655	68 734	65 641	63 340	67 186	69 484

Fonte: Pordata, 2017; Legenda: ... Confidencial

Tabela 39- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Construção – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	9 675 697	8 806 324	7 489 758	6 019 164	5 508 212	5 336 992	5 402 865	5 365 771
Norte	3 305 516	3 099 858	2 671 021	2 222 933	2 133 823	2 170 840	2 213 032	2 192 206
Centro	1 690 648	1 570 382	1 314 693	1 050 448	864 809	912 175	955 092	919 788
Médio Tejo	182 957	169 520	118 697	105 698	91 095	84 465	89 489	101 702
Tomar	18 816	15 958	12 677	9 684	9 748	7 714	5 568	5 932
Área Metropolitana de Lisboa	3 399 436	3 034 205	2 605 494	2 158 683	1 982 250	1 697 525	1 666 651	1 647 675
Alentejo	344 844	293 594	278 617	171 655	162 263	165 817	179 743	179 815
Algarve	450 813	358 989	268 224	146 376	137 455	169 651	193 916	219 778
Região Autónoma dos Açores	212 779	192 510	137 448	106 280	86 801	69 403	75 833	84 040
Região Autónoma da Madeira	271 662	256 784	214 262	162 789	140 812	151 581	118 597	122 468

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 40- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Comércio por grosso e a retalho – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	16 944 844	17 066 813	15 395 528	13 905 859	14 031 828	14 787 022	15 652 169	16 581 928
Norte	4 560 722	4 636 132	4 204 991	3 851 566	3 995 088	4 215 056	4 471 772	4 773 495
Centro	2 508 855	2 554 038	2 378 588	2 162 796	2 209 118	2 286 461	2 437 119	2 587 220
Médio Tejo	261 549	250 319	213 755	204 673	210 133	202 658	193 859	228 887
Tomar	37 051	31 588	24 493	23 724	23 323	24 431	24 205	25 208
Área Metropolitana de Lisboa	8 120 379	8 096 385	7 232 099	6 547 374	6 519 057	6 862 980	7 231 275	7 590 569
Alentejo	732 783	747 066	679 189	584 606	596 592	636 705	659 033	683 937
Algarve	444 999	457 325	380 137	327 902	297 403	355 446	401 280	451 720
Região Autónoma dos Açores	295 165	304 601	276 559	245 934	240 659	232 150	250 643	273 884
Região Autónoma da Madeira	281 940	271 267	243 965	185 681	173 910	198 225	201 047	221 104

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 41- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Transporte e armazenagem – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	6 409 481	6 315 020	6 025 927	5 768 577	5 867 087	6 091 948	6 365 162	6 628 577
Norte	1 122 889	962 290	938 580	892 867	924 870	929 282	970 544	1 033 325
Centro	925 462	801 722	772 284	713 046	745 312	806 506	938 176	933 247
Médio Tejo	...	...	...	...	...	...	94 940	96 402
Tomar	3 146	2 724	2 307	1 638	1 457	1 424	1 426	1 462
Área Metropolitana de Lisboa	3 738 000	3 942 497	3 719 300	3 607 437	3 633 607	3 781 112	3 883 913	4 016 341
Alentejo	238 680	250 611	234 827	224 641	248 498	266 637	281 628	303 412
Algarve	81 432	74 434	73 410	64 048	64 695	66 996	75 675	85 257
Região Autónoma dos Açores	118 073	109 465	111 618	96 775	93 155	75 607	87 716	110 930
Região Autónoma da Madeira	184 946	174 002	175 908	169 762	156 950	165 807	127 509	146 064

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** ...Confidencial

Tabela 42- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Alojamento, restauração e similares – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	4 083 413	3 969 498	3 880 385	3 138 032	3 165 591	3 430 662	3 912 537	4 749 572
Norte	858 500	854 564	818 306	629 399	595 957	654 125	768 337	954 010
Centro	616 305	593 510	561 955	432 200	403 509	465 521	495 581	592 988
Médio Tejo	70 050	66 121	63 256	50 375	46 665	51 248	57 500	70 414
Tomar	9 876	9 281	9 074	7 154	6 571	7 271	7 830	9 772
Área Metropolitana de Lisboa	1 574 297	1 547 211	1 517 866	1 237 527	1 328 887	1 387 944	1 572 414	1 850 471
Alentejo	216 547	211 761	206 996	154 499	139 641	148 765	162 135	191 700
Algarve	502 349	470 846	485 307	424 547	434 714	492 717	590 985	760 062
Região Autónoma dos Açores	81 022	80 958	77 190	64 308	61 920	63 063	74 533	98 153
Região Autónoma da Madeira	234 394	210 648	212 766	195 552	200 964	218 528	248 552	302 187

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 43- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividade de Informação e comunicação – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	5 665 575	5 783 560	5 368 783	5 090 162	4 903 727	4 913 300	5 048 447	5 374 101
Norte	493 900	500 332	501 255	475 143	522 002	534 157	549 946	646 107
Centro	139 580	142 465	153 871	143 658	144 076	188 621	186 560	243 681
Médio Tejo	4 018	4 045	4 090	5 165	4 941	5 907	8 592	7 575
Tomar	822	674	541	283	312	440	604	220
Área Metropolitana de Lisboa	4 947 469	5 052 587	4 618 018	4 377 034	4 145 909	4 098 594	4 204 914	4 376 009
Alentejo	13 370	21 762	26 901	31 453	28 090	28 120	36 100	38 435
Algarve	12 828	11 888	12 002	9 773	12 725	14 694	17 089	19 657
Região Autónoma dos Açores	17 888	17 330	17 352	14 917	14 535	10 279	10 486	11 330
Região Autónoma da Madeira	40 540	37 196	39 383	38 183	36 389	38 834	43 354	38 883

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 44- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades imobiliárias – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	2 129 818	1 862 081	1 598 454	1 335 583	1 344 638	1 377 995	1 590 365	1 897 380
Norte	675 395	616 580	542 249	479 239	492 137	483 433	533 544	581 930
Centro	211 384	196 350	153 941	109 927	112 601	104 824	117 977	164 363
Médio Tejo	38 763	41 733	33 149	32 884	32 384	29 380	34 205	41 453
Tomar	1 835	2 562	1 103	1 821	814	669	1 026	1 597
Área Metropolitana de Lisboa	938 805	823 172	734 110	611 611	614 450	646 988	765 813	979 260
Alentejo	72 502	58 057	41 174	34 179	29 063	33 613	36 780	36 183
Algarve	168 441	113 423	75 635	66 893	58 213	70 113	98 073	92 362
Região Autónoma dos Açores	21 586	16 272	15 041	9 425	11 494	11 277	7 575	14 047
Região Autónoma da Madeira	41 706	38 228	36 302	24 309	26 679	27 745	30 602	29 235

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 45- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	5 309 664	5 217 585	5 003 677	4 677 668	4 618 748	4 982 854	5 017 044	5 305 886
Norte	1 095 247	1 132 207	1 080 864	1 022 197	1 019 648	1 093 393	1 104 297	1 209 370
Centro	573 591	574 476	539 414	520 064	510 039	533 099	558 163	580 514
Médio Tejo	56 647	56 787	55 816	44 517	40 579	39 066	44 459	43 940
Tomar	7 663	6 279	5 976	5 344	4 880	5 064	6 434	5 342
Área Metropolitana de Lisboa	3 249 199	3 117 823	3 010 582	2 802 407	2 774 560	3 027 308	3 001 487	3 127 376
Alentejo	128 328	129 560	126 022	115 487	115 975	122 059	130 869	138 939
Algarve	131 854	127 582	115 016	101 505	98 120	107 486	119 188	131 936
Região Autónoma dos Açores	53 246	56 604	53 456	46 671	44 128	44 974	48 372	51 191
Região Autónoma da Madeira	78 199	79 333	78 324	69 337	56 278	54 534	54 668	66 560

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 46- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades administrativas e dos serviços de apoio – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	5 223 356	5 402 114	5 122 357	4 718 096	4 659 209	5 020 025	5 302 812	5 672 493
Norte	835 071	855 283	795 478	758 366	775 948	853 337	997 689	1 079 477
Centro	363 395	364 187	335 026	296 476	293 617	323 021	363 477	390 495
Médio Tejo	40 983	44 238	40 471	35 658	31 171	29 655	35 131	36 127
Tomar	3 971	4 049	2 958	2 195	2 154	2 268	2 692	2 880
Área Metropolitana de Lisboa	3 591 793	3 755 614	3 589 978	3 301 248	3 218 785	3 440 127	3 505 794	3 717 495
Alentejo	149 801	146 557	142 727	120 974	122 958	124 621	116 605	129 753
Algarve	167 033	168 517	156 503	145 684	157 240	179 763	204 879	230 278
Região Autónoma dos Açores	42 423	45 176	39 058	38 970	37 531	39 678	46 726	52 323
Região Autónoma da Madeira	73 839	66 779	63 586	56 379	53 130	59 479	67 642	72 673

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 47- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Educação – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	972 267	974 042	897 783	823 433	772 692	800 683	844 784	848 812
Norte	243 705	242 528	213 528	184 706	166 852	180 951	188 343	203 062
Centro	144 201	148 788	123 537	103 809	102 449	105 693	114 664	99 663
Médio Tejo	13 958	13 185	11 352	10 121	9 980	9 932	10 052	10 519
Tomar	2 170	2 310	2 115	1 871	1 673	1 567	1 553	1 586
Área Metropolitana de Lisboa	507 927	504 574	497 132	474 450	449 043	456 974	481 587	481 600
Alentejo	32 445	33 147	21 899	22 721	19 242	20 326	19 351	19 444
Algarve	30 643	31 488	29 498	26 712	25 783	26 240	29 283	31 308
Região Autónoma dos Açores	8 073	8 337	8 423	7 640	6 956	7 227	7 795	9 085
Região Autónoma da Madeira	5 271	5 180	3 766	3 397	2 368	3 272	3 760	4 650

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 48- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades de saúde humana e apoio social – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	2 837 548	2 942 211	2 863 779	2 766 241	2 782 604	2 865 982	3 032 271	3 165 330
Norte	874 510	948 861	894 445	862 454	865 975	882 373	921 230	971 555
Centro	458 379	459 204	446 177	409 939	400 563	413 418	448 259	479 243
Médio Tejo	39 018	37 333	36 269	32 790	31 536	32 341	35 029	37 385
Tomar	8 364	7 971	7 427	6 406	6 688	6 641	7 006	7 141
Área Metropolitana de Lisboa	1 211 536	1 250 512	1 247 868	1 238 828	1 270 072	1 314 636	1 387 226	1 418 361
Alentejo	103 212	103 006	96 738	88 570	85 095	89 050	98 886	102 971
Algarve	104 093	101 781	101 625	95 873	93 133	95 594	107 083	114 956
Região Autónoma dos Açores	32 089	33 171	32 684	30 412	30 161	30 602	30 228	33 491
Região Autónoma da Madeira	53 729	45 677	44 243	40 166	37 605	40 311	39 358	44 752

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 49- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	863 145	865 010	871 564	774 528	813 495	816 337	1 009 159	1 050 309
Norte	245 870	273 340	254 019	214 378	267 508	210 207	314 574	223 667
Centro	73 685	75 860	71 269	63 661	57 614	62 745	67 697	81 346
Médio Tejo	7 414	7 386	6 990	5 820	5 036	5 912	5 937	6 062
Tomar	987	922	868	812	814	891	825	907
Área Metropolitana de Lisboa	432 756	408 206	442 493	394 216	386 930	433 602	502 128	593 581
Alentejo	14 322	14 646	15 757	13 979	17 199	18 660	18 265	20 799
Algarve	63 387	63 475	57 001	55 746	54 432	60 303	73 929	92 465
Região Autónoma dos Açores	6 424	4 763	4 783	5 026	3 458	2 853	4 748	7 335
Região Autónoma da Madeira	26 701	24 719	26 242	27 523	26 354	27 967	27 817	31 116

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 50- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras por territórios: setor de atividade económica: Outras atividades de serviços – milhares de euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	681 749	634 798	574 263	541 091	513 473	553 131	608 500	687 862
Norte	163 833	148 594	132 748	137 367	131 620	141 353	146 837	179 924
Centro	108 173	110 101	103 132	92 988	86 142	93 054	101 430	117 875
Médio Tejo	11 189	10 382	8 893	8 043	7 767	8 972	10 382	12 372
Tomar	2 532	2 307	1 766	1 528	1 383	1 663	1 750	1 888
Área Metropolitana de Lisboa	306 980	283 587	257 666	238 088	218 475	242 706	251 478	268 160
Alentejo	44 575	38 697	33 969	32 249	31 324	29 843	60 063	68 091
Algarve	31 275	29 471	23 990	20 376	21 286	21 228	23 058	26 573
Região Autónoma dos Açores	11 770	11 060	10 691	9 037	9 634	9 890	10 431	11 605
Região Autónoma da Madeira	15 142	13 289	12 067	10 985	14 992	15 057	15 202	15 633

Fonte: Pordata, 2017

Pré e Pós Troika

Entre os anos 2009 e 2013 existiu em Tomar uma diminuição da criação de riqueza empresarial a nível geral. As indústrias transformadoras, a construção e o comércio por

grosso e retalho foram os setores que mais contribuíram para a descida sendo, portanto, das atividades mais afetadas pela crise. A partir de 2014 inclusive, verificou-se um aumento generalizado.

Tabela 51- Saldo da balança de bens das empresas por territórios: importações – em Euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	51 378 500 643	58 647 391 261	59 551 441 805	56 374 082 889	57 012 824 865	59 032 120 694	60 344 799 543	Pro 61 242 879 697
Norte	10 542 771 262	12 117 180 735	12 813 407 095	11 792 558 070	12 158 461 312	12 894 848 138	13 857 561 140	Pro 14 687 235 678
Centro	5 385 197 536	6 496 394 199	7 217 742 404	6 808 355 456	7 165 245 383	7 390 784 927	7 767 746 645	Pro 8 118 672 548
Médio Tejo	x	x	672 432 575	605 073 470	638 502 881	671 055 298	699 249 267	Pro 751 674 598
Tomar	14 873 831	21 895 093	15 814 643	11 871 013	11 281 874	9 501 185	8 278 749	Pro 10 118 782
Área Metropolitana de Lisboa	29 431 571 015	33 883 905 625	33 881 666 105	32 412 550 695	31 754 204 128	31 909 726 170	31 244 028 295	Pro 30 503 496 648
Alentejo	1 681 961 036	2 229 488 989	2 280 575 234	1 960 534 551	2 131 970 520	2 219 339 052	2 304 601 339	Pro 2 212 625 073
Algarve	212 641 380	247 050 253	248 788 015	211 400 171	220 745 120	219 018 732	244 735 445	Pro 268 568 909
Região Autónoma dos Açores	160 050 792	230 548 606	179 197 303	203 998 533	190 982 399	136 521 543	135 736 981	Pro 144 241 200
Região Autónoma da Madeira	152 841 741	157 572 134	118 939 556	173 822 240	110 033 107	132 025 258	131 660 231	Pro 129 425 494
Ignorado/Outro	3 776 894 686	3 228 354 974	2 811 126 093	2 810 863 173	3 281 182 896	4 129 856 874	4 658 729 467	Pro 5 178 614 147

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** x Valor não disponível; **Pro** Valor provisório

Tabela 52- Saldo da balança de bens das empresas por territórios: exportações – em Euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	31 696 763 402	37 267 906 508	42 828 033 392	45 213 015 628	47 302 913 319	48 053 695 644	49 634 001 363	Pro 50 022 262 509
Norte	11 859 864 876	14 046 785 056	16 022 002 164	16 792 442 135	17 218 034 654	18 225 063 826	19 334 503 511	Pro 20 453 083 859
Centro	6 467 902 815	7 832 891 194	8 261 126 670	8 627 623 142	8 910 975 501	9 251 960 636	10 975 736 171	Pro 11 109 760 983
Médio Tejo	x	x	670 211 647	707 778 678	701 805 450	744 750 115	811 982 208	Pro 835 152 272
Tomar	12 863 788	19 067 096	27 566 572	24 639 848	26 033 424	33 996 341	37 117 022	Pro 34 397 608
Área Metropolitana de Lisboa	9 424 801 781	11 153 492 759	14 039 612 802	15 143 773 958	16 160 685 365	15 364 478 760	13 934 333 511	Pro 12 928 772 416
Alentejo	1 699 198 391	2 266 227 001	2 665 284 194	2 735 571 880	2 858 569 240	2 877 370 681	2 979 146 755	Pro 2 956 482 302
Algarve	91 434 200	130 289 619	139 414 863	140 641 300	138 240 153	141 634 458	145 748 952	Pro 160 184 690
Região Autónoma dos Açores	77 856 482	83 081 954	117 116 202	109 669 939	124 443 106	95 367 751	104 009 519	Pro 83 804 328
Região Autónoma da Madeira	59 931 678	58 353 449	62 328 135	145 059 439	83 543 016	125 772 134	110 593 996	Pro 95 469 581
Ignorado/Outro	2 005 341 251	1 680 854 442	1 521 148 362	1 518 233 835	1 808 422 284	1 972 047 398	2 049 928 948	Pro 2 234 704 350

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** x Valor não disponível; **Pro** Valor provisório

Pré e Pós Troika

De acordo com a tabela 51, o valor dos bens importados, ou seja, os bens/serviços adquiridos no estrangeiro ou mesmo viagens turísticas e lúdicas realizadas pelos munícipes fora do país, registaram um decréscimo, fruto do menor consumo de empresas e famílias.

Por sua vez, os dados registados para os bens exportados verificaram o comportamento inverso ao das importações, ou seja, ocorreu um aumento. Este acréscimo tanto poderá ter ocorrido devido à transação de bens para outros países, onde muitas empresas nacionais se instalaram, como o aumento de turistas na cidade, mas a primeira razão deverá ter maior peso para o caso de Tomar, uma vez que o turismo em Tomar tem mais origem nos turistas nacionais.

Após 2014, as tendências anteriormente referidas continuaram. As empresas do município de Tomar registaram um saldo positivo na balança comercial desde 2011, situação essa consolidada em 2015 e 2016.

Tabela 53- Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros por territórios: total – milhares de Euros

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	↓ 2014	2015	2016
Portugal	1 763 954	1 807 536	1 906 006	1 856 450	1 954 569	↓ Rv 2 285 896	Rv 2 627 741	3 103 755
Norte	207 591	218 295	223 803	212 894	223 778	↓ Rv 271 117	Rv 329 973	403 945
Centro	179 091	187 689	187 233	167 298	161 280	↓ Rv 189 026	Rv 222 524	256 514
Médio Tejo	27 657	28 509	29 443	28 253	x	↓ Rv 31 265	Rv 36 095	39 514
Tomar	3 867	3 481	3 522	3 265	3 075	↓ Rv 3 513	Rv 4 154	4 395
Área Metropolitana de Lisboa	x	x	x	x	587 268	↓ Rv 699 432	Rv 813 055	931 173
Alentejo	57 588	59 457	64 082	57 197	55 318	↓ Rv 78 645	Rv 94 730	110 895
Algarve	521 848	541 143	569 204	585 731	609 988	↓ Rv 701 927	Rv 780 067	941 039
Região Autónoma dos Açores	49 163	48 905	46 852	41 985	44 672	↓ Rv 46 773	Rv 56 491	73 140
Região Autónoma da Madeira	255 852	226 738	252 791	250 026	272 265	↓ Rv 298 977	Rv 330 901	387 050

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** ↓Quebra de série; x Valor não disponível; Rv Valor Revisto

Tabela 54- Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por territórios: residentes em Portugal – por dormida

Territórios/Anos	↓ 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	↓ 13 242 692	13 783 084	13 436 555	12 424 460	12 209 926	14 495 726	15 472 956
Norte	↓ 2 530 242	2 511 052	2 462 932	2 373 305	2 403 238	2 783 636	3 059 456
Centro	↓ 2 454 594	2 542 384	2 492 601	2 288 368	2 223 884	2 560 884	2 794 651
Médio Tejo	↓ x	x	x	x	x	319 388	352 217
Tomar	↓ 45 355	40 371	36 698	36 490	33 366	38 464	41 680
Área Metropolitana de Lisboa	↓ 2 392 836	2 623 444	2 587 844	2 474 939	2 446 711	2 977 232	3 229 802
Alentejo	↓ 837 684	897 966	913 753	787 584	760 958	964 066	1 068 104
Algarve	↓ 3 647 189	3 831 885	3 772 268	3 518 709	3 387 664	4 108 125	4 047 390
Região Autónoma dos Açores	↓ 489 629	508 664	478 685	409 536	374 633	397 717	538 621
Região Autónoma da Madeira	↓ 890 518	867 689	728 472	572 019	612 838	704 066	734 932

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** ↓Quebra de série; x Valor não disponível

Tabela 55- Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por territórios: residentes no estrangeiro – por dormida

Territórios/Anos	↓ 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Portugal	↓ 23 214 377	23 608 207	26 003 760	27 256 580	29 359 790	33 271 309	36 328 953
Norte	↓ 1 739 725	1 926 704	2 084 079	2 168 614	2 462 341	3 026 403	3 558 615
Centro	↓ 1 292 923	1 342 164	1 550 942	1 479 556	1 511 579	1 772 071	1 996 474
Médio Tejo	↓ x	x	x	x	x	493 700	560 035
Tomar	↓ 19 864	22 208	26 279	25 600	24 545	29 704	33 972
Área Metropolitana de Lisboa	↓ 5 513 101	5 996 979	6 439 588	6 964 914	7 594 097	9 219 571	10 208 725
Alentejo	↓ 266 631	274 592	329 899	354 561	352 469	465 991	527 429
Algarve	↓ 9 280 414	9 415 565	10 207 598	10 808 065	11 354 305	12 386 583	13 085 561
Região Autónoma dos Açores	↓ 515 175	526 367	554 840	545 204	679 469	665 916	735 586
Região Autónoma da Madeira	↓ 4 606 408	4 125 836	4 836 814	4 935 666	5 405 530	5 734 774	6 216 563

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** ↓Quebra de série; x Valor não disponível; Rv Valor Revisto

Pré e Pós *Troika*

Se analisarmos os dados da tabela 55, é possível constatar que o município de Tomar acompanhou a tendência nacional. O que evidencia um aumento nas receitas hoteleiras e nas dormidas de residentes no estrangeiro, o que se fica a dever ao facto de Portugal, em termos internacionais, se ter tornado num destino turístico atrativo. Quanto a Tomar, o município não usufruiu tanto deste movimento e apresenta-se mais dependente de turistas nacionais.

Ao nível do setor da hotelaria, o município de Tomar apresenta algumas discrepâncias relativas ao quadro nacional. Em termos de receitas só em 2015 é que conseguiu recuperar os valores de 2009, enquanto que Portugal, no seu todo registou para todos os anos seguintes a 2009 valores superiores. Quanto ao número de dormidas por residentes em Portugal, o país, em 2014 regista valores superiores a 2009, enquanto que o município de Tomar, em 2015, ainda se encontrava aquém dos valores de 2009.

2.1.2. Demografia – por territórios

A população residente é um indicador que permite avaliar a capacidade de retenção de pessoas numa determinada região e que de alguma forma reflete a qualidade de vida aí existente.

Tabela 56- População residente por territórios – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	10 568 247	10 573 100	10 557 560	10 514 844	10 457 295	10 401 062	10 358 076	10 325 452
Norte	3 709 267	3 699 783	3 690 405	3 676 729	3 655 215	3 632 990	3 612 782	3 594 177
Centro	2 339 797	2 334 715	2 323 906	2 307 554	2 290 051	2 272 578	2 260 178	2 250 149
Médio Tejo	249 411	248 432	246 922	244 843	242 595	240 323	238 506	237 034
Tomar	41 146	40 911	40 497	39 937	39 376	38 833	38 382	37 989
Área Metropolitana de Lisboa	2 800 155	2 815 483	2 824 906	2 822 719	2 812 957	2 808 347	2 810 923	2 817 014
Alentejo	763 360	760 388	756 546	751 542	746 003	738 338	728 881	721 239
Algarve	442 956	448 564	448 722	445 265	443 374	441 913	441 699	441 699
Região Autónoma dos Açores	246 785	246 829	246 976	247 372	247 495	246 897	246 060	245 525
Região Autónoma da Madeira	265 927	267 340	266 101	263 664	262 202	260 000	257 555	255 650

Fonte: Pordata. 2017

Pré e Pós *Troika*

Conforme se pode analisar pela tabela anterior, a partir de 2009 a população residente em Tomar registou um decréscimo. Este efeito, mais uma vez, prende-se com o aumento de desemprego registado no período da crise, o que levou a que as pessoas procurassem emprego noutros municípios ou, e sobretudo, fora do país. O município de Tomar acompanhou a tendência nacional.

Mesmo após a saída da *Troika* a tendência continuou a ser decrescente. Isto significa que a crise económica teve efeitos difíceis de anular. É precisamente no pico da crise, 2011, que se registou o maior saldo migratório em Tomar. Apesar das oscilações existentes na taxa de natalidade e de mortalidade, a tabela seguinte é elucidativa quanto ao número elevado de emigração que o país registou a partir de 2011.

Tabela 57- Saldo migratório por territórios – por indivíduo

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	15 408	3 815	-24 331	-37 338	-36 230	-30 003	-10 453	(R) -8 310
Norte	-7 605	-13 129	-6 308	-16 582	-15 735	-16 131	-11 714	(R) -13 233
Centro	3 771	1 808	-7 459	-6 318	-6 092	-6 107	3 749	(R) -623
Médio Tejo	335	141	-657	-518	-498	-614	405	(R) 166
Tomar	-26	-61	-279	-251	-241	-175	-28	(R) -59
Área Metropolitana de Lisboa	10 305	8 276	-1 530	-11 660	-11 704	46	2 452	(R) 7 206
Alentejo	1 573	758	-361	-1 169	-543	-5 147	-4 016	(R) -1 128
Algarve	5 625	5 126	-5 106	-1 075	-979	45	1 208	(R) 589
Região Autónoma dos Açores	-123	-396	64	71	-7	-1 088	-543	(R) -338
Região Autónoma da Madeira	1 839	1 357	-3 655	-609	-1 181	-1 632	-1 598	(R) -792

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** (R) Dados retificados pela entidade responsável

Tabela 58- Índice de envelhecimento por territórios – em %

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	117,8	121,6	125,8	129,4	133,5	138,6	143,9	148,7
Norte	102,2	106,8	111,8	116,5	122,0	128,7	135,8	142,9
Centro	148,0	152,5	158,2	162,6	167,4	173,6	180,1	185,9
Médio Tejo	170,4	174,5	179,9	184,1	188,4	194,8	201,6	207,4
Tomar	181,1	187,5	196,4	203,6	211,6	223,5	234,7	241,6
Área Metropolitana de Lisboa	112,3	115,5	118,6	120,9	123,8	127,0	130,1	132,7
Alentejo	170,9	172,2	174,1	176,0	178,9	183,6	189,0	193,1
Algarve	119,0	120,2	123,2	126,6	129,8	133,7	137,0	139,3
Região Autónoma dos Açores	67,6	69,7	71,6	73,2	75,0	77,3	80,5	84,0
Região Autónoma da Madeira	79,1	81,4	84,9	88,8	92,8	97,4	102,5	108,3

Fonte: Pordata, 2017

Pré e Pós *Troika*

A nível nacional, o indicador de envelhecimento tem sofrido um agravamento considerável, passando de 117.8% em 2009 para 143.9% em 2015, o mesmo se regista para o município de Tomar, que passa de 181.1% para 234.7%, valores muito elevados e donde se pode concluir que se Tomar já era um concelho envelhecido antes da crise, com valores muito acima da média nacional, esta ainda veio acentuar mais a situação.

No pós- *Troika* o índice de envelhecimento continuou a acentuar-se. Esta evolução teve como causa parcial o movimento migratório de população jovem durante a crise. O propósito da análise deste indicador centra-se precisamente no facto de Portugal registar índices muito elevados de envelhecimento. Ora, uma das formas de contrariar esta tendência, no curto prazo, seria o registo de saldos migratórios positivos. Contudo, o que se constata é precisamente o inverso, extremamente agudizado pela crise económica. Isto é preocupante para o futuro de Portugal e claro mais preocupante ainda para o Município de Tomar, que, conforme os dados, evidencia bem o problema do interior do país.

2.1.3. Ensino – por territórios

Na área do ensino esta crise também teve o seu reflexo. As famílias dispõem de menos recursos financeiros e, portanto, algumas ficam sem possibilidade de suportar os encargos com estudos superiores. Verificando-se pela tabela 59, que foram nos anos da crise económica que se registou um menor número de inscrições no Ensino Superior.

Tabela 59- Inscritos no ensino superior por territórios – por indivíduo

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	373 002	383 627	396 268	390 273	371 000	362 200	349 658	356 399
Norte	116 539	120 835	123 754	123 726	119 350	115 821	112 624	115 429
Centro	80 191	81 319	85 749	84 304	81 631	79 982	75 693	76 912
Médio Tejo	3 309	3 356	3 195	2 718	2 334	2 019	1 717	1 874
Tomar	2 704	2 674	2 534	2 114	1 844	1 595	1 362	1 542
Área Metropolitana de Lisboa	141 211	145 781	150 034	148 414	139 761	137 774	134 403	136 552
Alentejo	17 214	17 714	18 410	16 799	14 752	13 738	12 990	13 621
Algarve	10 645	10 723	10 896	9 977	8 982	8 680	7 902	7 893
Região Autónoma dos Açores	3 566	3 681	3 874	3 643	3 426	3 034	2 910	2 726
Região Autónoma da Madeira	3 636	3 574	3 551	3 410	3 098	3 171	3 136	3 266

Fonte: Pordata, 2017

Pré e Pós *Troika*

Face aos dados apresentados verificou-se claramente uma diminuição dos alunos inscritos a nível nacional, passando de 396 mil inscritos em 2011 para 350 mil inscritos em 2015, isto é, uma redução de 46 mil inscrições. A redução em Tomar foi significativa, passando de 2704 inscritos em 2009 para 1362 inscritos em 2015, praticamente metade. Só em 2016, a par com a tendência nacional, este número voltou a aumentar.

De facto, no pós-*Troika*, com a melhoria das condições ao nível de rendimento disponível das famílias, ocorreu um aumento generalizado em 2016 como em 2017. De notar que em Tomar a diminuição do número de alunos acontece antes da diminuição verificada para o contexto nacional, o que mais uma vez evidencia as desigualdades do interior, que face a uma crise económica e social, como a que vivemos, se acentuam e tornam-se mais graves do que a média nacional.

Outro indicador que reflete a crise, está associado à contenção de despesa no setor da educação que se pode refletir no número de docentes no pré-escolar, básico e secundário.

Tabela 60- Total de Docentes no pré-escolar, básico e secundário por territórios – por indivíduo

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	177 997	179 956	174 953	163 175	150 311	141 250	141 274	142 913
Norte	62 203	62 303	61 047	56 504	51 122	48 218	48 285	48 911
Centro	39 202	39 080	37 686	34 617	32 150	29 730	29 269	29 131
Médio Tejo	4 263	4 223	4 050	3 731	3 379	3 084	3 080	3 105
Tomar	720	714	688	624	554	506	509	492
Área Metropolitana de Lisboa	44 094	44 376	44 154	41 855	38 392	36 642	36 813	37 516
Alentejo	12 468	12 592	12 279	11 398	10 411	9 679	9 732	10 055
Algarve	7 708	8 007	7 576	7 014	6 528	6 098	6 182	6 358
Região Autónoma dos Açores	x	6 253	5 247	4 729	4 924	4 701	4 716	4 806
Região Autónoma da Madeira	x	7 345	6 964	7 058	6 784	6 182	6 277	6 136

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** x Valor não aplicável

Pré e Pós *Troika*

Em Portugal desde 2010 até 2014 ocorreu um decréscimo muito significativo de docentes no pré-escolar, básico e secundário, passando de 180 mil docentes, para 141 mil docentes. O Município de Tomar registou a mesma tendência ocorrida no plano nacional, com a diferença de que não há uma inversão na diminuição. Contudo, a situação evidencia alguma estabilidade a partir de 2014.

Com a saída da *Troika* e alguma diminuição da restrição orçamental, houve um ligeiro reforço do corpo docente a nível nacional. No concelho de Tomar, conforme já referido, verificou-se uma continuada diminuição, ainda que ligeira, continuando a tendência nacional.

Tabela 61- Taxa total de retenção e desistência no ensino básico regular por territórios – em %

Territórios/Anos	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Portugal	7,9	7,8	7,9	7,5	9,7	10,4	10	8
Norte	6,6	6,4	6,2	6,1	8,1	9,2	8,5	8
Centro	6,1	6,2	6,3	6,2	8,1	8,9	8,4	7
Médio Tejo	6,2	6,4	7,3	6,4	8,2	9,6	8,6	6,9
Tomar	6,3	6,9	8,6	7,2	9,8	9,7	8,8	8,1
Área Metropolitana de Lisboa	9,3	9,2	9,3	8,6	10,9	11,3	11	11
Alentejo	8,4	8,5	8,4	8,7	11,6	11,8	11,9	11,5
Algarve	10,3	10,2	9,8	8,9	11,4	12,2	11,9	11,7
Região Autónoma dos Açores	9,4	10,1	11,5	11,7	15,4	16,9	17,3	17,2
Região Autónoma da Madeira	12,4	11,4	11,8	11,2	12,9	11,8	10,8	10,7

Fonte: INE, 2017

Pré e Pós *Troika*

Nos anos de crise, verificou-se um aumento generalizado da taxa de desistência no ensino básico regular, com maior ênfase para os anos letivos de 2011/2012, 2012/2013 e 2014/2015. Esta evidência comprova os efeitos da crise económica no plano da educação. O concelho de Tomar registou tendências similares à registada a nível nacional.

Desde o ano letivo 2013/2014 que a taxa de desistência do ensino regular tem vindo a diminuir, passando de 10.4% em 2012/2013 para 8% em 2014/2015, em Portugal. A mesma tendência, mas com pior desempenho, foi registada para o concelho de Tomar.

2.1.4. Desemprego e emprego: Mercado de trabalho – por territórios

Tabela 62- Total Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por territórios – por indivíduo

Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	524 674	541 840	605 134	710 652	690 535	598 581	555 167	482 556
Norte	228 494	234 169	254 514	295 598	291 621	253 480	231 005	200 792
Centro	97 771	97 851	109 809	132 203	125 670	107 718	98 159	82 724
Médio Tejo	8 950	9 141	10 942	12 404	11 722	9 540	8 769	7 547
Tomar	1 695	1 679	1 856	2 085	1 891	1 230	1 239	1 024
Área Metropolitana de Lisboa	120 135	125 807	141 448	164 650	161 231	138 857	130 454	113 079
Alentejo	32 773	33 763	38 954	47 375	43 604	37 227	35 787	31 582
Algarve	25 602	28 298	31 658	35 640	32 443	27 030	26 206	24 475
Região Autónoma dos Açores	6 181	6 304	9 735	11 445	13 208	x	x	x
Região Autónoma da Madeira	13 718	15 648	19 016	23 741	22 758	x	x	x

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** x Valor não aplicável

Pré e Pós Troika

A nível nacional, o número de desempregados começou a aumentar em 2009, com 525 mil, atingindo um máximo em 2012, na ordem dos 711 mil, tendo decrescido a partir desse ano. Em Tomar também se registou a mesma tendência sentida a nível nacional, um aumento de desemprego de 2009 para 2012.

Em 2013 iniciou-se uma trajetória descendente no número de desempregados. Tomar acompanhou a evolução nacional.

No entanto, é conveniente realçar que a diminuição de desempregados, deverá estar associada à diminuição da população residente, que como se referiu foi decrescente e em grande parte condicionada pelo saldo migratório. Por outro lado, a diminuição de desempregados estará também associada à abertura de muitas ações de formação nos centros de formação, cujos formandos desempregados e inscritos não contam para as estatísticas do desemprego. Outro factor a considerar será também a concessão de reformas antecipadas. Em termos absolutos, em 2013, regista-se uma diminuição comparativamente ao ano de 2012, mas em termos percentuais, 2013 regista o pico da taxa de desemprego, conforme se constata na tabela anterior.

Tabela 63- Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos por territórios – em %

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	7,0	7,9	7,9	9,6	10,3	9,4	8,3	7,8
Norte	8,6	9,6	9,4	11,2	11,9	11,0	9,7	9,1
Centro	6,3	6,8	6,7	8,3	8,8	7,9	6,8	6,3
Médio Tejo	5,7	6,2	6,4	7,8	8,0	7,2	6,2	5,8
Tomar	6,2	7,2	7,1	8,2	8,3	7,5	6,2	5,7
Área Metropolitana de Lisboa	6,1	6,9	7,0	8,5	9,2	8,5	7,5	7,1
Alentejo	6,7	7,4	7,3	9,4	10,0	8,7	7,9	7,7
Algarve	6,9	8,6	8,6	10,7	10,9	9,2	7,9	6,9
Região Autónoma dos Açores	2,9	3,5	4,5	6,2	7,3	-	-	-
Região Autónoma da Madeira	6,7	8,2	9,6	12,1	-	-	-	-

Fonte: Pordata, 2017; **Legenda:** - Ausência de Valor

Pré e Pós Troika

A evolução das regiões analisadas é muito semelhante. Desde 2009 até 2013 que se registaram aumentos sucessivos dos desempregados com idades entre os 15 e os 64 anos.

Em 2014 ocorreu uma tendência de decréscimo em todas as zonas geográficas apresentadas na tabela 71. Esta inversão aconteceu em todos os anos após 2014, registando-se em 2016 valores inferiores aos apresentados para o ano de 2010.

Dois indicadores importantes são o número de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras e o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo e com remuneração completa.

Tabela 64- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: total dos setores de atividades económicas por territórios – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	3 834 544	3 732 512	3 631 747	3 405 269	3 377 598	3 449 428	3 578 913	3 704 740
Norte	1 247 197	1 219 046	1 193 618	1 130 728	1 145 492	1 176 161	1 219 654	1 262 799
Centro	706 741	693 348	675 688	634 193	630 367	642 000	662 754	682 153
Médio Tejo	70 644	69 610	66 737	61 773	58 734	58 956	60 624	61 811
Tomar	9 692	9 361	8 727	7 797	7 343	7 055	7 295	7 566
Área Metropolitana de Lisboa	1 367 482	1 330 107	1 288 349	1 203 648	1 172 198	1 191 672	1 237 377	1 278 935
Alentejo	203 111	197 788	194 928	182 592	180 376	183 788	189 421	195 452
Algarve	162 881	150 912	143 833	130 663	127 649	134 732	146 423	157 492
Região Autónoma dos Açores	70 209	68 844	66 356	61 049	60 107	59 690	60 991	63 028
Região Autónoma da Madeira	76 923	72 467	68 975	62 396	61 409	61 385	62 293	64 881

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 65- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	106 705	104 453	108 249	106 015	160 959	185 038	192 467	194 121
Norte	22 164	21 496	23 154	22 644	52 919	64 676	66 845	66 446
Centro	26 688	26 234	27 142	26 776	40 579	46 143	47 514	47 431
Médio Tejo	2 453	2 435	2 438	2 261	2 579	2 794	3 079	3 042
Tomar	443	423	431	276	298	272	295	298
Área Metropolitana de Lisboa	12 001	11 782	11 942	11 327	13 218	14 792	16 109	17 135
Alentejo	30 701	29 924	30 129	29 347	33 113	35 884	37 425	38 663
Algarve	6 744	6 549	6 580	6 257	7 317	9 059	10 249	10 143
Região Autónoma dos Açores	7 195	7 212	7 945	7 730	8 875	9 376	9 142	8 952
Região Autónoma da Madeira	1 212	1 256	1 357	1 934	4 938	5 108	5 183	5 351

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 66- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Indústrias Transformadoras – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	718 360	690 976	679 182	647 947	637 427	650 628	670 116	686 651
Norte	367 485	355 747	351 663	337 420	337 536	347 199	358 649	369 092
Centro	177 914	173 216	170 956	164 132	161 018	165 166	170 581	175 097
Médio Tejo	16 417	15 859	15 590	14 341	13 734	13 968	14 289	...
Tomar	1 503	1 276	1 281	1 183	1 111	1 102	1 239	1 337
Área Metropolitana de Lisboa	117 403	108 551	103 720	97 250	92 201	91 806	93 538	94 411
Alentejo	33 826	33 305	33 629	31 949	30 484	30 556	31 176	31 719
Algarve	7 908	7 145	6 629	5 957	5 693	5 602	5 763	5 731
Região Autónoma dos Açores	7 910	7 524	7 392	6 783	6 585	6 519	6 665	6 883
Região Autónoma da Madeira	5 914	5 488	5 193	4 456	3 910	3 780	3 744	3 718

Fonte: Pordata, 2017; Legenda: ... Confidencial

Tabela 67- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Captação, tratamento e distribuição de água – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	29 308	29 953	30 917	30 483	29 945	29 896	29 881	31 782
Norte	7 803	8 101	8 347	8 245	8 187	7 934	7 770	7 928
Centro	5 251	5 157	5 373	5 349	5 269	5 067	5 217	5 736
Médio Tejo	526	547	579	528	536	570	616	608
Tomar	...	...	...	62	59	60	99	108
Área Metropolitana de Lisboa	11 711	11 862	12 187	11 901	11 588	11 536	11 569	12 555
Alentejo	1 645	1 799	1 784	1 806	1 776	1 975	1 934	1 995
Algarve	1 682	1 733	1 950	1 923	1 906	1 873	1 832	1 932
Região Autónoma dos Açores	640	696	694	682	704	680	700	746
Região Autónoma da Madeira	576	605	582	577	515	831	859	890

Fonte: Pordata, 2017; Legenda: ... Confidencial

Tabela 68- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Construção – por indivíduos

Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	487 348	444 669	403 575	340 913	307 907	294 458	297 344	301 862
Norte	176 708	164 080	149 540	128 800	121 515	118 000	119 243	122 329
Centro	101 066	94 492	87 554	74 630	67 378	63 745	64 121	65 411
Médio Tejo	10 706	10 130	9 252	8 059	6 687	6 371	6 459	6 407
Tomar	1 359	1 284	1 186	1 011	964	722	660	650
Área Metropolitana de Lisboa	132 449	119 667	108 757	92 535	80 396	75 882	76 936	75 909
Alentejo	22 456	19 914	18 445	14 924	13 268	12 627	12 730	12 813
Algarve	28 387	22 902	19 335	14 708	12 460	12 384	13 249	14 016
Região Autónoma dos Açores	12 964	11 926	9 994	7 760	6 546	5 768	5 583	5 987
Região Autónoma da Madeira	13 318	11 688	9 950	7 556	6 344	6 052	5 482	5 397

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 69- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Comércio por grosso e a retalho – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	824 383	812 944	794 138	747 594	723 488	719 005	735 834	749 170
Norte	267 317	264 576	259 673	248 527	245 330	245 320	251 950	257 185
Centro	152 088	151 394	148 821	140 499	136 093	135 324	138 113	139 920
Médio Tejo	15 727	15 523	15 051	14 188	13 636	13 284	13 427	13 419
Tomar	2 727	2 647	2 360	2 110	1 942	1 927	1 875	1 851
Área Metropolitana de Lisboa	294 447	289 574	281 277	262 829	251 520	248 011	254 046	258 821
Alentejo	44 215	43 298	42 517	40 048	38 319	38 366	38 491	38 714
Algarve	33 431	31 804	30 347	27 709	26 335	26 565	27 268	28 030
Região Autónoma dos Açores	16 203	16 150	15 845	14 490	13 944	13 693	14 155	14 489
Região Autónoma da Madeira	16 682	16 148	15 658	13 492	11 947	11 726	11 811	12 011

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 70- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Transporte e armazenagem – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	160 858	160 685	157 972	150 267	147 757	150 874	154 438	159 888
Norte	34 290	34 824	35 071	33 363	32 099	33 953	35 233	37 040
Centro	29 431	29 689	28 851	27 389	27 685	28 716	29 500	30 874
Médio Tejo	...	...	...	...	...	...	3 550	3 550
Tomar	168	175	166	133	118	107	106	109
Área Metropolitana de Lisboa	79 685	78 757	76 167	72 842	71 439	71 403	72 727	74 078
Alentejo	5 940	5 877	6 340	5 882	6 055	6 170	6 479	6 845
Algarve	4 003	3 938	4 355	3 851	3 709	3 928	4 120	4 479
Região Autónoma dos Açores	3 782	3 850	3 743	3 587	3 550	3 538	3 495	3 533
Região Autónoma da Madeira	3 727	3 750	3 445	3 353	3 220	3 166	2 884	3 039

Fonte: Pordata, 2017; Legenda: ... Confidencial

Tabela 71- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Alojamento, restauração e similares – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	296 074	293 071	290 128	272 957	265 694	273 338	293 478	317 808
Norte	71 645	71 927	71 995	68 220	66 432	67 599	71 909	77 180
Centro	45 735	45 566	44 959	42 182	40 187	40 955	43 175	45 789
Médio Tejo	5 319	5 153	5 000	4 770	4 542	4 634	4 900	5 339
Tomar	855	809	786	744	716	711	781	837
Área Metropolitana de Lisboa	110 477	110 878	108 701	102 003	99 612	102 514	109 530	119 472
Alentejo	16 330	15 994	15 785	14 814	13 969	14 072	14 800	15 562
Algarve	32 501	30 760	31 065	29 286	29 127	31 400	35 960	39 711
Região Autónoma dos Açores	5 733	5 478	5 354	4 905	4 757	4 905	5 438	6 278
Região Autónoma da Madeira	13 653	12 468	12 269	11 547	11 610	11 893	12 666	13 816

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 72- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Atividade de Informação e Comunicação – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	79 120	79 848	81 229	81 346	82 744	85 508	90 993	94 132
Norte	13 168	13 488	13 901	14 067	14 492	15 583	17 250	17 686
Centro	6 495	6 422	6 802	6 593	6 859	7 736	8 189	8 513
Médio Tejo	313	324	331	337	345	366	416	451
Tomar	66	59	60	43	51	46	53	60
Área Metropolitana de Lisboa	55 993	56 590	57 038	57 339	58 066	58 621	61 696	63 746
Alentejo	999	982	1 107	1 053	1 118	1 237	1 434	1 574
Algarve	993	852	859	830	808	915	964	1 011
Região Autónoma dos Açores	630	645	609	578	564	549	544	573
Região Autónoma da Madeira	842	869	913	886	837	867	916	1 029

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 73- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Atividades imobiliárias – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	56 448	54 081	51 190	46 985	45 299	46 701	50 973	56 778
Norte	16 218	15 969	15 443	14 295	13 399	13 429	14 365	15 918
Centro	8 888	8 246	7 638	6 566	6 441	6 496	6 922	7 526
Médio Tejo	930	877	835	798	745	704	733	800
Tomar	104	104	95	96	84	75	80	94
Área Metropolitana de Lisboa	20 740	20 099	19 338	18 026	17 547	18 678	20 951	23 706
Alentejo	2 316	2 190	2 077	1 860	1 648	1 664	1 752	1 866
Algarve	6 299	5 700	4 977	4 565	4 624	4 855	5 347	6 025
Região Autónoma dos Açores	528	485	419	455	458	449	459	447
Região Autónoma da Madeira	1 459	1 392	1 298	1 218	1 182	1 130	1 177	1 290

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 74- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares – por indivíduos

Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	233 576	230 906	224 948	215 111	215 466	224 668	232 393	240 536
Norte	61 903	62 961	62 545	60 410	59 891	62 409	65 395	68 316
Centro	36 509	36 191	35 780	34 127	33 683	34 490	35 927	36 461
Médio Tejo	3 387	3 370	3 289	3 072	2 931	2 937	3 049	3 039
Tomar	548	493	493	487	424	417	441	437
Área Metropolitana de Lisboa	110 769	107 815	103 462	98 830	100 605	106 056	108 285	112 067
Alentejo	9 030	8 975	8 850	8 454	8 392	8 632	9 053	9 293
Algarve	8 452	8 143	7 674	7 084	6 984	7 253	7 718	8 095
Região Autónoma dos Açores	2 951	2 991	2 909	2 749	2 781	2 850	2 939	3 005
Região Autónoma da Madeira	3 962	3 830	3 728	3 457	3 130	2 978	3 076	3 299

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 75- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Atividades administrativas e dos serviços de apoio – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	423 212	418 290	402 051	375 555	375 670	397 549	424 739	447 481
Norte	82 530	80 196	77 438	74 576	74 875	79 890	87 187	93 611
Centro	41 250	41 998	38 669	36 461	36 498	37 820	40 675	43 459
Médio Tejo	3 648	4 311	3 512	3 272	3 148	3 148	3 393	3 468
Tomar	577	720	488	401	398	418	476	526
Área Metropolitana de Lisboa	261 048	258 340	250 157	230 641	229 960	243 727	257 417	266 365
Alentejo	13 565	13 630	12 777	11 907	11 961	11 733	12 229	13 183
Algarve	14 366	13 690	12 936	12 314	12 563	14 087	16 135	19 366
Região Autónoma dos Açores	4 583	4 807	4 552	4 392	4 464	4 669	4 987	4 994
Região Autónoma da Madeira	5 870	5 629	5 522	5 264	5 349	5 623	6 109	6 503

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 76- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Educação – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	107 549	105 998	101 920	94 941	91 749	92 068	92 423	92 490
Norte	35 670	35 466	33 938	31 317	29 883	30 020	29 527	29 377
Centro	21 414	20 665	19 253	17 742	17 349	17 326	17 396	17 014
Médio Tejo	2 105	1 799	1 631	1 476	1 446	1 443	1 431	1 476
Tomar	295	295	306	281	265	255	244	248
Área Metropolitana de Lisboa	37 825	37 117	36 512	34 642	33 620	33 867	34 787	35 444
Alentejo	5 347	5 309	5 035	4 465	4 374	4 369	4 261	4 178
Algarve	3 723	3 602	3 488	3 189	3 130	3 160	3 256	3 385
Região Autónoma dos Açores	1 512	1 646	1 617	1 575	1 502	1 387	1 346	1 365
Região Autónoma da Madeira	2 058	2 193	2 077	2 011	1 891	1 939	1 850	1 727

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 77- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Atividades de saúde humana e apoio social – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	144 101	148 033	150 617	149 303	150 020	154 415	162 178	170 461
Norte	45 908	47 514	48 175	48 122	48 058	48 969	51 721	54 828
Centro	25 633	26 469	26 784	26 118	26 254	27 271	28 880	30 426
Médio Tejo	2 260	2 340	2 413	2 391	2 405	2 528	2 612	2 738
Tomar	451	487	500	493	479	506	516	510
Área Metropolitana de Lisboa	56 344	57 401	58 983	58 428	59 066	61 102	63 431	66 117
Alentejo	6 674	6 866	6 798	6 696	6 620	6 959	7 375	7 827
Algarve	5 287	5 537	5 607	5 642	5 619	5 804	6 262	6 488
Região Autónoma dos Açores	1 724	1 824	1 849	1 939	2 021	2 067	2 169	2 282
Região Autónoma da Madeira	2 531	2 422	2 421	2 358	2 382	2 243	2 340	2 493

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 78- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	47 572	45 187	45 272	43 387	43 586	44 762	48 077	52 529
Norte	12 018	11 399	11 630	11 356	11 497	11 600	12 461	13 872
Centro	6 804	6 669	6 592	6 197	6 106	6 377	6 776	7 284
Médio Tejo	849	819	789	731	674	730	756	763
Tomar	155	146	142	135	130	121	125	145
Área Metropolitana de Lisboa	20 380	19 224	19 289	18 467	18 431	18 902	20 457	22 299
Alentejo	2 010	1 969	1 987	1 870	1 884	1 938	1 979	2 115
Algarve	3 822	3 603	3 426	3 143	3 293	3 660	3 872	4 210
Região Autónoma dos Açores	917	847	878	970	971	854	971	1 086
Região Autónoma da Madeira	1 621	1 476	1 470	1 384	1 404	1 431	1 561	1 663

Fonte: Pordata, 2017

Tabela 79- Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por territórios: Outras atividades de serviços – por indivíduos

Territórios/Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	97 148	92 118	89 636	82 904	81 346	82 462	84 769	87 575
Norte	27 185	26 294	26 245	25 206	25 305	25 713	26 297	27 276
Centro	17 074	16 753	16 563	15 804	15 575	15 931	16 304	16 644
Médio Tejo	1 681	1 647	1 673	1 596	1 542	1 624	1 622	1 640
Tomar	363	361	346	320	285	297	284	306
Área Metropolitana de Lisboa	38 004	35 085	33 635	29 598	28 473	28 687	29 100	29 701
Alentejo	5 682	5 322	5 133	4 889	4 788	4 906	5 576	6 135
Algarve	4 810	4 623	4 335	3 943	3 877	3 990	4 205	4 517
Região Autónoma dos Açores	1 926	1 807	1 622	1 520	1 499	1 501	1 524	1 537
Região Autónoma da Madeira	2 467	2 234	2 103	1 944	1 829	1 734	1 763	1 765

Fonte: Pordata, 2017

Pré e Pós-Troika

Dada a tabela inicial deste grupo de Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras, verificamos que a nível nacional, o número de pessoas ao serviço desde 2009 a 2013 decresceu significativamente, sendo que de 2011 a 2012 a descida foi mais acentuada. Em Tomar o decréscimo deu-se até 2014.

Esta redução brusca de pessoal nas empresas deveu-se aos vários casos de insolvências das empresas e à necessidade de redução de trabalhadores em virtude da diminuição da procura por bens e serviços e por isso uma menor necessidade de produção. O resultado foram despedimentos em massa.

No setor das Indústrias Transformadoras após um significativo decréscimo até 2014, regista-se uma recuperação a partir de 2015, quer a nível nacional, quer para o concelho de Tomar.

Perante a tabela do número de indivíduos ao serviço de empresas de Eletricidade, Gás, Vapor, Águas e Ar a nível nacional analisa-se uma subida desde 2015, sendo que em 2016 se atingiu melhores resultados que em 2009, cerca de 2 mil trabalhadores. Não só a nível nacional como todos os restantes territórios apresentados revelam uma subida apenas no final da presença da *Troika*, 2014-2015.

Relativamente ao número de trabalhadores ao serviço das empresas do setor de Captação, Tratamento e Distribuição de Água notam-se períodos temporais com algumas oscilações, mas nunca uma descida a pique, nem uma enorme subida. A nível nacional, entre 2010 e 2011, existiu uma subida e os restantes anos foram-se mantendo nos mesmos números, apenas em 2016 se verificou um aumento, mas também ele significativo, superior a todos os anteriores mesmo no início da crise.

Com algum destaque o concelho de Tomar registou um aumento no número de indivíduos ao serviço, registando um aumento de cerca de 30 funcionários desde 2012, ano a partir do qual conseguimos obter valores. Associado a isto estará o facto de possuírmos a maior barragem. Anos de invernos rigorosos exigem um maior controlo, não só na barragem como na sua bacia, bem como toda a rede de abastecimento.

No setor da Construção é conhecido que sofreu uma queda profunda, e a tabela demonstra isso mesmo. A nível nacional, desde 2009 até 2015 o setor manteve a redução do número de pessoas, apenas no período 2015-2016 se regista uma evolução positiva. O maior volume de trabalhadores registou-se na região Norte com cerca de 177 mil trabalhadores e decresceu até 2015 para 119 mil, recuperando em 2016. No geral, todas as regiões só viram este setor a desenvolver-se nos anos 2015-2016, sendo que algumas regiões ainda nem recuperaram. O concelho de Tomar e a Região Autónoma da Madeira são os que mais sentiram com esta crise, com quase estagnação deste setor.

Em conformidade as empresas de Comércio e Retalho e de Transporte e Armazém registaram um corte enorme do número de trabalhadores no período da *Troika* e mesmo assim, num pós-*Troika* os valores são reduzidos. Só em 2015 e 2016 existiu uma recuperação. O concelho de Tomar não recuperou o seu comércio, sendo um dos assuntos de debate nas assembleias municipais.

As empresas não financeiras do setor do Alojamento e Restauração revelam uma boa recuperação e em algumas regiões, 2016 supera os números do ano 2009. Claro que a divulgação do turismo e a implementação de fatores atrativos para as regiões fez com que a necessidade de emprego fosse aumentando.

No panorama nacional, quase 22 mil pessoas foram recrutadas para este setor. A Região Norte, Médio Tejo, AML, Alentejo e Região Autónoma dos Açores desde o período de 2013-2014 têm vindo a recuperar. No concelho de Tomar só no período de 2014 para 2015, se registou alguma recuperação. Em 2016, as regiões que não superaram o número de trabalhadores ao serviço em comparação com 2009, foram o concelho de Tomar, por 20 pessoas, e o Alentejo.

Relativamente à atividade de Informação e Comunicação só a região Autónoma dos Açores e Tomar é que não conseguiram ultrapassar o número de trabalhadores existentes em 2009, mas mesmo assim registaram acréscimos.

A par com a atividade de Construção e também as atividades Imobiliárias, sofreram com a crise. Quanto às empresas de atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares e as atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio verificaram uma melhoria desde os pós-*Troika*, sendo que regiões do Norte, AML e Algarve são as que lideram. Apesar de o

concelho de Tomar não ter conseguido empregar tantos trabalhadores como os existentes em 2009, está a recuperar.

Para a Educação a tabela 76 demonstra claramente o decréscimo de pessoal ao serviço, quer a nível de docentes quer de não docentes. Apenas a AML e o Algarve, em 2015, é que verificaram um acréscimo, mas ficando muito longe da quantidade de indivíduos que em 2009 permanecia em funções.

A atividade da Saúde e Apoio Social registou uma inversão aos números dos anteriores setores. Enquanto todos decresceram, este setor aumentou, só na Região Autónoma da Madeira existiu decréscimos. Estes aumentos estarão, certamente, mais associados às atividades de apoio social do que à área da Saúde, onde é notório a falta de recursos humanos.

No setor da animação, as atividades Artísticas, de Espetáculo, Desportivas e Recreativas tiveram durante o período da crise algumas oscilações, mas pouco significativas, havendo em todos os territórios um acréscimo desde 2015.

Para finalizar esta análise, o último setor relativo à tabela 79, Outras Atividades de Serviços, na generalidade decresceu cerca de 10 mil trabalhadores. Os territórios com mais impacto foram o concelho de Tomar, a AML e a Região Autónoma da Madeira que em 2016 ainda pouco tinham recuperando.

2.2. Conclusões

Este trabalho analisou a nível económico e social diversos aspetos importantes sobre o período durante o qual Portugal esteve sobre a austeridade imposta pela *Troika* e o período subsequente.

Foi possível constatar o enorme impacto que esta crise, associada à implementação de um conjunto de medidas de austeridade, teve ao nível de bem-estar dos portugueses. Esta crise que teve consequências para a generalidade dos países, sobretudo as do mundo ocidental, não foi sentida da mesma maneira por todos. Foram os PIGS, aqueles que dentro da UE mais se ressentiram com a crise.

Para Portugal a situação das finanças públicas muito contribuiu para que as consequências desta crise fossem mais nefastas. Contudo, a partir de 2015, sobretudo 2016, começou-se a sentir a recuperação da economia e registou-se uma melhoria nos indicadores macroeconómicos.

De acordo com os dados estatísticos expostos ao longo deste trabalho foi evidenciado o péssimo período que se presenciou com a *Troika*. Tomar teve também um forte abalo a nível económico. A saída de população ativa, empresas não financeiras a cessarem a sua atividade e o aumento das taxas de desemprego fizeram com que o município verifica-se um decréscimo na atividade económica.

Quanto ao município de Tomar, este não foi exceção à situação vivida em todo o país. O objetivo deste trabalho era analisar se o impacto desta crise se fez sentir de igual forma em Tomar, comparativamente com o quadro nacional.

Efetivamente, é possível constatar que Tomar seguiu a tendência sentida a nível nacional, com exceção para alguns indicadores. Tomar não conseguiu recuperar o número de empregados ao ritmo que em termos nacionais se verificou. A atividade turística, fortemente desenvolvida a nível nacional, também não regista essa dinâmica em Tomar.

Ao nível da educação, Tomar não conseguiu recuperar o número de alunos e o número de docentes como se verificou para o total do país. Esta é também uma questão que estará fortemente associada ao problema da desigualdade entre o litoral e o interior do país.

Sentindo-se que esta crise só expôs ainda mais as dificuldades de atratividade de que o interior goza. E que perante uma crise como esta, provocando a saída de população, sobretudo ativa, para as regiões do interior é muito mais difícil a recuperação, que se fez com a fixação de empresas e recursos humanos. Mas este problema só poderá ser solucionado com políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento do interior e não propriamente com medidas impostas para a recuperação da economia nacional.

Capítulo III – Análise e Discussão de Resultados e Conclusões

1. Análise e Discussão de Resultados

Perante as análises realizadas, pesquisas efetuadas e refletidas para cada situação abordada, verificou-se principalmente que a crise financeira foi fortemente sentida por todas as camadas populacionais contendo medidas que foram impostas pela *Troika* que provocaram profundos desequilíbrios no país e na sua sociedade.

Numa visão abrangente, e como para cada capítulo foi realizada uma específica análise de cada situação/indicador referente aos impactos causados; sem dúvida que os mesmos foram imensos, em todas as camadas e direções, tanto nas empresas financeiras como nas empresas não financeiras; nas oscilações do défice orçamental e na dívida pública e claro em relação aos impactos sociais, elementos essenciais para as populações que bruscamente se viram desalentados de uma suposta estabilidade familiar.

No caso específico do município de Tomar verificou-se que existiu bruscamente um declínio em diversos setores empresariais, muitos deles abriram insolvências causando uma instabilidade imensa nas famílias, provocando aumentos de desemprego muito significativos.

2. Conclusões Finais

Após a análise em estudo refletiu-se, uma vez mais, que em 2008 no início da crise económica e financeira, bastante desfavorável, sentida também ela em Portugal e na vida dos portugueses, o objetivo principal era a curto prazo recuperar a economia através de um conjunto de medidas de austeridade. O governo português comprometeu-se perante um pacote de medidas de um plano de austeridade que desencadeou na vida dos cidadãos portugueses uma reestruturação drástica nas suas vidas. Esse próprio plano de austeridade imposto pela *Troika* delineava fundamentalmente um planeamento de agendamento de reformas estruturais (educação, saúde, mercado trabalho, arrendamento, justiça, entre outras), uma redução do défice orçamental e da dívida pública e por fim, a redução do endividamento e estabilidade do sistema financeiro.

A sociedade portuguesa sofreu com essas medidas severas, desde a redução e cortes no salário público, o aumento dos impostos, a redução de apoios sociais e uma crescente taxa de emigração.

Fez-se a análise macroeconómica e identificaram-se os impactos económicos e sociais, perante os dados estatísticos das plataformas abordadas, abordou-se um município, fazendo esse, parte do contexto onde o autor reside e estuda, analisando quais foram os impactos que o próprio município de Tomar se ressentiu, comparando-o ao contexto nacional.

Visto de um modo mais cuidado e descriminando quais as atividades financeiras/não financeiras a serem mais afetadas neste município, a tendência da demografia, como os apoios à população idosa e pensionista, verificou-se claramente que esta panóplia de indicadores foram ressentidos neste período e no decorrer destes quatro anos, sendo ainda hoje sentidos.

Em Tomar viveram-se dias de desespero e de muita instabilidade, grandes empresas do setor das madeiras abriram insolvência, também no setor da construção, as quais empregavam um elevado número de trabalhadores, desencadeando o aumento do número de inscritos no centro de emprego e posteriormente a frequentarem ação de formação no centro de emprego e formação profissional, abrindo novos rumos à vida das pessoas e à própria qualificação que era principalmente básica.

Por fim, podemos concluir que tanto a nível nacional como numa visão micro (sincronizada dos factos), no município de Tomar, as estratégias severamente impostas pela *Troika* foram problemáticas para muitas pessoas, em consequências económicas e sociais duradouras e possivelmente com sequelas para o resto da vida de muitas pessoas. A recuperação económica aconteceu, ainda não de forma sedimentada, mas os custos sociais que envolvem ainda não são claros e vão perdurar durante muito tempo.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, A., Mendes, H., Rodrigues, J., Gusmão, G., Serra, N., Teles, N., Paes Mamede, R. (2013). *A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Alexandre, F., Bação, P., Carreira, C., & Cerejeira, J. (2017). *Investimento Empresarial e o Crescimento da Economia Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Alves, C., & Tavares, C. (2017). *A Banca e a Economia Portuguesa - Factos, causas e consequências de um percurso de 20 anos*. Porto: Bnomics.
- Associados, S. d. (2013). *A Crise Económica e Financeira e a Sustentabilidade das PME*. Fátima: Indugráfica, Lda.
- Banco de Portugal. (2017). *Boletim Economico maio 2017*. Banco de Portugal.
- Bermeo, N., & Pontusson, J. (2012). *Coping with Crisis*. Londres: Russell Sage Foundation.
- Brito, A., & Marques, R. (2014). As seis medidas que mais afetaram a vida dos portugueses. *Saldo Positivo - CGD*.
- Cabannes, M. (2007). *Economia - As políticas conjunturais*. Lisboa: Porto Editora.
- Câmara Municipal de Tomar. (16 de janeiro de 2016). Desenvolvimento Económico. Tomar, Santarém, Lisboa e Vale do Tejo.
- Conselho de Finanças Públicas. (2018). *Análise da Execução Orçamental da SS e da CGA em 2017* |. Lisboa: Ministério das Finanças Públicas.
- Cozendey, C. M. (novembro de 2011). O Papel do G20 no Combate à Crise Global: resultados e perspectivas. *Boletim de Economia e Política Internacional*, pp. 1-10.
- Cravinho, J. (2014). *A dívida pública portuguesa*. Alfragide: Lua de papel.
- De Santis, R. A. (2012). The Euro Area Sovereign Debt Crisis. Safe Haven, Credit Rating Agencies and the Spread of the Fever from Greece, Ireland and Portugal. *European Central Bank*, 4-55.

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus. (2009). *Portugal na União Europeia - 2009*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Obtido de <https://infoeuropa.euocid.pt>
- Estanque, E. (primavera/verão de 2009). Trabalho e sindicalismo - os impactos da crise. *Finisterra - Revista de reflexão e crítica*, 65/66, pp. 137-151.
- Europeia, C. (Winter de 2016). Economic European Forecast.
- Eurostat. (maio de 2015). Contas Nacionais e PIB. *Assuntos económicos e financeiros: Principais quadros e Bases de dados*, pp. 1-5.
- Eurostat. (24 de outubro de 2017). *Pordata*. (Pordata, Editor) Obtido de Proteção Social: <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- Faria, L. (2010). *Da indisciplina à austeridade: O crescimento como estratégia de saída*. Lisboa: Contraditório.
- Fernandes, A. (2013). A crise e as escolhas políticas em saúde. Em E. Ferreira, *Troika Ano II* (pp. 17-20). Lisboa: 70 Grupo Almedina.
- Fernandes, D. (2016). As Medidas de Austeridade debaixo da *Troika*: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público. *Eikon*, 4(1), 10.
- Ferreira, A. (2011). Revista Crítica de Ciências Sociais - Onde para o mercado? *A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção*, 95, pp. 119-136.
- GEP. (2016). *Estatísticas do Trabalho e do Emprego*. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social.
- Goodhart, C. A. (2011). The changing role of central banks. *Financial History Review*, 135–154.
- INE. (2017). *Estatísticas*. Obtido de Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt
- INE. (2017). *Estatísticas do Emprego - Dez 2016*. INE.
- INE. (2017). *Síntese Económica de Conjuntura - Dezembro de 2016*. INE.

- Karels, G., & Prakash, A. (1987). Multivariate Normality and Forecasting of Corporate Bankruptcy. *Journal of Business Finance and Accounting*, 573-592.
- Legrain, P. (2014). *European Spring: Why Our Economies and Politics are in a Mess - and How to Put Them Right*. London: Kindle Edition.
- Leite, A. N. (dezembro de 2010). A Internacionalização da Economia Portuguesa. *Política Externa Portuguesa*, pp. 119-132. Obtido de Relações Internacionais: goo.gl/3Zud2icontent
- Mamede, R., Rodrigues, J., Teles, N., & Cabral, R. (2013). Portugal no Contexto Europeu. *Conferência “Economia Portuguesa: Propostas com Futuro”* (pp. 7-15). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, G. (2009). Uma crise inesperada, mas prevista... Em E. Lourenço, *Finisterra - Revista de Reflexão e Crítica* (pp. 11-100). Lisboa: Fundação Res Pública.
- Mateus, A. & Consultores, S. d. (2013). *A Crise Económica e Financeira e a Sustentabilidade das PME*. Lisboa: ACEGE.
- Mateus, A. (2014). *A Crise Económica e Financeira*. Lisboa: ACEGE.
- Mateus, A. (2015). *Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.
- Mateus, A. (2015). *Três décadas de Portugal Europeu: balanço e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mateus, A., Mateus, J., & Ferreira, N. (2015). *Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.
- Miglioli, A. (2006). *Tomada de decisão na pequena empresa: estudo multi-caso sobre a utilização de ferramentas informatizadas de apoio à decisão*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- Minayo, M. (2007). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Monjardino, C. (2013). Triunvirato ou duovirato? Em E. P. Ferreira, *Troika ano II, uma avaliação de 66 cidadãos* (p. 157). Lisboa: Edições 70.
- Oliveira, D. (17 de março de 2014). *Reestruturação da dívida: Quem foi resgatado*. Obtido de Expresso: goo.gl/3LWYbh
- Piketty, T. (2014). *A Economia das Desigualdades*. Coimbra: Actual.
- Piketty, T. (2016). *Podemos salvar a Europa?* Barcarena: Marcador.
- Pordata. (23 de março de 2017). Freguesias. Tomar, Santarém, Lisboa e Vale do Tejo.
- Pordata. (2017b). *Macroeconomia*. Obtido de pordata.pt: <http://www.pordata.pt>
- Ramos, L., Vadell, J., Saggiaro, A., & Fernandes, M. (2012). A Governança económica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 10-27.
- Reis, J. (2013). *A Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir as alternativas*. Coimbra: Almedina.
- Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A., & Teles, N. (2013a). *Compreender a crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável*. Coimbra: Almedina.
- Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A., Teles, N., Costa, A., Caldas, J., Pureza, J. (maio de 2013). *A anatomia da crise: Identificar os problemas para construir as alternativas*. Coimbra: CES/Observatório sobre Crises e Alternativas.
- Rodrigues, C., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2016). *Desigualdades do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Romano, P. (2017). *Conhecer a Crise - dados e factos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Roubini, N., & Mihm, S. (2010). *Crisis Economics: A Crash Course in the Future of Finance*. New York: Penguin Press.
- Silva, I., Pignatelli, M., & Viegas, S. (1 a 5 de fevereiro de 2015). Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015. *Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares*, pp. 5191-5204.
- Silva, P. A. (2013). *E Agora? - A crise do euro, as falsas reformas e o futuro de Portugal*. Lisboa: Clube do Autor.
- Soros, G. (2008). *The New Paradigm for Financial Markets: The Credit Crisis of 2008 and What it Means*. New York: Public Affairs.
- Tomar, C. M. (29 de 04 de 2015). *Caracterização do Município*. Obtido de CMTomar: <http://www.cm-tomar.pt/index.php/concelho>
- Veiguiinha, J. J. (2009). O fesstim está suspenso. Em E. Lourenço, *Finisterrra - Revista de Reflexão e Crítica* (pp. 37-61). Lisboa: Fundação Res Publica.
- Vilela, J. (2009). *Investigação o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Sílabos-Editora.
- Zettelmeyer, J., Trebesch, C., & Gulati, M. (2013). The Greek Debt Restructuring: An Autopsy. *CESIFO Working Paper*, 7-42.